



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS VIGAS DA CONQUISTA: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO
PRODUTIVO DE MADEIRAS NO BAIXO AMAZONAS
(SÉC. XVIII-XIX)**

MÁRCIA CECÍLIA FLEXA FREITAS

BRASÍLIA
2024

Márcia Cecília Flexa Freitas

**As vigas da conquista: um estudo sobre o processo produtivo de madeiras
no Baixo Amazonas (séc. XVIII-XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Brasília
2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
Universidade de Brasília
Orientador

Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

Todos nós temos sonhos que parecem distantes demais para serem sonhados. A escolha diária de nutri-los e de segui-los só é possível se estivermos apoiados em raízes longas e profundas. Agradeço, então, às minhas raízes:

Aos meus pais, que tanto me ensinam sobre perseverança, dedicação e humildade. Dedico a vocês cada conquista, que nunca seriam alcançadas sem seus exemplos diários.

Aos meus quatro avós, minha maior inspiração na academia e na vida. Essa história também é de vocês e merece ser contada.

A caminhada é menos árdua se não for percorrida sozinha. Agradeço à companhia de quem se fez presente:

Meu orientador, pela paciência e permanência. Esse trabalho não existiria sem seu incentivo.

Meus afetos familiares (irmãs e Jimmy), por tornar meu cotidiano tão leve e agradável.

Meus amigos que transpassaram a graduação, pela convivência, apoio e distração.

Meu companheiro, pelo cuidado e por acreditar em mim.

Agradeço também às contribuições acadêmicas: ao Laboratório de História Social da UnB; aos colegas Manoel Rendeiro Neto e Durval de Souza Filho, pelas colaborações e disponibilização do corpus documental; à Universidade de Brasília, por me acolher ao longo do processo de autoconhecimento acadêmico.

*Não, eu não sou do lugar dos esquecidos
Não sou da nação dos condenados
Não sou do sertão dos ofendidos
Você sabe bem, conheço o meu lugar.*

Belchior, Conheço o meu lugar

RESUMO

Esta dissertação objetiva explicar o processo produtivo de madeiras no Baixo Amazonas durante a segunda metade do século XVIII e início do XIX, destacando o caráter imprescindível do trabalho e do conhecimento indígena em todas as etapas desse processo, o qual envolvia o reconhecimento, extração, corte e transporte dessa matéria-prima no interior do Grão-Pará e entre esse Estado e Lisboa. Com auxílio de manuscritos oriundos do Arquivo Nacional e do Arquivo Histórico Ultramarino e de relatos de viajantes – Padre João Daniel, Vigário José Monteiro de Noronha, Spix e Martius e Alexandre Rodrigues de Ferreira – este trabalho dedica-se fundamentalmente a entender como se dava a extração de diferentes espécies de madeira, suas principais finalidades e o ambiente social no qual a produção estava inserida. Na esteira do arcabouço teórico da história da Amazônia e da nova história indígena, pretende-se entender também os impactos que a fabricação sistemática de madeiras causava nas conformações sociais do Grão-Pará colonial, levando em consideração a mão-de-obra empregada e a importância que a madeira e suas lógicas produtivas assumiram no mercado interno e externo.

Palavras-chave: produção de madeiras; Grão-Pará colonial; trabalho indígena; conhecimento indígena; economia colonial.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to explain the process of wood production in the Lower Amazon river during the second half of the 18th century and the beginning of the 19th century, highlighting the indispensable role of indigenous work and knowledge in all stages of this process, which involved the recognition, extraction, logging and transportation of this raw material in the interior of Grão-Pará and between that State and Lisbon. With the help of manuscripts from the National Archives and the Overseas Historical Archives, as well as reports by travelers - Father João Daniel, Vicar José Monteiro de Noronha, Spix and Martius and Alexandre Rodrigues de Ferreira - this work is fundamentally dedicated to understanding how the extraction of different species of wood took place, its main purposes and the social environment in which production took place. In the wake of the theoretical framework of Amazonian history and the new indigenous history, it also intends to understand the impact that the systematic manufacture of wood had on the social conformations of colonial Grão-Pará, taking into account the labor employed and the importance that wood and its productives logics assumed in the domestic and foreign markets.

Keywords: wood production; colonial Grão-Pará; indigenous labor; indigenous knowledge; colonial economy.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Baixo Amazonas – principais rios, vilas e lugares 11
- Figura 2.** Planta da Canoa Artilheira. Disponível em: FERREIRA, Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 33. 45
- Figura 3.** Uma igarité, uma ubá, uma jangada e seus acessórios. Disponível em: FERREIRA, Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 35. 46
- Figura 4.** Caminho percorrido por Spix e Martius no Baixo Amazonas 48
- Figura 5.** O palmeiral de *Mauritia flexuosa* [miriti] na Ilha Pautinga no arquipélago paraense. Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles. 50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE 1: Fragmentos do cotidiano: os relatos sobre as madeiras do Grão-Pará	20
Capítulo I – Pelas narrativas católicas: Padre João Daniel e Vigário José Monteiro de Noronha	26
1. <i>Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas</i>	26
2. <i>Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província</i>	35
Capítulo II – Pelos naturalistas: Alexandre Rodrigues de Ferreira e Spix e Martius	43
1. <i>Coleção Alexandre Rodrigues de Ferreira</i>	43
2. <i>Viagem pelo Brasil</i>	47
3. <i>Jesuítas e viajantes naturalistas: um quebra-cabeça do mundo colonial</i>	57
PARTE 2: Produção de madeiras nos registros oficiais da administração colonial	60
Capítulo III – Para além do Pau-Brasil: a diversidade de madeiras no Baixo Amazonas	61
Capítulo IV – Trabalho e conhecimento indígena no mundo da madeira	80
1. <i>“Os braços e as pernas”</i>	85
2. <i>Os saberes</i>	98
CONCLUSÃO	102
FONTES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

A dissertação a seguir tem como principal objetivo explicar o processo produtivo de madeiras ao longo do baixo Amazonas na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, entendendo suas lógicas, contribuições e compreendendo sua fundamentalidade para o período colonial, bem como levando em consideração as pessoas desse cenário, com as relações, as interações, hierarquias e as mudanças que provocavam. Por isso, o trabalho leva em consideração pesquisas já feitas anteriormente sobre o *modus operandi* da produção de madeira e algumas de suas peculiaridades, mas procura também aprofundar a explicação sobre as relações sociais estabelecidas por conta do trabalho com a matéria-prima e as consequências para os grupos sociais envolvidos. Outro aspecto a ser desenvolvido é a perspectiva da história ambiental voltada para o espaço amazônico, no sentido de entender as particularidades da prática de produção madeireira para a região.

Tal análise tem como base um corpus documental variado, composto por manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate¹) e do Arquivo Nacional². Dentre os documentos analisados, estão quase duas centenas de registros que abordam o tema da extração e transporte de madeira, datados desde o fim do século XVII até o ano da independência do Brasil. Além dos manuscritos, também estão presentes relatos de viagens de religiosos católicos e naturalistas que percorreram o Amazonas nesse período, são estes: Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas de João Daniel, Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província de José Monteiro de Noronha, Viagem pelo Brasil de Spix e Martius e, por fim, documentos presentes na Coleção de Alexandre Rodrigues de Ferreira (sendo alguns avulsos de sua autoria).

O estudo sobre a produção de madeiras na América Portuguesa colonial pode ser feito de variadas formas, com diversos recortes e fontes. Os ofícios, cartas e minutas do Projeto Resgate e do Códice 101 compõem uma parcela significativa de um dos eixos desta dissertação, fornecendo uma vasta gama de informações, datadas desde a primeira metade do século XVIII até as primeiras décadas do XIX. A análise desses registros nos fornece informações, em geral, de cunho administrativo e burocrático, tendo em vista a natureza e o contexto do documento, por serem registros feitos por governadores ou secretários sobre a

¹ "O Projeto Resgate Barão do Rio Branco é um programa de cooperação arquivística internacional que tem por missão catalogar e reproduzir a documentação histórica manuscrita referente ao Brasil, do período anterior à Independência." Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projetoresgate/sobre-o-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>. Nessa dissertação, portanto, os documentos serão mencionados apenas como oriundos do *Projeto Resgate*, para fazer referência aos registros do Arquivo Histórico Ultramarino.

² Sobre tudo o Códice 101 da Junta da Real Fazenda da Capitania do Pará.

produção e transporte deste material. Esses dados, então, são importantes para percebermos o *núcleo* da fabricação madeireira, isto é, se havia um roteiro padrão a ser seguido, e, caso tivesse, quais seriam seus principais elementos.

O corpus documental no qual se baseia essa pesquisa está disponível completamente online, por se tratar de um produto do Projeto Resgate. Fisicamente, praticamente todos os documentos estão disponíveis no Arquivo Público do Pará (APEP), já que são documentos que, em sua maioria, foram redigidos no antigo Grão-Pará. Dentre os documentos analisados, estão quase duas centenas de registros que abordam o tema da extração e transporte de madeira, datados desde o fim do século XVII até o ano da independência do Brasil.

Por outro lado, surge a inquietação de conhecer este cenário para além de seu núcleo. Ora, entender as questões práticas sobre a procura, extração, corte e transporte de madeiras é fundamental, mas é apenas uma parcela deste cenário. Não podemos tornar nossos olhares apenas ao produto sem perceber a forma como as pessoas se organizavam em torno dele. É claro que a fabricação de madeiras era sustentada por pessoas e, mais especificamente, por indígenas e locais; assim, para entender a rotina motivada pelo trabalho com madeiras, é necessário analisar outros tipos de documentos para além dos disponíveis no Projeto Resgate – tendo vista o caráter impessoal dos dados fornecidos por esses documentos, que foram elaborados com maior atenção ao produto do que ao processo de sua fabricação.

Portanto, além do trabalho com os registros da administração colonial, também nos dedicaremos aos relatos de jesuítas e de viajantes naturalistas. Esse tipo de fonte se mostrou interessante para a pesquisa por mostrar um contato mais próximo à rotina colonial, com destaque à população local, seus hábitos e modos de vida – o que seria inviável com análise apenas da documentação oficial.

O conjunto das fontes que baseiam esse estudo nos levam, portanto, ao recorte geográfico da pesquisa. Optamos por definir o espaço a ser estudado seguindo uma orientação centrífuga: partindo dos locais percorridos pelos viajantes que, por sua vez, coincidiam com os locais presentes nas fontes da administração colonial. Sendo assim, o Baixo Amazonas surge como um ambiente comum a todo o corpus documental, reiterando seu local de disputa e de grande importância na América Portuguesa.³ A escolha de tomar o rio Amazonas como fio condutor de tal recorte também diz respeito à importância da malha fluvial para o contexto

³ O recorte utilizado considera o Baixo Amazonas como o espaço geográfico que circunda a malha fluvial desde a cidade de Belém até Santarém. Optou-se por esse recorte de forma a viabilizar a análise ao longo da pesquisa, incluindo dois pontos comerciais e econômicos fundamentais para o período analisado, ao mesmo tempo que respeita as lógicas internas da região, seguindo o Amazonas, seus principais braços e as vilas e lugares que se formaram em suas margens.

Após alguns anos de pesquisa, é possível perceber certas "tendências" que ajudam na análise documental. Podemos, por exemplo, dividir os documentos estudados em dois "grupos": no primeiro, há os documentos *rotineiros*, com registros mais constantes e burocráticos; no segundo grupo, por outro lado, há os registros que fogem à regra e nos proporcionam informações inesperadas.

É evidente que não existe nenhuma hierarquização entre os tipos de registros. Pelo contrário, é interessante que se perceba a complementaridade entre eles. Enquanto os documentos burocráticos nos ajudam a pensar a rotina da produção madeireira, os registros díspares nos dão informações sobre prováveis imprevistos e até mesmo incidentes relacionados à madeira. Estes dois tipos de registro, juntos, nos ajudam a pensar o panorama da produção madeireira. Assim, percebemos quais as regras relacionadas a esta produção e o que se destoava do comum.

A divisão entre esses dois grupos se trata, simplesmente, de uma metodologia para se explicar a extensão do corpus documental da pesquisa. Começaremos, então, pelo primeiro grupo, o da *rotina*. São documentos que formam a *moldura* do quebra-cabeça da produção madeireira no Grão-Pará. Eles nos ajudam a responder as perguntas primárias sobre esse tema: por que a produção de madeira era tão importante pro mundo colonial? Quais eram as etapas estruturantes para essa produção? Quem eram os responsáveis?

Percebe-se que tais perguntas não podem e nem devem ser respondidas de forma simplificada. Na verdade, também serão abordadas posteriormente, do ponto de vista teórico, com alguns capítulos dedicados a cada pergunta. Aqui, por uma questão metodológica, serão priorizados os aspectos documentais – com a construção da dissertação, as informações se cruzam, se fermentam e ganham corpo, construindo-se uma explicação de forma crescente.

De fato, é até mesmo difícil conceber a capilaridade do uso da madeira na Idade Moderna. Este é, inclusive, um dos motivos pelos quais é difícil encontrar documentos sobre o uso da madeira no cotidiano da vida colonial em documentos não oficiais. Nós não costumamos escrever (ou mesmo pensar) sobre o ar que respiramos. Um particular escrever cotidianamente sobre uso da madeira corresponderia, em devidas proporções, a atualmente escrever sobre o uso do fogo em nossas cozinhas, ou sobre as vigas que sustentam nossas moradas, por exemplo. São itens tão arraigados em nosso contexto, que não há motivação para escrever sobre o que é ordinário.

No bojo dessas questões, nosso papel como historiador é procurar, no corpus documental, pistas que não só nos sinalize essa importância, mas que também nos indique quais pilares da vida cotidiana a madeira ajudava a sustentar. No Grão-Pará tínhamos pelo

menos quatro pilares: transporte, construções, uso cotidiano e conhecimento científico. Claro que todos esses pilares se confundiam em algum momento, o dia-a-dia não é divisível e quantificável como tentamos explicar. No entanto, fazemos tal separação para melhor dimensão da importância do objeto de estudo. Começamos pelo transporte, que ocupa o maior número de registros documentais deste período.

Não existia nenhum meio de transporte na Idade Moderna que não dependesse da disponibilidade de madeira – nem terrestre, nem marítimo. As assim chamadas *Grandes Navegações* foram completamente dependentes da extração e transporte deste produto. E não havia transporte de madeira que não necessitasse de outra carga anterior de madeira para que o produto fosse transportado. A partir disso, já é possível compreender a indispensabilidade do produto e o porquê da procura incessante dos ibéricos pelos melhores produtos em suas diversas colônias.

A descoberta e consequente exploração madeireira no atual norte do Brasil movimentou a economia colonial, bem como a importância dada ao Estado do Grão-Pará a partir do século XVI e mais intensamente a partir da segunda metade do século XVII. A grande quantidade e variedade de espécies levou os colonizadores a estabelecerem maiores relações com os *povos da terra*, que já utilizavam da madeira para fabricação de seu principal meio de transporte nos rios da Amazônia e seus afluentes. A partir de então, começou-se um processo de aprendizagem dos portugueses com os indígenas para diferenciar e identificar os melhores paus para a fabricação de cada tipo de embarcação (canoas, naus, fragatas, lanchas, corvetas e galeões).

A partir do século XVIII, esta prática já estava consolidada. A maioria dos documentos, então, passa a registrar o transporte de madeira com origem no Grão-Pará com diversos destinos – em geral, à Ribeira das Naus de Belém ou de Lisboa. Aqui, é preciso saber que a produção de madeira tinha etapas bem divididas, que serão abordadas com maior profundidade em capítulos posteriores; neste momento, nos atemos a entender como funcionava uma das últimas etapas da produção madeireira: o transporte do produto a partir do Grão-Pará.

Antes de serem transportadas, as madeiras eram extraídas de acordo com a necessidade e seu objetivo, já que cada tipo de embarcação exigia um tipo de madeira diferente. Após a extração, o produto passava pelo processo de "produção" propriamente dito, que consistia em cortar os paus e toras em tamanhos específicos (a depender de sua finalidade). Esse processo poderia acontecer próximo ao local de extração ou nas chamadas *fábricas de madeira*, a depender da quantidade de matéria-prima e da complexidade do corte.

Somente a partir desse momento as madeiras passavam a ser transportadas. A maioria das cargas tinha como destino o Reino e, especificamente, a Ribeira das Naus de Lisboa (posterior Arsenal de Lisboa), que as utilizavam para fazer reparos em naus ou mesmo para a construção de novas embarcações. Era, portanto, um processo de realimentação: a madeira em seu "estágio final" (embarcação) transportava a madeira em matéria-prima que viria a se tornar uma nova embarcação. Esse processo poderia acontecer entre Grão-Pará e Lisboa, mas também dentro do próprio Estado, com o deslocamento do produto para as Fábricas de Madeira, que também realizavam construções de embarcações menores e extremamente importantes, como as canoas e lanchas.

Esse primeiro aspecto da produção madeireira – seu transporte –, sozinho, já era responsável por uma movimentação significativa da economia e da lógica interna do Grão-Pará. Era um processo que demandava mão de obra extensiva, com longos dias de trabalho penosos e duradouros. Para uma condução eficiente, eram necessários diversos conhecimentos sobre essa matéria-prima. A partir da leitura de documentos da segunda metade do século XVIII⁴, é possível perceber como a rotina do Grão-Pará colonial era influenciada e até mesmo guiada pela produção e transporte de madeira.

A princípio, é importante saber que tal extração demandava serviços de diversos indígenas; em geral, para uma carga grande de madeira, eram contratados entre 20 e 30 indígenas para a realização do trabalho⁵. Por ser um processo demorado, os contratados se assentavam em uma região próxima à da extração e passavam a viver naquela região por determinado período⁶. Assim, havia necessidade de transporte também de mantimentos para sustento dos trabalhadores. Entre tais mantimentos estavam, em geral: farinha, rações de carne e sal. Esse transporte, por sua vez, também era feito em embarcações de madeira, mas de menor dimensão – provavelmente em canoas.

Não há informação de quanto tempo os indígenas ficavam assentados para a realização da extração da madeira. Provavelmente havia uma grande variação a depender da carga e das exigências de corte – que poderiam ser realizados no mesmo local ou serem carregados até as Fábricas de Madeira. Apenas o processo de carga e descarga de madeiras e lenhas demoravam por volta de 30 dias levando em consideração situações adversas, como chuvas e trovoadas (comuns na região amazônica).

⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 49, D. 4516; AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5160.

⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 49, D. 4516.

⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 41, D. 3816.

Esse processo demandava cuidado e organização minuciosos. Primeiramente, por conta da própria sobrevivência dos trabalhadores: as toras de madeira, carregadas de forma totalmente manual, poderiam provocar acidentes irreversíveis ainda em terra; além disso, havia um cuidado na disposição dos tipos de madeira, já que algumas espécies eram mais propensas ao apodrecimento por conta das longas viagens expostas à ação do sol e das chuvas⁷; e, também, deveriam ser bem presas e amarradas para que não provocasse acidentes durante o percurso e para não se desprenderem facilmente.

Em geral, a carga era embarcada em canoas para serem conduzidas até Belém e, na maioria dos casos, ser desembarcada das canoas no porto daquela mesma cidade e reembarcadas em naus maiores com destino a Lisboa. Cada canoa, em média, conduzia de 110 a 120 paus por viagem. Os indígenas não deixavam de se fazer presente na etapa da condução: eles também eram requisitados como remeiros e condutores das cargas. Havia, então, uma movimentação significativa de embarcações, pessoas e mantimentos provocadas pela madeira, com consequências no âmbito social – alterando a conformação populacional do Grão-Pará – e também no âmbito econômico, com circulação de produtos e riquezas, até mesmo entre os indígenas que realizavam os trabalhos nas matas. Em relação ao sustento dos indígenas, de forma geral, o pagamento era feito pela Fazenda Real, já que não se sabe da ação de particulares na extração de madeira nesse contexto⁸. Os indígenas recebiam os mantimentos para sua sobrevivência e um salário para cada dia trabalhado.

Por outro lado, a movimentação provocada pela madeira na economia interna do Grão-Pará vai além do transporte do próprio produto. Dentre as embarcações construídas a partir das cargas mencionadas anteriormente, nem todas eram utilizadas exclusivamente para transporte de madeira: elas também poderiam ser utilizadas como meio de transporte para outras cargas, já que as embarcações eram fundamentais em uma região como a Amazônia, na qual os rios são considerados como estradas para as populações ribeirinhas até a contemporaneidade. Assim, além do transporte da própria madeira, os barcos também eram elementos estruturantes para a própria existência de uma circulação interna de produtos no Grão-Pará do século XVIII, independente de quais fossem os produtos.

Há alguns anos, tem-se a discussão sobre a expressividade da economia interna do Grão-Pará e, respectivamente, a dependência da circulação interna de mercadorias para que essa economia se sustentasse. Essa discussão se dá na esteira da renovação historiográfica

⁷AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6373; AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6334.

⁸ Tal ausência se dá certamente apenas por falta de registro, pois a partir do século XIX, havia ação ostensiva de particulares na extração madeireira na Amazônia, algo que certamente não teve início naquele período.

quanto a importância e a potência do Estado do Grão-Pará na economia dos séculos XVIII e XIX para a lógica colonial.⁹

Portanto, partimos da ideia de um Grão-Pará importante para a economia da Metrópole e do Estado do Brasil, sem mais levar em consideração a ideia ultrapassada de uma região vazia econômica e populacionalmente. Assim, entendemos que o Estado do Grão-Pará, ao contrário do que era comum se afirmar até as últimas décadas do século XX, era um pilar importante para a economia colonial. Essa afirmação, apesar de simples, provoca outros entendimentos, a serem explicados de forma simplificada a seguir, mas que serão abordados com maiores detalhes a partir dos capítulos posteriores.

Primeiramente, começemos pelo entendimento de questões básicas da economia externa. Já é uma ideia consolidada na história econômica brasileira que o Estado do Grão-Pará movimentava a esfera econômica, acima de tudo, com a exportação das chamadas *especiarias e drogas do sertão* – a exportação de madeiras, que vem se mostrando também um importante produto de exportação, está começando a ser estudado mais expressamente apenas nos últimos anos. O que vem se estudando com maior interesse, no entanto, é o processo anterior à exportação de tais produtos.

Até algumas décadas atrás, já se sabia da importância do Grão-Pará para a exportação de tais mercadorias, mas nada se falava de como se dava a produção desses produtos. Havia praticamente uma ideia de que eles estariam prontos, separados e embarcados, aguardando apenas seu transporte para a Metrópole. Agora, por outro lado, se sabe que há um longo processo produtivo para que haja um mercado exportador de drogas do sertão. E tal processo produtivo envolve, acima de tudo, pessoas. Pessoas que não somente estavam ali, mas que foram o motor propulsor dessa economia externa.

A partir disso, a lógica de se estudar história econômica muda. A exportação não ocorre sozinha, de forma automática. Ela é feita, passo a passo, por pessoas. Em geral, por quem conhecia a região: os indígenas. Então, para se entender a exportação de matérias-primas, precisa-se, anteriormente, compreender a sua produção interna. Não somente

⁹ MATOS, Frederik Luiz Andrade de Matos. “As drogas do sertão” e a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: As redes de negócio na Europa (1755-1778)”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 223-258. COELHO, Mauro. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005. CHAMBOULEYRON, Rafael; JUNIOR, José Alves de Sousa. **Novos olhares sobre a Amazônia colonial**. Editora Paka-Tatu, 2016. LOPES, Siméia de Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

a produção do que seria exportado, mas também o que era fabricado para viabilizar tal exportação.¹⁰

É certo que cada mercadoria respeita uma lógica de fabricação que não é universal. No entanto, há uma etapa anterior à própria fabricação dos produtos de exportação que congrega as fabricações de todos esses produtos a serem exportados. Aqui, falo sobre a produção de alimentos e mantimentos necessários para a própria produção, isto é: os gêneros de subsistência. Esses gêneros não necessariamente eram produzidos perto dos assentamentos onde os indígenas trabalhavam. Isso porque o trabalho de procura por drogas do sertão e de extração de madeira eram feitas, em geral, no meio dos matos. Em geral, tais mantimentos eram produzidos em grandes escalas e já enviados com os indígenas para a realização dos trabalhos. Por vezes, eram necessários reforços, os quais eram enviados também através de embarcações até os locais de trabalho.¹¹

Portanto, temos um novo pilar importante para economia interna do Grão-Pará: a circulação interna de produtos.¹² O que também era dependente das embarcações e, por sua vez, da madeira. Aqui, o transporte também era fundamental, seja para o envio dos produtos já extraídos, para o envio da mão de obra, ou de mantimentos necessários para tal extração. Também não era incomum o envio de madeira nas mesmas embarcações nas quais se enviavam outros produtos, a depender da necessidade. Por vezes se enviava madeira para fazer reparo em alguma canoa ou lancha que havia sofrido alguma corrupção, ou até mesmo se exportava madeira nas mesmas embarcações que eram enviadas as drogas do sertão para Lisboa.¹³

Dessa forma, transporte e madeira são elementos praticamente consubstanciados no mundo colonial. O transporte tinha como base a extração e produção de madeira que, por sua vez, precisava do transporte para cumprir suas funções no cotidiano do Grão-Pará. É por isso

¹⁰ POMPEU, André José Santos. “As drogas e os negócios do sertão”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 109-132. CHAMBOULEYRON, Rafael. Introdução, Mais drogas e maiores sertões. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 11-17.

¹¹ DIAS, Camila Loureiro. Produção agrícola e extrativismo: a economia amazônica na primeira metade do século. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp.85-107. Em uma relação de 1761, há registro de despesas com envio de farinha, sal e carne para alimentar os indígenas na extração de madeiras: AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4596.

¹² LOPES, Siméia de N. “A praça comercial de Belém: negociantes e circuitos mercantis (1790 a 1808)”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de (Org.). **Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016, pp. 389-406. RAMALHO, João. **A produção para consumo interno na Amazônia na segunda metade do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale do Rio Tocantins**. 2017. Monografia (Bacharel/licenciatura em História) – UnB, Brasília, 2017.

¹³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237

que o colocamos como um importante elemento na vida colonial, isto é, um dos pilares que a madeira ajudava a sustentar na lógica interna e externa do Grão-Pará.

Outro importante pilar, citado anteriormente, é a *construção*. Assim como o transporte, a construção perpassava vários aspectos da vida colonial. Podemos abordar o aspecto mais visível, que seria a construção naval, já citada anteriormente ao se falar do transporte – a maioria do transporte de madeiras era destinado para construção ou reparo de naus, fragatas, lanchas ou remos. Assim como podemos mencionar a construção de outros meios de transporte, desta vez, terrestres, como carruagens¹⁴. E também podemos nos aproximar ao cotidiano propriamente dito, quando falamos sobre construção de casas e móveis de madeira – até atualmente, a maioria das residências ribeirinhas e em área de ressaca¹⁵ são feitas desse produto.

No entanto, mais do que listar as possibilidades de uso de madeira no Grão-Pará oitocentista, queremos evidenciar o corpo social que permitia a capilaridade de tal uso naquele contexto. Até meados do século XVIII, grande parte da mão de obra utilizada em tudo que se diz respeito à madeira – extração, produção, transporte, construção – era formada por indígenas. Isso por conta do conhecimento seminal dos indígenas em relação ao produto e à geografia da região do Grão-Pará.

Até a década de 1760, a única fonte de mão de obra que se encontrava nas documentações relacionadas à madeira era indígena. Em um requerimento datado de 1743¹⁶, um grupo de indígenas exigia o pagamento de serviços prestados na Ribeira de Moju – importante vila para a produção madeireira na colônia e atual município no leste do Pará –, os quais envolviam extração e produção de paus. Os indígenas assumiram funções de carpinteiros e serradores, funções típicas e indispensáveis na produção de madeira: derrubada dos troncos e posterior corte em toras com medidas previamente exigidas a depender do tipo de madeira. De acordo com o documento, *os índios da aldeia de Joannes* aguardavam o pagamento combinado: oito varas de pano de algodão para cada mês trabalhado.¹⁷

Além da dependência para a extração e transporte do produto, os indígenas também eram responsáveis pelo produto fim da mercadoria: no mesmo documento de 1743, também há a nomeação de 25 indígenas para o conserto de canoas que estavam defeituosas e sem

¹⁴AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6604

¹⁵ "Ressaca" é um termo regional usado para designar as áreas costeiras e úmidas na Amazônia. No século XX, passou a ser habitada irregularmente, sobretudo através de construções de palafitas de madeira. A ocupação do território se deu sem planejamento e sem saneamento básico, levando-a ser considerada como uma área de favela.

¹⁶AHU_ACL_CU_013, Cx. 25, D. 2383.

¹⁷ Idem.

possibilidade de uso. Complementarmente, também percebemos a convivência entre indígenas e negros escravizados: em um ofício de 1761¹⁸, é mencionado o trabalho de negros escravizados na produção de madeira no Grão-Pará. De acordo com tal ofício, grupos de indígenas foram requisitados para ensinarem aos "escravos" sobre corte e condução de cargas de madeira – especificamente, a que era mencionada no documento estava sendo encaminhada ao Estaleiro para construção de naus.

Um ofício de 1774¹⁹, por sua vez, relata a diminuição no número de indígenas dedicados ao corte de madeira nas matas. A maioria dos indígenas seria substituída por escravizados do empreiteiro nomeado, enquanto a minoria restante (cerca de 1/6), permaneceria trabalhando de forma remunerada apenas para conduzir a extração.

Tais documentos seguem uma tendência já bem estudada pela historiografia nacional: a substituição da mão de obra indígena pela mão de obra de negros escravizados após o período pombalino na região do Grão-Pará. O que teria acontecido por dois principais motivos: a expulsão da Companhia de Jesus após o Diretório dos Índios e a diminuição da "oferta" de mão de obra indígena devido ao genocídio em curso a partir da chegada dos portugueses.

No entanto, o convívio entre indígenas e negros escravizados no mundo amazônico colonial deve ser analisado com cautela: não há que se pensar na substituição de um grupo social por outro, nem mesmo que em uma transição de forma abrupta e permanente. A mão de obra indígena e de negros escravizados coexistiu por séculos no Grão-Pará colonial. O que houve foi uma diminuição da oferta de mão de obra indígena em comparação aos séculos anteriores. No entanto, os indígenas continuaram como um elemento de extrema importância para a economia interna e externa. Como colocado no documento mencionado anteriormente, os indígenas passaram a assumir um papel de *condutores* ou *mentores* da extração e produção madeireira, enquanto os negros escravizados aprendiam os processos e realizavam o trabalho mais braçal, por estarem em maior quantidade e não terem tanto conhecimento sobre a terra como a população originária.

A presença indígena será, portanto, o principal fio condutor desta pesquisa, percorrendo todos os capítulos, como uma espinha dorsal do trabalho. Dessa forma, foi optado por construir uma dissertação dando destaque ao cotidiano colonial e seus sujeitos. Para tal, a dissertação foi dividida em duas partes: na primeira parte, construiremos o cenário e o contexto no qual se dava o processo produtivo de madeiras para que, na segunda parte,

¹⁸AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4607.

¹⁹AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6148.

sejam abordados documentos coloniais que explicam, de forma mais aprofundada, as etapas e desdobramentos desse processo.

PARTE 1:
Fragmentos do cotidiano: os relatos sobre as madeiras do Grão-Pará

A região amazônica, desde o início da colonização, sempre foi muito visitada, seja por missionários ou, posteriormente, por viajantes naturalistas.²⁰ A tendência de organização de viagens científicas, por sua vez, começou no bojo do Iluminismo científico, com o intuito de conhecer lugares mais *remotos* do Novo Mundo. Diferente das viagens dos séculos XVI e XVII, que procuravam informações gerais para possibilitar a colonização e a demarcação de fronteiras, as viagens dos séculos XVIII e XIX estavam imbuídas do racionalismo científico, com objetivos de catalogação e mapeamento do mundo natural.²¹ A Amazônia, então, com sua já conhecida diversidade, recebeu vários estudiosos enviados pelos seus respectivos reinos, que a percorreram durante anos dedicados a detalhar sua fauna e flora, ao mesmo tempo que relatavam suas observações sobre os colonos e os locais. A escolha desses relatos para subsidiar a análise do cotidiano colonial da fabricação de madeira se deu, então, pela proximidade que esses viajantes tinham com a vida comum. Na maioria das vezes, os viajantes se hospedavam em casas ou sítios de locais quando da organização da viagem e, assim, conviviam com indígenas e negros escravizados que serviam tais moradias. Já ao longo da viagem, conheciam e relatavam as populações que encontravam às margens dos rios. Dentre os diversos relatos de expedições que ocorreram na América Portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, há quatro que se mostraram importantes para o entendimento da importância da madeira na vida colonial. A escolha dessas quatro expedições se deu por vários motivos: o período nas quais ocorreram, os lugares que percorreram, e os objetos aos quais se dedicaram.

Em ordem cronológica, a primeira obra a ser analisada será **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas** (tomos I, II. e III) escrito por Padre João Daniel ainda no século XVIII. João Daniel era um padre português jesuíta, que viveu muitas décadas da sua vida no Estado do Grão-Pará e Maranhão, percorrendo diversos assentamentos e conhecendo costumes de diversas etnias indígenas. Tal peregrinação teve fim por volta de 1757, com a criação do Diretório dos Índios e expulsão dos jesuítas da América Portuguesa. Após sua expulsão, João Daniel permaneceu preso em Portugal, onde começou a escrever a obra analisada, apenas a partir de suas memórias e de relatos de outros padres também presos. João Daniel, diferente de outros demais viajantes, não foi enviado à colônia para realizar pesquisas, mas não deixou de relatar suas décadas de experiência – o que torna sua produção muito interessante no que diz respeito a informações sobre o *modus vivendi* no Baixo Amazonas.

²⁰ PORRO, Antonio. Introdução. In: NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

²¹ DOMINGUES, A.; ALVES-MELO, P. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. **Ler História**, v. 78, pp. 157-178, jun. 2021.

Portanto, apesar de ter sido escrita em condições desfavoráveis, tal obra se tornou um extenso e valioso relato sobre as populações locais do Grão-Pará naquele período.²²

Outro relato ao qual nos dedicaremos é o **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província**. Seu autor, José Monteiro de Noronha, conhecia o Estado do Grão-Pará desde seu nascimento, que ocorreu na própria cidade de Belém do Pará em 1723. Apesar de ter se dedicado a alguns cargos de magistratura, o que motivou a escrita da obra foram os demais espaços que assumiu posteriormente: foi nomeado vigário-geral no Rio Negro e depois foi governador do bispado do Estado do Grão-Pará. Por conta de tais cargos, Noronha precisava percorrer diversas vilas e lugares daquele Estado, visitando suas igrejas e paróquias. A partir de tal experiência, em 1768 escreveu o **Roteiro da Viagem...**, que, diferente dos outros registros a serem analisados, se trata de uma obra curta, mas detalhada e focada na geografia e nas populações locais. Segundo Antônio Porro, Noronha “pode ser considerado o precursor da nova fase nos estudos de geografia humana da região amazônica na época em que surge”²³ – diferente da maioria dos viajantes do período que, como citado anteriormente, estavam mais dedicados à descrição alegórica dos *nativos*.

Após a abordagem dos jesuítas, nos dedicamos a entender o cotidiano colonial e o processo produtivo de madeiras pelo ponto de vista dos viajantes naturalistas, que representavam o espírito científico daquele *século das luzes*. A começar pelo primeiro naturalista a realizar uma expedição patrocinada pela Coroa Portuguesa: Alexandre Rodrigues de Ferreira. O naturalista português viveu na Bahia até os 14 anos, quando se destinou à Coimbra para iniciar seus estudos, que culminariam no "primeiro cargo de naturalista na burocracia estatal"²⁴. Rodrigues de Ferreira, então, assume o comando da Viagem Filosófica, uma expedição científica que percorreu diversas capitanias da América Portuguesa – inclusive a do Grão-Pará – e se consagrou como uma importante obra para o entendimento do mundo colonial. No entanto, os nove anos de estadia nos trópicos (entre 1783 e 1792) renderam uma produção extensa, não sendo possível abordá-la nesta dissertação. Por isso, nos dedicamos à **Coleção Alexandre Rodrigues de Ferreira**, que reúne documentos produzidos e adquiridos ao longo da Viagem Filosófica e também nos revela bastante sobre as curiosidades e interesses do naturalista enviado pela Coroa.

²² DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1-2. Apresentação de Vicente Salles. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

²³ PORRO, Antonio. Introdução. In: NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

²⁴ Ronald Raminelli em: <https://bndigital.bn.br/projetos/alexandre/historico.htm>

A última expedição a ser analisada neste capítulo será o terceiro volume de **Viagem Pelo Brasil**, livro que registrou o trajeto dos naturalistas Spix e Martius pelo Estado do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão ao longo dos anos de 1817 a 1820. Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix foram colegas naturalistas nascidos na antiga Bavaria (atual estado da Alemanha) enviados pelo seu Imperador a uma viagem de cunho científico à América Portuguesa. Martius era botânico, antropólogo e médico; enquanto Spix era zoólogo, especialidades que formaram uma boa parceria durante a longa passagem pelo atual Brasil e resultaram em três grandes volumes de relatos detalhados sobre os locais que percorreram. Escritos em formato de diário, seus testemunhos proporcionam detalhes importantes sobre o cotidiano da vida colonial no Baixo Amazonas, relatando não só a fauna e flora, mas também os hábitos e culturas dos habitantes do Estado do Grão-Pará.

As quatro produções citadas anteriormente nos ajudam a enxergar para além do elemento individual que compunha o processo de fabricação de madeiras. As pessoas, nesses relatos, não se apresentam de forma desconectada do mundo, de modo contrário, estão incluídas no *todo social* que compunha a vida na Amazônia colonial. Com a ajuda desses viajantes e naturalistas, então, será possível enxergar fragmentos daquele cotidiano em movimento. Diferente dos documentos do Resgate, que abordavam uma ação específica – o envio de indígenas ou de negros escravizados, a construção de um estaleiro ou o envio de uma carga de madeira –, os registros dessas obras mostram o fluxo do dia a dia: o amanhecer, o acordar, o anoitecer, os detalhes dos locais aonde se hospedavam, as paisagens que percorriam, os companheiros que conheciam, os trabalhos dos que lhes serviam. De tal modo que não nos fornece apenas uma fotografia isolada, mas sim um conjunto de *frames* do que estava envolvido naquele contexto.²⁵

É claro que, ao longo da análise, não tomamos tais relatos como ingenuidade ou como representação fiel daquela realidade, de forma que também fazemos uma abordagem crítica sobre a percepção muitas vezes tendenciosa, preconceituosa e alegórica que os autores tinham dos indígenas e dos colonos. No entanto, percebemos que essas obras nos proporcionam uma ótima oportunidade de enxergar uma fração do Grão-Pará em movimento, relatando diversas partes conectadas daquele contexto, como um diário do que viviam.

Assim, através do encontro de informações proporcionadas pela documentação da administração colonial e dos relatos dos viajantes e naturalistas, essa dissertação começa a ganhar formatos e delimitações. Tal corpus documental nos mostra o que é possível de ser

²⁵ VRIES, Jan de. Playing with scales: the global and the micro, the macro and the nano. **Past & Present**, v. 242, i.s. 13, pp. 23-23, nov. 2019.

estudado e analisado. Através dessas fontes – e, especialmente neste capítulo, através dos registros de viajantes e naturalistas –, nos dedicaremos à compreensão do processo de fabricação de madeiras no Baixo Amazonas do final do século XVIII e início do século XIX. A partir desse momento, não há mais a pretensão de se analisar tal processo em toda a extensão do Estado do Grão-Pará e Maranhão, já que os documentos testemunham, na maioria das vezes, o trabalho com madeiras ao longo do Rio Amazonas, especialmente desde a Ilha do Marajó até as proximidades de Santarém.

Aqui, é preciso reforçar a importância que os rios assumiam – e continuam assumindo – no cotidiano das populações do que hoje é conhecido como região Norte do Brasil.²⁶ A vida colonial, por sua vez, herdou a lógica estabelecida pelas diversas etnias indígenas que ali existiam antes da conquista. Ao se falar especialmente dos atuais estados do Pará e Amapá, é sabido que a habitação da região desde antes da colonização se deu através da ocupação das margens dos rios e que estes assumiam papel central no que diz respeito ao deslocamento, comércio e até mesmo às guerras para as populações locais. A interiorização da colonização levou séculos para ocorrer e, mesmo assim, enfrentou diversas resistências, de modo que as maiores cidades da região cresceram próximas aos principais rios e que até a contemporaneidade a população tenha uma ligação íntima com a vida fluvial da região. Sendo assim, mostra-se mais interessante e coerente seguir a delimitação geográfica estabelecida no mundo colonial e tomar como referência as lógicas próprias da região amazônica.

O recorte temporal, por sua vez, também seguirá limitações estabelecidas pelo corpus documental definido. A escolha de tais viagens e expedições não se deu de forma aleatória, já que as quatro produções analisadas foram escritas em períodos que coincidem com a escrita dos documentos administrativos. Assim, a consonância dos dois pilares documentais da pesquisa levam seu foco para a segunda metade do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX. Nossa delimitação temporal, então, segue um fundamento documental. Explico: tendo em vista que o objetivo maior do trabalho é entender a fabricação de madeiras dentro do conjunto social do cotidiano colonial, é coerente que os limites da pesquisa sejam estabelecidos de dentro para fora, do regional para o global. Para este estudo, então, optamos por não seguir marcos políticos (como a Reforma Pombalina ou a vinda da família real para a América Portuguesa), mas sim tomar propriedade do contexto da produção de madeiras, estudar os documentos sobre aquele momento e definir um período importante e informativo sobre tal prática.

²⁶ KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Com isso, procuramos priorizar as lógicas internas do Grão-Pará e da exploração madeireira que, na maioria das vezes, ocorria longe de Belém, nas margens dos rios. A análise da pesquisa, portanto, seguirá um movimento centrífugo, entendendo como as lógicas internas impulsionavam a economia externa do Grão-Pará e, para além, da América Portuguesa. Sendo assim, procuramos nos distanciar da transposição do contexto externo – seja político ou econômico – para as lógicas estabelecidas na produção de madeiras. Isso não significa que as grandes modificações conjunturais não tenham consequência para o mundo da madeira (ou que tal extração ocorra em um ambiente isolado das decisões políticas e econômicas da Metrópole), mas sim que essas influências serão pensadas e avaliadas de dentro para fora.

Antes de tomarmos por certo o impacto da Reforma Pombalina ou do Diretório dos Índios na produção madeireira, pensaremos tal produção como o caminho principal, para depois analisarmos seus desvios e percalços. Se trata apenas de uma mudança de perspectiva sobre o que (ou quem) dita o referencial temporal e geográfico: ao invés de levar categorias externas à análise, procuramos antes entendê-la como um ser em si, para posteriormente pensarmos, a partir desse entendimento, suas mudanças e permanências.

Para começar o entendimento do cenário da produção de madeiras no Baixo Amazonas colonial, dividiremos a primeira parte da dissertação em dois capítulos, ambos sobre o mesmo assunto, mas sob diferentes perspectivas: o primeiro será dedicado a expor o cotidiano colonial na visão dos missionários, enquanto o segundo o faz a partir de produções científicas elaboradas por viajantes naturalistas.

Capítulo I – Pelas narrativas católicas: Padre João Daniel e Vigário José Monteiro de Noronha

1. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*

Antes de nos dedicarmos ao conteúdo da obra de João Daniel, é importante deixar claro a natureza da sua escrita: diferente das demais produções que serão analisadas posteriormente, o livro de João Daniel não nasceu de uma grande expedição, nem mesmo se trata de um *guia* de trajeto a ser percorrido pelo Amazonas. O *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas* é o resultado de um acúmulo de conhecimentos que o português adquiriu ao longo das décadas em que foi missionário na região. Por isso, João Daniel não se dedica exclusivamente a um aspecto da Amazônia, mas procura trazer uma visão macro dos elementos que compunham a vida colonial. Dessa forma, utiliza de outras estratégias e orientações para compor sua obra: enquanto a maioria dos cronistas e dos viajantes descreviam o Amazonas ao subir o rio, isto é, no sentido baixo-alto Amazonas, João Daniel escolhe descrevê-lo desde sua nascente até a desembocadura no oceano; e, enquanto a maioria pensa os rios como instrumentos para descrever as vilas e lugares presentes em suas margens, o padre coloca o Amazonas e seus afluentes como principal referencial – como o título da obra deixa transparecer, o Amazonas é o centro do mundo que ele descreve, e não um meio para o fim.

Tal mudança de referencial explica muito sobre a perspectiva que João Daniel assume para sua escrita. Mesmo sendo um forasteiro, ele viveu tempo suficiente no Grão-Pará para entender as lógicas da população local em relação à geografia. De fato, é mais fidedigno colocar os rios como ponto central do espaço colonial; ao fazê-lo, João Daniel transmite em sua obra a forma como os rios eram pensados pelos locais. Assim, evita-se a transposição da lógica espacial europeia para o *Novo Mundo*, lógica esta que não faria sentido para a região amazônica. Aqui, os rios proporcionavam os caminhos a serem percorridos; eram eles o palco principal onde ocorriam as trocas comerciais, onde se estabeleciam a maioria das nações indígenas antes do contato e também onde se davam os conflitos e guerras entre nações inimigas. Mesmo após dois séculos de conquista, os rios e seus afluentes ainda representavam a ponte entre populações locais, vilas e cidades; também era com base nos cursos dos rios que se construía as fortificações para proteção do território português.

A dependência da malha fluvial para a vida na Amazônia colonial foi logo percebida pelos primeiros cronistas que a conheceram, colocando aos portugueses o grande desafio de

compreendê-la.²⁷ Ora, a colonização tentou e alterou, ao longo dos séculos, muitas lógicas internas das populações locais para favorecimento do poder colonial; a barreira geográfica, no entanto, mostrou ser impraticável a modificação do deslocamento no espaço amazônico, o que obrigou os colonos a conhecer seus caminhos fluviais para dominá-lo e explorá-lo. A partir de tal desafio, começam as grandes viagens e expedições para seu mapeamento. Alguns séculos depois, a obra de João Daniel se coloca como importante prova da dedicação e do sucesso português no que tange ao conhecimento do espaço amazônico – pelo menos entre os religiosos missionários, que conviveram e passaram anos vivendo aquela região.

Por outro lado, o conhecimento português em relação à América Portuguesa e, especificamente, à Amazônia, não se resumia apenas ao seu espaço físico. Em **Tesouro Máximo...**, João Daniel também expõe seu conhecimento praticamente antropológico em relação às populações indígenas, além de assumir posicionamentos corajosos sobre a interação entre os colonos e estas populações. Escrita na segunda metade do século XVIII, a obra traz críticas um tanto inovadoras para o período, externando as opiniões e sentimentos de um missionário aprisionado e recém expulso de seu posto ocupado por décadas.²⁸

Ao longo da obra, o padre português não diferencia os indígenas entre suas etnias ou entre nações, estabelecendo bem a dualidade *colonos/europeus x indígenas* presente no imaginário da maioria dos padres das Missões. No entanto, essa divisão seria de cunho meramente cultural. João Daniel enxerga os indígenas como seres humanos, que poderiam até se diferenciar dos europeus e de seus descendentes, mas o seriam por questões meramente políticas e organizacionais. Em sua visão, os nativos até poderiam chegar a se comparar aos colonos, mas para isso deveriam aplicar o devido esforço para se aproximarem aos hábitos europeus. Tal posicionamento distanciava João Daniel da ideia de inferiorização e desumanização dos povos nativos, que fora amplamente defendida de forma a justificar o genocídio e escravização dos indígenas:

"(...) houve europeus que chegaram a proferir que os índios não eram verdadeiros homens; mas só um arremedo de gente, e uma semelhança de racionais (...). E houve alguns espanhóis que quiseram persuadir ao mundo, e encaixar nos cascos dos homens esta tão descascada parvoíce, e desencaixada opinião, só para encobrir com esta fraca capa os bárbaros insultos que com eles usavam e crueldades inauditas, que lhes faziam,

²⁷ Antônio Porro, na introdução ao *Roteiro da Viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província*, destaca as viagens de Carvajal, Acuña e Heriarte como as grandes explorações que narraram o ambiente amazônico, seus rios e afluentes. Cf. PORRO, Antonio. Introdução. In: NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

²⁸ SIEWIERSKI, Henryk. O tesouro da alteridade amazônica na obra do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura**. Belém/Pará. Vol. 1, N. 1. Jul-dez/2014.

porque matavam neles, como quem mata mosquitos, e os tratavam nos seus serviços como se fossem feras, e bichos do mato (...)"²⁹

A crítica a tais europeus e, especialmente, aos espanhóis, parece retomar a contenda entre Las Casas e Sepúlveda sobre a humanidade dos nativos e a forma como a colonização deveria tratá-los, datada ainda do século XVI³⁰. Por outro lado, João Daniel também expõe como tais embates reverberaram por longos períodos para além das esferas intelectuais reservadas aos clérigos e aos teóricos. Aqui, percebemos como essas disputas intelectuais não são construídas de maneira vertical, isto é, não surgem nas discussões da alta sociedade; pelo contrário, são movidas por inquietações populares, que envolvem os mais diversos tipos de personagens, e saem da esfera popular até serem inseridas e formalizadas nos ambientes intelectuais.

Essa reflexão é importante para entender outra inquietação de João Daniel: a notável contradição dos colonos que se utilizavam da discussão sobre o caráter humano dos indígenas para cometerem abusos nos espaços indígenas nos quais percorriam:

Vós dizeis que os índios não são gente: por outra parte abusais, como gentios, ou falsos cristãos, do sexo feminino. Pois uma de duas: ou eles são gente como nós, ou são monstros, e macacos. Se monstros, ocorreis nas penas do nefado crime de bestialidade, e como réus deveis dar pública satisfação pelo Santo Ofício, sendo chamuscados, e queimados. E se isto vos cheira a chamusco, deveis confessar, que são gente, e tão homens e verdadeiros racionais como vós: e então também não vos limais, nem livramos do grande crime de homicidas, e como tais deveis ser suspensos em uma forca.³¹

Se percebe, então, que tal discussão não se encerrou entre Las Casas e Sepúlveda. Por outro lado, se prolongou por séculos – intencionalmente ou não – de forma a justificar atos condenáveis até mesmo para o contexto histórico. A escrita de João Daniel, então, é fundamental para perceber que o posicionamento que ele levanta já estava em circulação no período: a violência e a brutalidade praticadas contra os indígenas não foram necessariamente um produto de seu tempo ou uma ideia hegemônica, mas uma escolha defendida e seguida.

Por outro lado, é importante destacar que não se pretende colocar o autor como um pensador à frente de seu tempo, ou mesmo como um intelectual ilibado. Para ele, havia, de fato, uma grande diferença entre os nativos e os europeus, mas tais diferenças não estariam no âmbito do ser, mas sim em seus comportamentos. A falta de organização econômica e

²⁹ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 263.

³⁰ SANCHEZ. Alfonso Maestre. “Todas las gentes del mundo son hombres”: el gran debate entre Fray Bartolome de las Casas (1474-1566) y Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573). **Anales del Seminario de Historia de La Filosofía**. Madrid, v. 21, pp. 91-134, 2004.

³¹ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol.1, op.cit., p. 264.

política, por exemplo, era considerado um hábito condenável – já que a ausência de um sistema econômico e de um governo unificado os aproximavam dos "bichos e feras do mato", sendo a única exceção os indígenas do império inca, posto que viviam sob uma monarquia. Percebe-se que, mesmo enxergando os indígenas como semelhantes, no âmbito civilizacional eles nunca seriam iguais, por não seguirem as organizações institucionais dos colonizadores.

Outra questão lamentada por João Daniel era a ausência de cultura letrada entre os povos nativos: "(...) como nem as velhas são doutores, nem os moços letrados, e principalmente por não haver entre eles o uso de livros, nem a providência de ler e escrever, nada sabem de raiz, nem se pode fazer finca-pé nos seus ditos, e evangelhos"³². Nesse momento, ele explica que os indígenas possuíam diversos saberes que eram passados entre as gerações, sobre suas histórias, suas guerras e seus feitos – ou seja, infere que esses povos teriam noção histórica e temporal; porém, as informações ficavam dispersas e não poderiam ser confiáveis, por conta da ausência de registro escrito entre os indígenas. O ponto de vista de João Daniel não surpreende, levando em consideração a relação de dependência entre estudo histórico e a escrita, que começou a ser repensada apenas no século XX.

Os hábitos e modos de vida dos indígenas parece ser de interesse de João Daniel, que segue por preencher diversas páginas dedicadas a eles. Contrariando a ideia exposta por Spix e Martius (que será abordada posteriormente) de que os nativos seriam ociosos e lentos, necessitando de supervisão dos europeus para a execução de tarefas, João Daniel se surpreende com a valentia e a persistência desses povos, sobretudo durante as guerras e durante os trabalhos:

Faz pasmar o quanto atura a remar uma canoa de brancos, de dia, e de noite sem dormirem, senão quando muito duas até três horas, não só semanas inteiras, mas meses! O mesmo é em qualquer outro trabalho, e isto muitas vezes passando dias inteiros sem outra comida mais que um punhado de farinha-de-pau misturada com água (...).³³

Para João Daniel, os índios eram os "mais sofridos ao trabalho, às doenças e às adversidades", o que significa que, mesmo quando estavam machucados, doentes, cansados e mal alimentados, não exprimiam reclamações. Na sua visão, essa grande tolerância e paciência para enfrentar as adversidades não seriam atributos desenvolvidos por eles, mas sim herdados pela natureza.

É interessante perceber que, mesmo para alguém esclarecido e conhecedor das atrocidades enfrentadas pelos indígenas – como é o caso de João Daniel – é difícil perceber o

³² Ibidem. p. 272.

³³ Ibidem.

impacto do processo colonizatório sofrido pelos indígenas. Até que ponto essas características que o padre estabelece como inatas aos diversos grupos de nativos eram realmente atribuições de suas heranças culturais e não uma reação e, acima de tudo, adaptação ao que lhes fora imposto após a conquista? Algumas páginas depois, João Daniel registra dois exemplos de formas de violência da colonização que ocorriam ainda naquele período: primeiramente comenta sobre os brancos, ao visitarem alguma aldeia ou povoação indígena, levarem "ordinariamente por remeiros alguns índios mansos"; depois, ao explicar sobre as tropas de resgate instituída por Portugal³⁴, comenta:

Começou logo a ambição a reinar nos brancos, e com a capa da tropa de resgates para os miseráveis encurralados, se estendiam aos livres, e a quantos podia haver; umas vezes induzindo aos régulos a darem assaltos uns aos outros, a apanharem os que pudessem para entregar aos brancos; outras vezes induziram aos mesmos régulos a venderem os seus vassalos.³⁵

Lamentando a existência de tal prática, logo explica sobre sua proibição no ano de 1750 – poucos anos antes de sua expulsão do território – "depois de terem saído, só do rio Negro perto de 3 milhões de índios escravos, como consta dos registros, os quais, vendidos em pública praça, se repartiam pelos moradores"³⁶.

Os dois exemplos colocados por João Daniel demonstram as diferentes estratégias e tentativas conscientes de dominância que foram exercidas contra os indígenas de forma incessante desde a conquista. O sentimento de superioridade exercido pelos colonizadores, de forma a acreditarem que as populações nativas eram suas propriedades e estavam disponíveis como mão de obra, modificaram de forma irreversível a cultura indígena. Portanto, mesmo que o padre acredite que tais qualidades dos indígenas eram inatas e inerentes a esse grupo, é difícil não considerar que, mesmo se o fossem, essas características eram tão necessárias e tão experimentadas antes da chegada dos portugueses. Então, até mesmo as grandes vantagens das populações locais lhes foram roubadas, de modo a serem colocadas como atributos de sobrevivência e de adaptação.

Neste momento, o padre dedica uma seção de seu trabalho a dissertar sobre a "grande habilidade" e "aptidão dos índios". A convivência do antigo missionário com as nações indígenas e a dependência que os novos colonos tinham dessas populações locais levou-o a

³⁴ Em 1655, no contexto de tentativa de regulamentação das relações entre indígenas e colonos, foi criada uma lei que legitimava a guerra justa e os resgates como formas de escravização dos indígenas. Os resgates, por sua vez, consistiam na possibilidade de compra, por colonos, de prisioneiros de outros indígenas que haviam sido capturados em guerras entre nações. DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan-jul 2017. pp. 238-259.

³⁵ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1, op.cit., p. 312.

³⁶ *Ibidem*. p. 314.

perceber suas principais competências, assim como a entender o proveito que poderiam fazer delas.

O primeiro aspecto que chama atenção nesse momento é o reconhecimento da inteligência indígena. Isso porque a maioria dos colonos enxergava os indígenas como indivíduos abaixo da humanidade, como já mencionado anteriormente; assim sendo, seriam úteis apenas para trabalhos braçais, como para transporte ou para carregamento de produtos. João Daniel, por outro lado, coloca os indígenas e os europeus em um mesmo patamar, possibilitando a comparação e até mesmo a superação dos nativos em relação aos europeus a depender da atividade exercida: "Já é tempo de dizermos alguma coisa da grande habilidade e aptidão dos índios da América para todas as artes e ofícios da república, em que ou vencem, ou igualam os mais destros europeus"³⁷. Em sua visão, as habilidades indígenas não se relacionavam apenas às questões de resistência física, mas também em ofícios tradicionalmente realizados por europeus e ainda não apreendidos completamente pelos indígenas. Uma das principais habilidades dos nativos seria, então, sua capacidade de apreensão e de adaptação:

Onde porém realçam mais é nas missões e casas dos brancos, em que aprendem todos os ofícios que lhes mandam ensinar, com tanta facilidade, destreza e perfeição, como os melhores mestres, de sorte que podem competir com os mais insignes do ofício; e muitos basta verem trabalhar algum oficial na sua mecânica para imitarem com perfeição.³⁸

Por óbvio que tal competência indígena se destacou aos colonos, que procuravam por força de trabalho a fim de terceirizar diversas funções. De tal forma, os locais se mostraram muito úteis nesse processo.

Por outro lado, é importante mencionar que as "habilidades e aptidões" dos indígenas eram vistas como interessantes apenas quando atendiam aos propósitos dos colonos. Portanto, o reconhecimento de sua capacidade física e intelectual só ocorria se estivesse relacionada às atividades econômicas favoráveis aos colonizadores, sendo as atividades exercidas para suas sobrevivências enxergadas como sinal de atraso, preguiça e ociosidade:

E posto que entre si e nos seus matos não usam nem exercitam ofício algum (...) segundo a sua vida brutal e de nudez em que vivem, só exercitam a pescaria, o caçar, em que são insignes com suas armas de arco de flecha, como também insignes nadadores e mergulhadores (...).³⁹

Para os portugueses, seria um desperdício o fato dos indígenas não se dedicarem aos mesmos ofícios aos quais eles se dedicavam. Cada vez mais, é perceptível o que fora

³⁷ Ibidem. p. 341.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

mencionado anteriormente: a paridade entre os indígenas e os europeus se dava no âmbito da natureza do ser, contrariando a ideia de que os indígenas estariam aquém da humanidade; por outro lado, no aspecto civilizacional, institucional e econômico, os indígenas ainda estavam no domínio de *aprendizes*, devendo servir e seguir os colonizadores, que guiavam-nos com destino à *civilização*.

O respeito aos povos originários como completos, isto é, com seus modos de vida, suas organizações sociais e culturais, ainda é um caminho a ser percorrido mesmo durante a contemporaneidade, de forma a contrapor a ideia construída por séculos no imaginário popular: a de que os indígenas precisariam respeitar lógicas estabelecidas pelo mundo ocidental pós conquista para serem guiados à *civilização*. A transposição de diversos conceitos guiados pela lógica de produtividade da economia mercantil e, posteriormente, capitalista, também foi uma forma de violência – sobretudo epistemológica – exercida desde o período colonial, quando os portugueses ansiavam que os desígnios dos locais fossem os mesmos que os seus, de forma a alavancar e sustentar a economia colonial:

Têm porém um senão que muito os deslustra, e desacredita, e é a grande preguiça que os acompanha; de que nasce que, podendo fazer em suas povoações e casas muitas curiosidades nos seus respectivos ofícios, nada fazem senão quando são mandados, ou muito rogados. Nem ordinariamente têm instrumentos próprios e lojas em que trabalhem por ofício.⁴⁰

Ao perceberem tal conflito de objetivos, os portugueses adotam outros métodos para utilizarem as populações indígenas a seu favor – questões que geraram diversos embates teóricos e intelectuais, como o caso de Sepúlveda e Las Casas já discutido – como a própria escravização, os descimentos e o trabalho compulsório.⁴¹ Tais pontos provam o que já foi estabelecido por João Daniel em sua obra: a centralidade do trabalho indígena para a colonização da Amazônia portuguesa:

Mais que açúcar ou ouro, seria o trabalho dos indígenas a maior riqueza buscada aos sertões ao longo da história da América Portuguesa? Considerando os esforços lusos para “resgatar” aqueles braços –talvez mais procurados que minérios ou solos de massapê – a resposta parece clara.⁴²

⁴⁰ Ibidem. p. 342.

⁴¹ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do nordeste - processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. SCHWARTZ, Stuart B. “Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil’s Colonial Timber”. Resenha de: MILLER, Shawn William. Stanford, **The Journal of Economic History**, Stanford University Press, v. 61, n. 2, p. 552-553, 2000.

⁴² RAMALHO, João Pedro Galvão; NETO, Manuel Rendeiro. MALULY, Vinicius Sodrê; GIL, Tiago Luís. Os grupos nativos e a morfologia da conquista na América Portuguesa. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.l.], n. 80168, jun. 2020. p. 16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/80168>. Acesso em: 04 mar. 2024.

Tal trabalho, no entanto, não se resumia apenas ao trabalho braçal; contrariamente, o conhecimento indígena se mostrou mais importante para os portugueses, tendo em vista que o trabalho físico poderia ser (e foi) apreendido e realizado pelos negros escravizados. A inteligência espacial e geográfica, por outro lado, era domínio dos indígenas. Ora, a experiência portuguesa no Estado do Grão-Pará só foi possível por conta da participação indígena desde os quinhentos; a curiosidade dos europeus e, mais especificamente, dos portugueses os levaram até o Amazonas, mas foram os indígenas que permitiram sua sobrevivência naqueles sertões da floresta. Com isso, é possível afirmar que a população local não assumiu um papel meramente auxiliar no desenvolvimento colonial – como foi pensado por muito tempo –, mas concentrou em si diversas atribuições fundamentais ao conhecimento e estabelecimento dos portugueses no ambiente. A começar pela função de guias pelo espaço amazônico⁴³.

Ao pensarmos na participação das populações indígenas no conhecimento da Amazônia portuguesa, os associamos ao trabalho mecânico de se locomover no coração da região, isto é, em seus rios e afluentes. Aos nativos, então, estariam reservados os papéis de subordinados aos portugueses, obedecendo seus comandos e cumprindo ordens. O que se percebe na obra de João Daniel e através de recentes produções sobre o conhecimento indígena é que essas populações locais não só possuíam seus próprios saberes e ensinavam-os aos colonizadores, como também eram requisitados para coordenar a maioria das viagens realizadas pelos portugueses. Ou seja: os indígenas não estavam presentes no conhecimento e desenvolvimento colonial apenas de uma maneira passiva e indireta, mas sim como sujeitos fulcrais para percorrer, conhecer e produzir no espaço amazônico:

Não é menos admirável o seu grande tino, em que vencem não só a todos os brancos, mas ainda os cães do mais vivo faro; por isso entram por aquelas vastas brenhas e sombrias matas do Amazonas, dias e dias de jornada, e talvez semanas e meses sem medo, nem risco de se perderem; e no regresso vêm sair à mesma paragem, quando os brancos e europeus não se animam a meter-se pela terra dentro um só quarto de légua, para não se arriscarem a perder (...). Pelo que o melhor guia ou agulhão naquelas viagens de terra é algum tapuia; e só com tal companhia vão bem governados, embora que seja qualquer menino.⁴⁴

Na realidade, o que ocorria no período colonial não era uma dependência dos indígenas em relação aos colonizadores europeus, mas sim o contrário. Essa relação de dependência, por sua vez, não ocorreu apenas no início da colonização, apenas para o conhecimento da região. Já na segunda metade do século XVIII, João Daniel ainda aborda a

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁴⁴ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**, Vol. 1, op.cit., p. 342.

indispensabilidade dos indígenas para o fluxo da vida colonial. Nesta dissertação, tal dependência será abordada sob o aspecto do trabalho indígena na produção e transporte de madeira, no entanto, o conhecimento indígena era requisitado para muitos outros aspectos da colonização.

Um aspecto fulcral e indispensável dominado pelos indígenas era o espaço colonial. Os portugueses, distintos navegadores, responsáveis pelas primeiras expedições marítimas do mundo moderno, não tinham o conhecimento e a habilidade necessários para subir o Amazonas. Sendo o Amazonas, no período colonial, o *grande mar doce*, o coração do Grão-Pará, os indígenas foram muito demandados como responsáveis pela navegação, sendo remeiros ou pilotos:

E assim como são insignes pilotos por terra, também o são por mar, onde não é menos dificultoso atinar com os canais em tantas baías, e lagos, muito arriscados pelos seus multiplicados baixos; como também no labirinto das ilhas, em que são tantas as voltas, e reviravoltas, que fazem titubear aos mais peritos e práticos brancos, que muitas vezes andam dias e semanas perdidos, e no cabo se acham, ou cada vez mais areados, ou por fim vão sair nas mesmas bocas por onde tinham entrado; só vão bem navegados quando os índios são os práticos que mandam à via, e pilotos que governam as canoas. Os mesmos navios em outro tempo não queriam desferir as velas do Maranhão para o Pará, nem deste para aquele porto, nas embarcações mais pequenas, sem serem governados pelos índios, que pelo seu grande tino dão furo e acham saída onde parece a não há (...). E posto que têm fracas barbas, sabem-na contudo desempenhar nas ocasiões, porque se vestem, e revestem com tanto brio, e coragem, que antes se arriscarão a morrer, do que a deixar perder as canoas, cuja direção têm seu cargo. (...) por terem por grande glória e honra sua o saberem livrar as canoas dos perigos; assim como têm por grande desonra, e desdouro o perder-se embarcação, em que eles são pilotos, ofício e arte que entre eles é uma das maiores dignidades, e cargos das suas povoações, e por eles são respeitados, e obedecidos dos seus nacionais. Chamam estes pilotos na sua língua jacumaíbas, cujo nome é originado de umas pás, de que alguns usam nas suas canoas em lugar de leme, chamadas jacumã.⁴⁵

A função de remeiros e pilotos era, sem dúvida, um dos pilares da vida colonial, já que não havia deslocamento na Amazônia brasileira se não fosse percorrendo os rios. A tônica de João Daniel ao colocar o Amazonas como centro do mundo amazônico já ilustra muito bem a dependência da vida colonial em relação à malha fluvial da região; o que coloca a população local igualmente no centro, por serem os únicos sujeitos passíveis da incumbência de percorrer aquele espaço. Assim, ao longo da análise das demais obras sobre a Amazônia setecentista e oitocentista que serão feitas a seguir, será possível perceber ainda mais a centralidade dos indígenas e a dependência dos colonizadores em relação a eles, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento e ao trabalho.

⁴⁵ Ibidem. p. 343.

2. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província

A segunda obra a ser analisada – o Roteiro de viagem, escrito por Noronha – aborda um trajeto principal escolhido pelo vigário para detalhar em sua obra: desde sua saída da Cidade de Belém, contornando a Ilha de Marajó, adentrando o rio Amazonas até percorrer seu caminho ao longo do rio Negro. No entanto, seu trabalho está longe de se ater apenas aos locais visitados nesta viagem. Pelo contrário, a obra de Noronha se mostra muito proveitosa por fornecer detalhes geográficos e etnográficos sobre diversos locais que já eram de conhecimento do autor, mas que não estavam no percurso de sua viagem que deu origem a esta obra.⁴⁶

Antes de pensarmos sobre as contribuições de tal Roteiro para esta dissertação, é interessante entender o contexto no qual se deu sua elaboração, de forma a nos situar no seu ambiente político e econômico e, por consequência, nos colocar uma melhor compreensão de seu valor histórico desde o período de escrita até atualmente. Segundo Galvão Ramalho e Rendeiro Neto,

(...) o roteiro de viagem foi escrito na segunda metade do século XVIII, que tem como marco o período Pombalino, um ponto de inflexão na maneira como se pensava Portugal, suas colônias e o imaginário político e intelectual da época. (...) O cenário amazônico, ou seja, o território referente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, e mais especificamente com a criação da Capitania do Rio Negro, foi severamente alterado em sua organização e ocupação espacial, ocorrendo transformações nas povoações (...).⁴⁷

Tendo tais questões em vista, é possível pensar o tipo de linguagem utilizada pelo vigário e o porquê de tal escolha para a elaboração do Roteiro. Diferente da abordagem macro de João Daniel e da escrita pessoalizada e literária de Spix e Martius, Noronha traz uma narrativa mais objetiva e descritiva do território amazônico, priorizando aspectos territoriais e espaciais, mas sem deixar de expor seu profundo conhecimento sobre a cultura e os hábitos das diversas nações indígenas distribuídas na região. Desta forma, o Roteiro nos será proveitoso para situarmos a pesquisa na geografia amazônica do período.

Como já mencionado anteriormente, as fontes nos permitem pesquisar a produção de madeiras na região do Baixo Amazonas, que neste trabalho é distribuído aproximadamente desde a cidade de Belém até as proximidades da Vila de Santarém. Todavia, precisamos

⁴⁶ NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

⁴⁷ GALVÃO RAMALHO, João Pedro; RENDEIRO NETO, Manoel. Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha. In: VILLA, Carlos Valencia. GIL, Tiago. **O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 166.

construir melhor esse *locus* no período colonial, para isso, é necessário pensar algumas questões: a criação e localização das vilas, o uso da natureza para se assentar geograficamente e, acima de tudo, entender como tais localizações eram entendidas naquele período. Afinal, a noção de espaço também é estabelecida historicamente e, sendo assim, foi alterada desde os setecentos: locais que, para a atualidade, podem parecer de fácil acesso, para os indígenas e colonos do período poderiam ser muito mais distantes por razões diversas – a própria distância geográfica, a dificuldade de acesso por razões do mundo natural ou de meios de deslocamento, bem como as fronteiras imaginárias estabelecidas por inimigos e por guerras; da mesma forma, o contrário poderia ocorrer: o que para nós, contemporâneos, pode parecer distante, à época poderia ser acessado de outra maneira que aproximasse diversas regiões. Por tais razões, partiremos da obra de Noronha para nos "guiarmos" e nos localizarmos no espaço amazônico colonial, levando em consideração as possibilidades de impressões do mundo colonial através do detalhamento posto por ele:

Noronha escreve um roteiro de viagem, porém podemos dizer que na verdade o que também foi escrito e descrito é um "guia" da distribuição espacial da ocupação luso-indígena na região e sua rede relacional com demais localidades. Rios, caminhos, canais, vilas, povoações, aldeias, fortificações fizeram parte da realidade de sua viagem, entretanto nem todas comporão o trajeto percorrido fisicamente.⁴⁸

Sendo assim, seguiremos com Noronha parte do caminho percorrido por ele, o qual coincide parcialmente com o recorte geográfico da pesquisa. De tal forma que não apenas daremos mais vida ao cenário amazônico, estabelecendo o recorte geográfico de maneira mais tangível, como também situaremos tal cenário no período colonial, entendendo-o a partir de narrativas feitas nos séculos XVIII e XIX.

Para dar início à viagem, Noronha parte da Cidade de Belém – assim como a maioria das viagens e expedições ao longo do Amazonas nos setecentos –, já situando-a para o leitor:

Em distância de vinte léguas da Ponta da Tijoca, último termo da foz do rio Amazonas pela parte do oriente, subindo a costa ocidental do largo continente que medeia entre a ilha do Maranhão a leste, e a grande ilha de Joanes ou Marajó, a oeste, está situada a cidade do Pará numa ponta de terra vizinha à boca do rio a que chamam os naturais do país Guajará, por onde dois rios Guamá e Capim, depois de se unirem, desaguam (...).⁴⁹

À época, como já explicitado por Galvão Ramalho e Rendeiro Neto, a América Portuguesa e, em especial o território amazônico, passava por grandes mudanças políticas e econômicas por conta da instauração das reformas pombalinas. Tais mudanças foram

⁴⁸ Ibidem. p. 172.

⁴⁹ NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**, op. cit., p. 21.

ilustradas ao longo do Roteiro e, dentre as principais consequências de tais reformas no território amazônico, estava a criação de diversas vilas e de capitânicas – por exemplo, a capitania de São José do Rio Negro, que passa a compor o Estado do Grão-Pará e Maranhão, a qual tinha Belém como capital: "A cidade do Pará é a capital e residência do governador e capitão-general do Estado, que compreende quatro distintas capitânicas e governos particulares, a saber: as capitânicas do Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí."⁵⁰

Após mais de um século de sua fundação, a cidade de Belém assumia, na segunda metade do século XVIII, um papel de coalizão naquele Estado, sendo importante porta de entrada para a região amazônica e para o próprio "mar de água doce" e seus afluentes. Segundo Noronha, seu comércio consistia em "cacau, cravo, salsaparrilha, óleo de copaíba, café, açúcar, tabaco, algodão e couros". Ao longo da leitura, percebemos que grande parte dos elementos citados estarão disponíveis no interior, sendo explorados através do agroextrativismo. O papel de coalizão da capital do Estado também esteve presente no comércio de madeira, sendo o local que recebia as mercadorias dos interiores e das margens dos rios e as enviava, sobretudo à Portugal.

Sendo a viagem de Belém até o atual estado do Amazonas já bem conhecida pelo vigário, Noronha explica aos leitores os dois caminhos possíveis de serem percorridos para dar início ao trajeto do Roteiro e chegar até o Rio Negro: um por dentro e outro por fora das ilhas entre o rio Tocantins e o sul do atual estado do Amapá. O caminho por dentro das ilhas, segundo Noronha, era o mais conhecido e mais frequentado: seu percurso se dava entrando pelo rio Moju, passando pelo Igarapé-Mirim e atravessando o conhecido canal do Limoeiro até chegar no rio Tocantins. Esse trajeto, inclusive, foi o escolhido pelos bávaros Spix e Martius, que veremos posteriormente.

O Tocantins foi muito conhecido e percorrido durante o período colonial, sendo fundamental para acessar o estuário do rio Amazonas. À época, esse rio era conhecido por suas águas cristalinas e verdes – característica fundamental que o diferenciava do Amazonas – e pela criação de peixes e de tartarugas que se davam em suas águas. Em suas margens, era abundante e presença de pau cravo – uma das "drogas do sertão" que eram utilizadas sobretudo para exportação –, no entanto, não era extraído com tanta frequência, por conta da dificuldade de navegabilidade deste rio, que continha muitos troncos, saltos e pedras em seu

⁵⁰ Ibidem.

curso e, principalmente por conta do receio de ataque dos indígenas que habitavam suas margens.⁵¹

Ao escrever sobre as populações locais, Noronha demonstra conhecer muito sobre as diversas nações indígenas que habitavam a região, não apenas ao mencionar o nome de cada etnia, mas também ao descrever seus principais hábitos culturais. Ao descrevê-los, no entanto, é inevitável a percepção do julgamento e do descrédito em relação às crenças indígenas e aos seus modos de vida. Sobre as populações estabelecidas no Tocantins, comenta:

Não são antropófagos nem idólatras. A sua religião é nenhuma. Há porém entre eles pitões ou feiticeiros que são só no nome, fingimento e errada persuasão, a quem consultam para a predição dos sucessos futuros em que se interessam, e a quem recorrem para a cura das suas enfermidades mais rebeldes.⁵²

Aqui, é importante destacar que tais juízos feitos pelo vigário estavam imbuídos de sua conjuntura histórica e cultural. Portanto, não se procura condenar seus registros, mas sim perceber como as populações locais eram vistas, bem como reconhecer a importante contribuição que tais registros proporcionaram ao entendimento dos hábitos dos indígenas da região. Neste mesmo trecho, Noronha comenta sobre as reuniões diárias feitas entre os indígenas para compartilhamento de suas tradições e de sua história, o que demonstra a valorização que tais etnias concediam ao conhecimento de seu passado e à preservação da memória coletiva:

(...) Depois de saírem do banho, que tomam geralmente todos os índios antes do amanhecer, é invariável o costume de ir, um índio destinado para este ministério, instruir no pátio ou praça da aldeia a gente moça na história particular da sua nação, referindo o princípio e sucessos dela, as suas transmigrações ou mudanças (se têm havido) de umas para outras partes, as suas guerras passadas e motivos delas, as suas alianças e confederações, as nações que em algum tempo lhes foram falsas e traidoras ou constantes e fiéis, as que têm beneficiado ou agravado, o heróico valor e esforço dos seus maiores e outras coisas semelhantes que todos ouvem com atenção e lhes fazer uma indelével impressão.⁵³

Esse registro de Noronha nos traz elementos importantes para combater a ideia muito disseminada no século XIX até o início do século XX de que os indígenas não teriam noção temporal ou conhecimento de sua própria história. A maioria das produções etnográficas e antropológicas deste período defendia a teoria de que as diversas culturas do mundo estariam

⁵¹ LOPES, Siméria de Nazaré. As drogas do sertão e as redes de comércio no Grão-Pará. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 289-316.

⁵² NORONHA, José Monteiro de. Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786), op.cit., p. 24.

⁵³ Ibidem. p. 25.

estabelecidas em lapsos temporais diferentes na história da humanidade. Para esses autores, as civilizações, mesmo que contemporâneas entre si, eram divididas em uma linha do tempo que caminhava em direção ao progresso. As *civilizações* europeias, evidentemente, eram as mais avançadas, já no estágio adulto da história das civilizações. Enquanto que outros grupos populacionais, em geral estabelecidos no mundo colonizado, ainda estavam no início da linha temporal, isto é, na infância da história civilizacional. Os teóricos defendiam tal tese com base na ideia de que os próprios grupos indígenas não teriam noção temporal, muito menos noção histórica de sua própria cultura. Isso porque, no século XIX, se entendia que, para haver produção histórica, precisaria haver escrita e registro escrito – o que não havia na maioria das nações indígenas. Essa percepção progressista e positivista da história ajudou a fundamentar, então, a ideia de que os indígenas não tinham noção de sua temporalidade e não pensavam em seu passado e seu futuro. Por isso, eles eram vistos como infantilizados – assim, dependiam muito da influência europeia para evoluir e atingir a *civilização*.⁵⁴

Mesmo que esse não tenha sido o objetivo de tal registro, o que foi colocado por Noronha, ainda no século XVIII, ajuda a contrapor tais teorias, mostrando que as nações indígenas não só se localizavam temporalmente, como também valorizavam seus passados e seus feitos, buscando lembrá-los e deixá-los sempre vivos através da cultural oral. Por essa razão, o estudo da história a partir da perspectiva indígena começou a ser possível apenas nas últimas décadas, quando se começou a colocar a história oral como possibilidade de estudo para as culturas que não priorizavam os registros escritos.⁵⁵ Ao continuar viagem, ainda ao sudeste da Ilha do Marajó e pelo meio de sua baía, menciona a passagem pela Vila de Beja com destino ao conhecido engenho do Mestre de Campo Pedro Furtado de Mendonça; dali, prosseguiria até a Vila de Oeiras. Esse trajeto da viagem era especialmente complicado, por conta das diversas ilhas na região, bem como bancos de areia e correntezas. Nesse momento, Noronha considera oportuno mencionar a importância de um piloto com experiência para percorrer tal trajeto com segurança:

Para fazer a viagem ao largo, por fora de todas as ilhas e pelo meio da baía de Marajó até o engenho sobredito, se carece de canoa segura e piloto

⁵⁴ PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 25, n. 58, pp. 7-31, set/dez 2020. PACHECO DE OLIVEIRA, João. “El nacimiento del Brasil: Revisión de un paradigma historiográfico”, **Corpus** [En línea], V.3, N. 1, 2013.

⁵⁵ THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 4 mar. 2024. pp. 9-28. SILVA, Joana Aparecida. Fernanda. JOSÉ DA SILVA, Giovani. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n.1, pp. 33-51, jan-jun. 2010.

experimentado, por ser baía prolongada, larga e ter correntezas, grandes mareas, baixos e ilhas que fazem dividir o verdadeiro caminho".⁵⁶

Este trecho é uma das poucas vezes que o vigário menciona a importância de habilidades humanas para percorrer o trajeto presente no Roteiro. Mesmo nesse trecho, ele o faz de maneira impessoal, sem aprofundar nos tipos de habilidades ou nos tipos de canoas necessárias e, acima de tudo, sem comentar quem seriam os responsáveis pelo êxito de tais critérios. Não sabemos se tal invisibilidade foi intencional, mas não podemos deixar de lembrar que os indígenas eram os grandes pilares destas viagens. Eles mantinham o transporte colonial interno – e externo, como será abordado posteriormente – não somente através do trabalho braçal de remeiros e construtores de canoas, mas também através do trabalho intelectual de conhecimento da floresta, como pilotos e carpinteiros, ao extrair boas madeiras para o sucesso do transporte.

A forma como Noronha coloca tal importância nos ajuda a entender, então, porque a invisibilização do trabalho indígena no período colonial perdurou por tanto tempo. As atividades realizadas pelos locais, que hoje reconhecemos ser fundamental para o transporte e para as viagens coloniais, não eram detalhadas pela maioria dos viajantes, sendo colocadas como tarefas prontas. Isto é: mesmo que tenha se mencionado a importância do produto final (a qualidade das canoas e a experiência do piloto), não se buscava entender a sucessão de etapas necessárias para a fabricação de tal produto. Assim, a própria fabricação de madeiras e de canoas, bem como o trabalho de pilotos e remeiros, não era investigada; pelo contrário: eram mencionados de forma secundária e impessoal. Dessa forma, é preciso partir de uma perspectiva diferente, com acesso a outras informações, para pensar quais indivíduos estavam por trás de trabalhos hoje vistos como tão importantes para a economia colonial.

Por outro lado, não se deve descartar as contribuições colocadas por Noronha ou por outros viajantes do período. Pelo contrário: sem tais testemunhos, também não teríamos elementos suficientes para entender a história indígena. Alguns trechos depois, o vigário demonstra seu profundo conhecimento sobre a demografia local ao nos apresentar as etnias indígenas que formavam algumas das vilas da região que percorria. Ao comentar sobre os descimento de indígenas ainda do período jesuítico, menciona que, do rio Pacajá – localizado entre os rios Tocantins e Xingu –, desceram até a Vila de Portel indígenas de diversas nações: Pakajá, Tukunypé e outras; também com destino a Portel, saíram os índios da nação Uanapu. Já na ilha do Marajó, menciona algumas etnias que haviam habitado tal região, a saber: Aruã,

⁵⁶ NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**, op. cit., p. 28.

Nheengaíbas, Mamayaná, Anajás, Mapuá, Guajará, Pixipixi e outras. Segundo o vigário, "esses rios e os demais da ilha foram antigamente habitados de muitas nações de índios (...), que presentemente se acham reduzidas a diferentes vilas e lugares"⁵⁷. Aqui, não procura-se detalhar os deslocamentos de cada nação e seus destinos, mas sim apresentar como as informações coletadas por Noronha ao longo de suas viagens pelo Estado do Grão-Pará nos mostra de forma mais próxima as consequências da colonização para as etnias indígenas, principalmente no que diz respeito aos descimentos obrigatórios e seus efeitos para a composição demográfica e cultural das etnias indígenas.

Noronha, por sua vez, não se atém apenas ao aspecto demográfico e cultural do Estado, nem mesmo somente à descrição das vilas localizadas ao longo do Roteiro; ele também se dispõe a colocar seu roteiro como um *guia* ou até mesmo como uma *enciclopédia* da ocupação colonial – e, por vezes, indígena – no Grão-Pará. Mesmo que o Roteiro não atravesse até a margem norte do Amazonas, o vigário aborda, por exemplo, a vila de São José de Macapá e as ilhas entre tal vila e a costa do Marajó, que seriam abundantes em cacau, o qual serviria para abastecer os moradores da capitania do Pará. Tal miscelânea de informações é presente ao longo de toda a obra, a qual se mostra indispensável para o estudo do Grão-Pará colonial, seja para se dedicar às questões sociais, culturais ou econômicas.

Ao chegar no Xingu, por exemplo, traz novos relatos sobre a presença de drogas do sertão (como o pau cravo) e sobre o *resgate* de indígenas das nações Yuruna, Tukunyapé e Cariberis realizado por João Maia da Gama, governador do Pará à época do resgate, que enviou os gentios à cidade do Maranhão (São Luís) para realização de serviços. Já para sair do Xingu e navegar até Tapajós, Noronha fornece alguns conselhos sobre navegabilidade:

Quem navegar com intento de abreviar a derrota deve seguir sempre a margem austral do Amazonas, fazendo a viagem a remo e a vela porque de ordinário são certos os ventos gerais no verão, e sem nunca atravessar o rio para não perder tempo e se livrar de algum perigo, isto é, até a altura em que se persuadirá à travessia.⁵⁸

Alguns trechos depois, o vigário sai do Amazonas para descer até o Tapajós, grande rio localizado entre o Xingu e o Madeira, o qual une diversos outros rios. A entrada no Tapajós é a última parada de Noronha antes de chegar ao destino final para essa dissertação – a então vila de Santarém –; mas antes de chegar nesta vila, Noronha alerta sobre os perigos do rio: "os grandes saltos chamados vulgarmente cachoeiras"⁵⁹ e as "muitas nações de índios

⁵⁷ Ibidem. p. 31.

⁵⁸ Ibidem. p. 35.

⁵⁹ Ibidem. p. 37.

infiéis" que ali habitam. Por último, não deixa de mencionar as drogas do sertão presentes em suas margens: cravo e óleo de copaíba.

A chegada a Santarém não inspira muitas notas sobre a vila. Noronha, por sua vez, escolhe por citar as outras vilas próximas localizadas no Tapajós: Vila de Alter do Chão, Vila Franca, Vila Boim e Vila de Pinhel. Após tais notações, o vigário já parte para a vila de Óbidos e segue em direção à Capitania do Rio Negro, localidades que fogem de nosso recorte geográfico. Assim sendo, é importante finalizar mencionando que a obra de Noronha surpreende pela densidade de informações, tanto de cunho geográfico quanto demográfico. Sendo um homem do século XVIII, José Monteiro de Noronha ultrapassa a visão superficial e generalista sobre as etnias do Baixo Amazonas, demonstrando seu conhecimento diverso e variado sobre as populações da região. Já sobre o deslocamento e percurso ao longo da Cidade de Belém até o Rio Negro, reafirmamos o que foi dito acima por Rendeiro Neto e Galvão Ramalho, de que o vigário nos fornece um guia praticamente enciclopédico da geografia amazônica. Por tais motivos, a obra de Noronha se mostrou fundamental para compreensão do contexto colonial dos setecentos e oitocentos na Amazônia. Sigamos, portanto, para análise dos outros viajantes naturalistas que contribuem, cada um à sua forma, para o entendimento do contexto espacial e social da produção de madeiras.

Capítulo II – Pelos naturalistas: Alexandre Rodrigues de Ferreira e Spix e Martius

1. Coleção Alexandre Rodrigues de Ferreira

Em setembro de 1783, Alexandre Rodrigues de Ferreira, acompanhado de seus três auxiliares, embarcaram em Lisboa com destino a Belém do Pará, onde teria início a primeira expedição científica financiada pela Coroa Portuguesa e liderada por um naturalista de formação. Até este momento, as expedições portuguesas eram guiadas, sobretudo, por oficiais do exército – com objetivo de demarcação e monitoramento das fronteiras – ou por missionários – para conhecimento e cristianização, como colocadas no capítulo anterior. A partir do século XVIII, no entanto, o reino de Portugal passou a beber da fonte do iluminismo científico que se difundia no Velho Mundo, o que levou a criação de novos cursos e novas faculdades, como a própria Faculdade de Filosofia Natural, frequentada por Ferreira. Seu desempenho, por sua vez, levou-o à posição de "primeiro vassalo português, que exercitasse o nunca visto em Portugal, nem antes do feliz reinado de Sua Majestade, exercitado emprego de Naturalista"⁶⁰.

A viagem tornou-se uma estadia de nove anos na América Portuguesa, percorrendo grande parte das atuais regiões Norte e Centro-Oeste. O naturalista e seus auxiliares realizaram um trabalho ostensivo de reconhecimento, coleta e catalogação nas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, produzindo "um rico acervo, composto de diários, mapas populacionais e agrícolas, cerca de 900 pranchas e memórias (zoológicas, botânicas e antropológicas) (...)"⁶¹. Uma expedição tão longa, no contexto político português do final do século XVIII, enfrentou muitas adversidades, envolvendo adoecimentos, mortes, falta de suporte financeiro e até mesmo perda de materiais no trajeto entre colônia e metrópole. Assim, quando Ferreira retornou a Portugal em 1792, se deparou com a falta de cuidado e de organização do acervo ao qual se dedicara ao longo da década que passara. A partir disso, é possível entender a ausência da catalogação e da publicação das obras produzidas ao longo da Viagem Filosófica, o que levou à dispersão dos registros por vários arquivos e coleções.

A Biblioteca Nacional Digital, por sua vez, nos apresenta a Coleção Alexandre Rodrigues de Ferreira, a qual "constitui de documentos produzidos durante a Viagem Filosófica, além de outros adquiridos por Alexandre Rodrigues de Ferreira para auxiliar seus

⁶⁰RAMINELLI, Ronald. Alexandre Rodrigues de Ferreira. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/projetos/alexandre/historico.htm>. Acesso em: 02 de março de 2024.

⁶¹ Ibidem.

estudos. Constam também sua correspondência e documentos produzidos por terceiros sobre ele e sua expedição. Existem hoje, nesse acervo, 191 documentos textuais e aproximadamente 1.500 desenhos (...)”⁶², que nos concedem diversas produções sobre a Amazônia Colonial Portuguesa, seja no âmbito botânico, zoológico ou antropológico.

Dado o contexto da expedição de Ferreira, sua Coleção também se mostra importante para nos apresentar os interesses não apenas do naturalista, mas do projeto científico e político o qual ele estava representando. Assim, nos debruçaremos, então, sobre sua Coleção, que engloba tanto seus registros quanto outros documentos que despertaram seu interesse – e que, por diversas questões, podem ter se dispersado. O conhecimento da colônia, sobretudo das capitâneas mais ao norte, vinham numa esteira de mapeamento e busca por novos tipos de riqueza e de produtos economicamente viáveis para um Portugal durante a crise do ouro e da mineração. Portanto, tal viagem também nos mostra sobre a valorização e a atração pela Amazônia como fonte econômica.

Tendo isso em vista, nesta dissertação, nos dedicamos sobretudo à análise da Coleção de Alexandre Rodrigues de Ferreira, por entender que os registros contidos neste acervo também revelam bastante sobre as informações que o naturalista coletou em relação ao mundo da madeira e como este domínio atraía sua atenção. A obra **Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**, por sua vez, está presente apenas de modo iconográfico. Tal escolha se mostrou uma boa alternativa para abordar a produção do naturalista português – levando em consideração sua relevância para o estudo da América Portuguesa – de forma a respeitar os limites de uma pesquisa realizada ao longo do mestrado. Percorrendo o acervo, são encontrados diversos registros, em geral, memórias, sobre o mundo da madeira na Amazônia colonial: o que poderia envolver os melhores tipos e espécies para construção de casas e de embarcações, por exemplo⁶³; bem como relatos sobre o trabalho e a presença indígena tanto para o trabalho com madeiras, como serviços para a Coroa, como defesa das fronteiras fluviais do Reino⁶⁴. O interesse pela malha fluvial,

⁶²SODRÉ, Muniz. Sobre Alexandre Rodrigues Ferreira. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/>.

⁶³ “Madeiras que servem para casas e para obras de marcenaria”. [Local: s.n.], [Data: s.d.]. 2 p. Original. Manuscrito. O Barão da Penha tem uma Cópia. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN, v. 1, p. 235. CEHB nº 11.754. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456810/mss1456810.pdf; “Memória sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas, tantos índios como os mazombros do Estado do Grão-Para”. [Local: s.n.], [Data: s.d.]. 3 p. Original. Manuscrito. Consta anotação: Drummond nº 32. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN, v. 1, p. 235. CEHB nº 11.753. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456809/mss1456809.pdf.

⁶⁴“Detalhe dos índios determinado às equipações das duas canoas da guarda costa, que se acham estabelecidas nos dois canais do norte e do sul, na foz do rio Amazonas; tendo se regulado o dito detalhe por ordens expedidas aos diretores das respectivas povoações na data de 21/10/1773”. [Local: s.n.], [177-?]. 1 p. Original. Manuscrito.

sobretudo por sua navegação e proteção é muito presente nas produções de Rodrigues Ferreira, que fez diversos registros sobre os tipos de embarcações utilizadas na Amazônia, para uso cotidiano ou para artilharia:

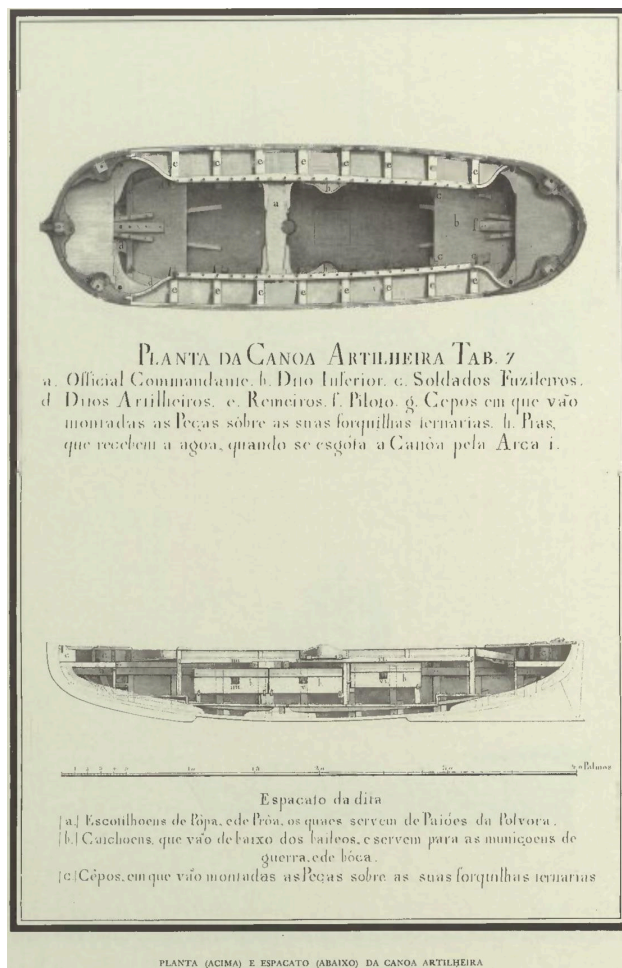


Figura 2. *Planta da Canoa Artilheira.* Disponível em: FERREIRA, Rodrigues. *Viagem filosofica pelas capitancias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 33.

O trabalho de Alexandre Rodrigues de Ferreira, então, se mostra como uma importante fonte para essa dissertação, não só por ser testemunho de um convívio com o mundo colonial ao longo de nove anos, mas por representar um importante aspecto da colonização do final do século XVIII e início do XIX: a escolha deliberada pela aprendizagem e absorção dos conhecimentos indígenas. A secularização da administração colonial aliada ao reconhecimento das riquezas econômicas e mercantis da Amazônia portuguesa por vários reinos do Velho Mundo colocou Portugal sob pressão para proteção e exploração da região.

As drogas do sertão, as manufaturas e a produção de madeiras eram domínios importantes economicamente para a Metrópole, ao mesmo tempo que estava sob a dependência do conhecimento dos indígenas – enquanto negros escravizados, quando presentes, auxiliavam-nos e os colonos realizavam apenas a fiscalização. A partir do fim do século XVIII, portanto, passa a haver um esforço consciente de aprendizado com as populações locais, não porque tais saberes eram valorizados e reconhecidos, mas sim porque eram necessários para a saúde econômica de Portugal. Assim, cotidiano colonial foi abordado de forma incessante por Rodrigues de Ferreira, também por meio iconográfico, ao registrar sobre as canoas utilizadas no cenário amazônico, inclusive com a presença do jacumã para pilotar as embarcações⁶⁵.

⁶⁵ Em sua dissertação, Ferreira elabora sobre a centralidade dos indígenas para a fabricação de canoas e embarcações na Amazônia Colonial, bem como para condução de tais embarcações como remeiros ou pilotos jacumaibas: FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016

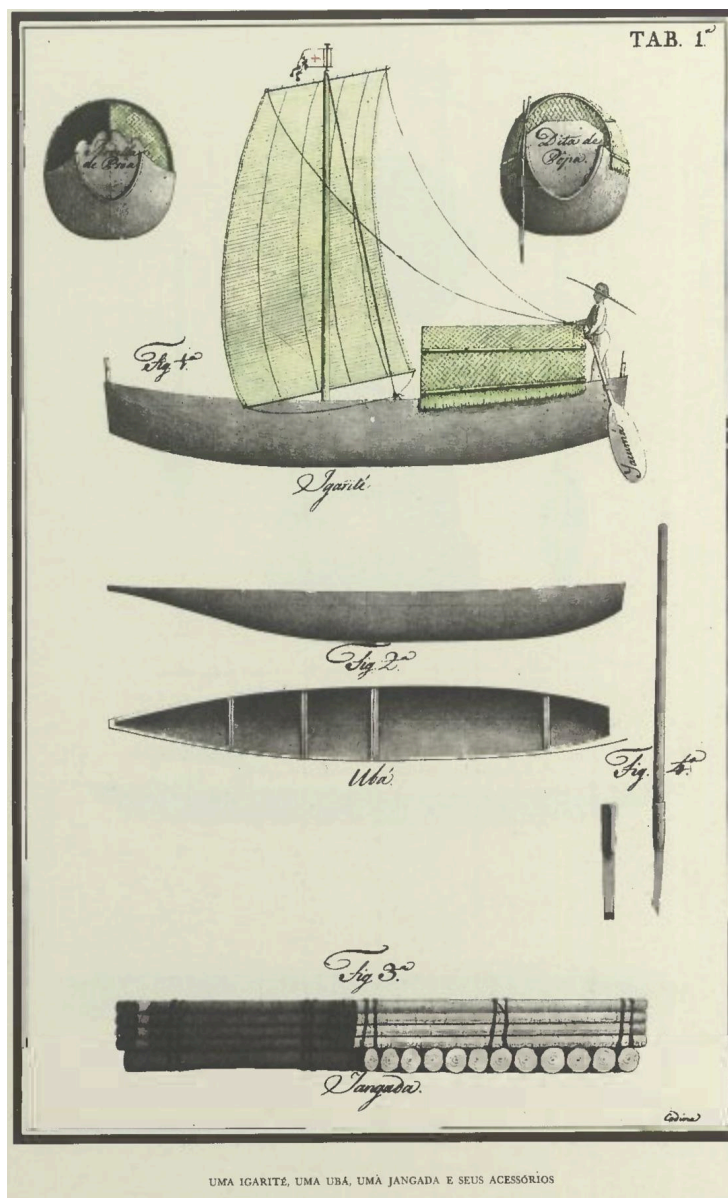


Figura 3. Uma igarité, uma ubá, uma jangada e seus acessórios. Disponível em: FERREIRA, Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 35.

O que houve, então, foi uma apropriação dos conhecimentos indígenas seguido pelo apagamento de tais conhecimentos desde o período colonial. Mesmo que dependessem dessa população para a própria realização das expedições, é sabido que, em geral, os naturalistas absorviam esses saberes e classificavam-os como seus. Raramente é posto o reconhecimento da participação crucial dos locais para o sucesso dessas Viagens:

We start from the assumption that indigenous peoples are still eclipsed in the historiography of the production and circulation of knowledge, despite being currently acknowledged as historical agents. In other words, as individuals who had and still have their own agenda, who performed and perform according to their own perception of the universe that surrounds them. Thus, our intention is to give visibility to these subjects to prevent them from being

overlooked and side-lined in the historical narrative. This is what happens in most studies about the philosophical travel of Alexandre Rodrigues Ferreira, for instance, in which little or no importance at all is given to Cípriano Sousa and José da Silva, both indigenous who helped in carrying out essential tasks, such as the collection and preparation of samples to be shipped to Lisbon. These men stood out among the assistants in the expedition, since they were promoted to *alferes* (ensign) of their own villages for their work with Ferreira, and they even moved to Portugal.⁶⁶

Dessa forma, os documentos da Coleção Alexandre Rodrigues de Ferreira se apresentam como importantes registros sobre este momento da colonização: nos mostrando a experiência portuguesa nas expedições não mais mediante cronistas e missionários, mas sim com uma roupagem científica. Através de tais registros é ainda mais perceptível a imprescindibilidade dos indígenas para o percurso colonial – o que não significa que tal dependência tenha tido início com o Iluminismo científico, mas sim que tais conhecimentos passam a ser melhor registrados e detalhados, por conta da própria natureza dos documentos elaborados.

2. Viagem pelo Brasil

Em Agosto de 1819, chegariam a Belém do Pará os naturalistas Spix e Martius, após uma viagem que teve como ponto de partida o atual estado do Rio de Janeiro, depois percorrendo o que hoje conhecemos como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí e Maranhão. O desembarque dos bávaros na cidade de Belém marcava o início de uma expedição pela região amazônica, que percorreria o Amazonas de forma a conhecer o território do ponto de vista botânico e também etnográfico.

Assim, nesta seção, nos dedicamos a acompanhar a expedição de Spix e Martius até a vila de Santarém, onde eles chegaram em Setembro do mesmo ano. O percurso até Tapajós (como era conhecida a vila na língua geral), proporcionou material para diversas análises, que preencheram as páginas dos três primeiros capítulos do terceiro livro que compõem o conjunto **Viagem pelo Brasil**.

⁶⁶ SANJAD, N.; PATACA, E.; SANTOS, R. R. N. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of amazonian indigenous peoples in the construction of eighteenth and nineteenth century botany. **Journal of History of Science and Technology**, v. 15, n. 1, p. 11-38, jun. 2021. p. 15.

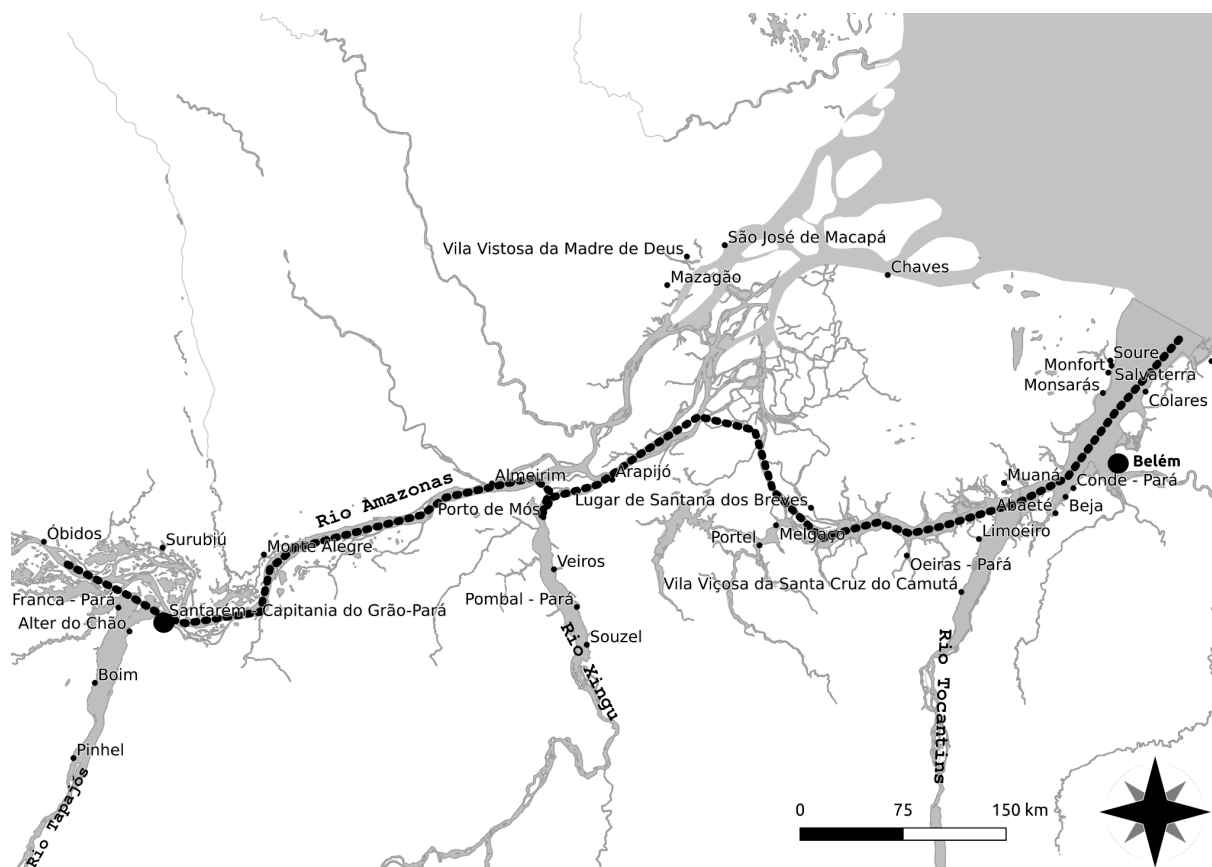


Figura 4. Caminho percorrido por Spix e Martius no Baixo Amazonas

A chegada à Belém rendeu diversas notas sobre as primeiras impressões da Província do Pará. Os naturalistas pareciam curiosos com os efeitos que a proximidade do Equador provocaria nas condições geográficas e climáticas da região, o que se nota a partir dos trechos nos quais relatam a pouca diferença entre as estações, bem como a longa e constante duração dos dias em todos os meses do ano. Também tiveram boas impressões quanto ao desenvolvimento da cidade que, à época, já possuía algumas ruas com casas e algumas construções maiores, como a Praça do Comércio e Alfândega, bem como a Igreja das Mercês, o Hospital Militar e o Palácio do Governo. O desenvolvimento da construção civil demonstrava a capacidade que o homem teria em enfrentar a natureza, mesmo em meio à soberania da floresta amazônica. Por outro lado, tal desenvolvimento não seria tão aproveitado, do ponto de vista dos viajantes, por não terem desenvolvido lavouras e plantações na cidade, o que prejudicaria tanto a economia da província, quanto a própria alimentação dos moradores – as quais eles julgavam não ser "tão boa e saudável como deveria

esperar da fertilidade da terra"⁶⁷ –, já que os hábitos alimentares dos moradores consistiam em farinha de mandioca, peixe seco e carne salgada, carecendo de arroz e de verduras.

Por fim, voltam seus olhares à composição demográfica da cidade, que se tratava aproximadamente de 24.500 pessoas, em sua maioria branca "(...) com sangue europeu *puro*"⁶⁸, seguido de índios e, por último negros. Tal composição demográfica era reflexo dos séculos de escravização indígena, que provocou descimentos dessa população para impor a eles todo tipo de trabalho, desde a lavoura até construções públicas. A vinda de negros escravizados tomou maiores proporções após 1755, com o fim da escravidão indígena formal. À essa composição demográfica, sobretudo ao grande número de indígenas, Spix e Martius atribuíam a falta de desenvolvimento político e atrasos econômicos e comerciais da região. Na visão dos naturalistas, os indígenas não seriam capazes de desenvolver senso de civilidade ou de progresso, vivendo apenas para suprir suas necessidades. Ao mesmo tempo em que relata os diversos trabalhos que os indígenas assumiam – como o serviço doméstico, pesca, carregamento de mercadorias e, exclusivamente a esse grupo, o papel de marinheiros e remadores – também os coloca como um peso e um atraso para o Reino:

Nem os sentimentos cristãos dos reis nem a bem intencionada disposição dos estadistas, nem a proteção e poder da Igreja puderam levantar os índios do Grão-Pará do estado selvagem em que foram encontrados, para o benefício da civilização e do bem-estar cívico; como dantes, permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade a suporta.⁶⁹

Ironicamente, para seguir viagem, os bávaros contam com uma comitiva de indígenas remeiros e um piloto para guiá-los durante os meses que se seguiram. Após a saída de Belém, desceram em direção ao Amazonas e percorreram o Rio Moju até darem a volta no Limoeiro de Ajuru, conhecendo as diversas ilhas que existem naquela região e repousando na Ilha Pautinga, registrada pelos viajantes, onde ficaram apenas por conta de uma tempestade que haviam enfrentado. Apesar de ter sido apenas uma noite de espera, a estadia na ilha rendeu impressões sobre as grandiosas e diversas palmeiras de miritis (buritis) que a preenchiavam, bem como sobre a inabitância do local, percebida pelos diversos troncos da mesma palmeira que foram derrubados pelo rio e permaneciam abandonadas em meio à natureza. Tal condição leva-os a pensar sobre a situação do estrangeiro naquela região: "Que pavoroso lugar de estadia

⁶⁷ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. pp. 27-28.

⁶⁸ Ibidem. p. 29.

⁶⁹ Ibidem. p. 32.

seria esta deserta ilha para um pobre náufrago, europeu"! – dizia eu a mim mesmo"⁷⁰, o que nos incita a refletir sobre a relação de dependência que os viajantes teriam em relação aos locais que o acompanhavam – quesito que será abordado mais profundamente ao longo do capítulo.



Figura 5. O palmeiral de *Mauritia flexuosa* [miriti] na Ilha Pautinga no arquipélago paraense. Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles.

Após o fim da tempestade, seguiram pelo sul da Ilha de Marajó (também citada como Ilha de Joanes) e pararam em Breves, à época ainda conhecida como povoado. O local, que abrigava poucos indígenas e brancos, forneceu aos naturalistas interessantes informações sobre as moradias e o cotidiano dos moradores. Os visitantes pareciam indignados com o tipo de habitação usada pelos indígenas, que não contava com paredes, mas apenas tetos de folhas de ubuçu apoiadas em mourões. Essa construção era suficiente para abrigar os principais itens que compunham a vida naqueles sertões: materiais de pesca, fogão, redes, arcos e flechas e tipitis para fabricação de farinha. Tais *choças*⁷¹ eram erguidas nas sombras de árvores frutíferas, como cacauzeiros, jambeiros, abieiros e laranjeiras, com os quintais dedicados a algumas plantações à exemplo de bananeiras e também para criação de tartarugas. Enquanto

⁷⁰ Ibidem. p. 102.

⁷¹ Ibidem. p. 106-107.

os naturalistas exaltam o costume dos "normandos do extremo norte europeu", por não trancar suas cabanas por confiar em seus vizinhos, criticam o hábito daqueles indígenas por viver em comunidade, compartilhando seus itens e trabalhando em conjunto. Mesmo não tendo sido notada pelos viajantes, ali havia diversos tipos de trabalhos e expertises: o conhecimento do ambiente para escolha da melhor folha para abrigar as moradias, a fabricação de louças de barro feitas por mulheres, o processo de produção de tucupi e da farinha, a pesca, a plantação de árvores frutíferas e a criação de tartarugas. No entanto, a mentalidade cultivada pelos bávaros os impedia de enxergar tal desenvolvimento, levando-os a condenar os hábitos locais e esperar sempre pela criação de gado e cultivo de lavouras em grande escala.

Após mais alguns dias de percurso, chegariam à Vila de Santo Antônio de Gurupá (ou Corupá). Inicialmente habitada por holandeses ainda no século XVII, se tornou um ponto de fiscalização de canoas com mercadorias no Amazonas após a expulsão desses. O local também era vizinho de uma missão de capuchinhos que, quando da chegada dos naturalistas, já havia sido desfeita, levando muitos dos habitantes dessa missão a migrar para a vila. Mesmo assim, os naturalistas relatam a baixa densidade populacional e decadência da vila, restando apenas o relato que os indígenas fornecem sobre os *pai tucura*⁷², afirmando que o local era mais próspero antes da saída dos capuchinhos. Apesar de ter uma circulação de pessoas por conta da fiscalização e da antiga missão na região, havia uma falta de prosperidade da vila, sobretudo por conta da ausência de terra fértil para a lavoura. Spix e Martius sugerem o cultivo de café nos terrenos férteis da ilha, mas os indígenas aproveitavam apenas "(...) os abundantes pés de de salsaparrilha e cacauzeiros nativos, nas ilhas próximas e ao longo do Rio Xingu"⁷³. Por outro lado, apesar da crítica ao uso de cacau e salsaparrilha nesse momento do livro, os naturalistas haviam citado os mesmos itens anteriormente, no primeiro capítulo, de forma positiva, ao abordar os principais itens de exportação da província do Pará.

Dando continuidade à expedição, os bávaros contornam as diversas ilhas da região e sobem o Xingu em direção à Vila de Porto de Moz, onde ancoraram já pela madrugada. A mudança na água do rio chamou atenção, que a descreveram como mais claras e limpas, tendo às suas margens areias brancas, compondo uma paisagem quase que celestial:

(...) As margens do rio são de areias brancas, limpas; mais ao interior das terras, eleva-se alta mata virgem, cujo verde-escuro contrasta, de modo singular, com as árvores floridas, aromáticas, espalhadas nas suas margens.

⁷² “Um dos habitantes de cor lastimou a decadência da vila, pois, como ele dizia, no tempo dos *Pai tucura* era muito melhor. O nosso intérprete explicou, rindo, que, com o nome de *Pai-tucura* ou *Pai-gafanhoto*, ele se referia a um capuchinho, e os índios os chamavam assim, por causa do capuz pontudo”. Ibidem. p. 115.

⁷³ Ibidem. p. 115.

Em toda a bacia do Amazonas não havíamos até então encontrado lugar algum de aspecto tão aprazível como este. (...)"⁷⁴.

No entanto, outros detalhes da paisagem não os deixam esquecer do poder das águas da bacia do Amazonas que deixaram seu rastro nas matas de igapó formadas às margens do rio, destruídas pelas inundações durante as cheias.

Após o desembarque, voltam seus comentários à ocupação da freguesia de Porto de Moz, a qual também era composta por um pequeno local chamado Boa Vista, igualmente às margens do Xingu, mais próximo às regiões das ilhas. Os locais não contavam com muitas construções, se tratando apenas de algumas moradias habitadas por indígenas e mestiços, que formavam a maior parte da população. A vila teve início com as missões de capuchinhos, que provocaram o descimento de indígenas das etnias tucunhapés e jurunas que, àquele período, compunham as 50 casas e 210 habitantes de tal freguesia. Neste momento, não descrevem os hábitos ou impressões sobre a vida dos nativos naquele local, voltando a escrever sobre os indígenas apenas para se referir a uma carga de "cravo do Maranhão" que estaria pronta para ser despachada em direção ao Pará (provavelmente à cidade de Belém) por ordens do vigário da região. A colheita de tal carga teria sido de responsabilidade dos indígenas – os quais seriam de propriedade do sacerdote.

Segundo Spix e Martius, o cravo do Maranhão se trata de uma casca da árvore *Persea caryophylliata* M., geralmente com mais de 30 pés, com longas e densas folhas.⁷⁵ A colheita, segundo os próprios viajantes, era uma atividade perigosa e cansativa: "(...) os índios, andando solitários à procura dela nas matas, expõem-se ao ataque de índios inimigos ou de feras. Raro é a expedição encontrar essas árvores em bom número reunidas, de maneira que se possa fazer o trabalho sem se separar".⁷⁶ A presença compulsória dos indígenas na colheita de tal carga exemplifica o processo de inclusão imposta às diversas etnias ao trabalho de procura pelas *drogas do sertão*, sobretudo durante os séculos XVII e XVIII na Amazônia Portuguesa. Tal exemplificação nos leva a pensar não somente na dependência dos colonos em relação à população local no que diz respeito ao conhecimento do território, mas também na participação fulcral dos indígenas para o desenvolvimento da economia colonial interna e externa desde a conquista. Mesmo que não percebam, nesse momento, Spix e Martius

⁷⁴ Ibidem. p. 121.

⁷⁵ O nome *Persea caryophylliata* M., descrito pela primeira vez por von Martius em 1829, em seus trabalhos publicados após o retorno à Europa, tornou-se um basônimo para o nome científico atual: *Dicypellium caryophyllaceum* (Mart.) Nees. Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 11-17.

⁷⁶ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, op.cit., p. 121.

fornece fontes para contrapor seus próprios argumentos colocados anteriormente, de que os indígenas seriam um peso para o Reino. Pelo contrário, os indígenas sustentaram a economia e o comércio transatlântico por diversos séculos, não só pela colheita das drogas do sertão, mas também de forma indireta através da contribuição com os colonizadores e da escravização formal e informal à qual foram submetidos antes e após o período pombalino.

Ao seguirem viagem, os naturalistas sobem o Amazonas percorrendo as diversas ilhas da região até contornar as Ilhas de Uruará. Naquele momento, foi necessário percorrer um pequeno braço de rio de mesmo nome, para voltar ao Amazonas em direção à Vila de Santarém. O percurso pelas ilhas, no entanto, renderam diversos registros sobre impressões naturais e etnográficas da região. A dimensão das árvores às margens do percurso parecia surpreendê-los incessantemente, mesmo após conhecer tantas espécies dessa natureza. Nesse momento, a mungubeira, a embaúba e a sumaúma se destacavam aos olhos dos naturalistas, com seus longos troncos e extensas copas. Particularmente em relação à sumaúma, os viajantes comentam sobre a proximidade de suas felpas com as do algodão, porém, mais quebradiças; por isso, os filamentos da sumaúma seriam usados como feltros para chapéus e almofadas, enviados à Portugal já há muito tempo. Esse tipo de confecção se diversificou e permanece relevante, sendo fabricados brincos, bolsas, colares e demais elementos decorativos com a mesma obra-prima, símbolo de persistência e secularidade das culturas indígenas desde a conquista até a contemporaneidade.

Além da presença indígena na fabricação e na exportação de artesanatos locais, os naturalistas também escrevem relatos admirados com a habilidade desses povos na técnica da pescaria. O contato com os indígenas remeiros e pilotos aproximou-os dos bávaros, que variavam seus relatos por vezes surpresos com suas desenvolturas nas florestas e por vezes atônitos com seus hábitos destoantes. Ao comentar sobre a destreza desses povos na pesca, por um momento, pareciam distanciar-se dos antigos relatos sobre sua falta de civilização e sua inferioridade em relação aos europeus. Nesse momento, dedicam à descrição dos conhecimentos indígenas uma parte considerável do capítulo, detalhando suas diferentes técnicas utilizadas na pesca, as quais eram escolhidas a depender de cada ambiente, da oportunidade e da espécie de peixe. No entanto, mesmo reconhecendo tais habilidades e até mesmo reconhecendo que os indígenas possuíam conhecimentos alheios aos europeus, suas visões de mundo não permitiam colocá-los como seus semelhantes – os indígenas não possuíam tais conhecimentos por conta de suas experiências e de seus méritos, mas sim porque foram submetidos àquele ambiente e estavam *reagindo*, se *adaptando* ao local:

Quando se pensa que um sem-número de tribos desses aborígenes brasileiros, habitando nas proximidades de águas, tanto dependem para alimentação de peixes, como de animais terrestres, e relativamente de poucos vegetais comestíveis, não se deve estranhar que, apesar de toda a sua incultura, possuam grande habilidade e até conhecimentos, para nós totalmente desconhecidos, na arte da pesca.⁷⁷

Nesses caminhos, os apontamentos sobre os indígenas também foram mais frequentes por encontrarem somente a presença de diversas etnias ao longo das margens do Amazonas percorridas até a Vila de Santarém – tais locais, onde não havia a presença de colonos ou de negros escravizados, eram conhecidos como *Sertões do Amazonas*. Os viajantes explicam que, no século XIX, as populações indígenas poderiam ser encontradas em duas condições: ou vivendo em vilas criadas por brancos na tentativa de sua *civilização* ou ainda sem contato com os colonizadores, em meio às matas. Anteriormente, a maioria das etnias se localizavam às margens dos rios, sendo possível avistá-las durante as expedições (muito bem detalhado nas primeiras expedições pelo Amazonas, como a feita por Cristóbal de Acuña), no entanto, por conta da chegada dos portugueses, a maioria dos indígenas teriam se embrenhado nas matas como forma de proteção ao contato. Os próprios naturalistas, então, demonstram o impacto que a chegada dos portugueses teve na organização e nas culturas indígenas: para fugir dos descimentos, havia o deslocamento de diversas etnias para locais habitados por outros povos, gerando guerras e conflitos e, conseqüentemente, a miscigenação entre etnias de forma a se perder diversos elementos de sua história. Quando submetidos aos descimentos, eram deslocados às vilas em outras regiões, que mudaram de lugar diversas vezes e provocaram o esvaziamento de suas habitações e de seus núcleos populacionais, colocando-os em meio a territórios desconhecidos. A vitória dos descimentos para os portugueses significava perda de identidade e trabalho compulsório aos indígenas:

Também não são raros os casos de matarem os índios o missionário, e voltarem ao seu primitivo domicílio. Malogradas esperanças de maior comodidade no novo modo de vida, opressão exercida por certos colonos imigrados, a devastação causada pelas bexigas ou pelo sarampo, muito raras vezes a conduta imprudente do missionário foram os motivos desses levantes, que, então, foram castigados pelo Governador do Pará ou do Rio Negro com guerra de extermínio ou com a prisão e transporte a lugares remotos. Essas condições explicam bastante o despovoamento que verificamos quase por toda a parte onde estivemos no interior das províncias do Pará e do Rio Negro (...)⁷⁸

O que Spix e Martius relatam é que eles não presenciaram mais as etnias indígenas descritas pelos cronistas dos séculos XVI e XVII. Por sua vez, o que os naturalistas bávaros

⁷⁷ Ibidem. p. 133.

⁷⁸ Ibidem. p. 138.

descrevem é a história da reação de diversas etnias indígenas às mais variadas formas de violência colocadas pelos colonizadores: "Aqui elas não se apresentavam na sua vida natural e primitiva, com liberdade de movimento, seus costumes e vida própria; antes, encontrávamos apenas restos de tribos, doentes e alteradas."⁷⁹

Por outro lado, é fundamental reiterar que, apesar deste ser um relato de uma história de extrema violência física e cultural exercida pelos portugueses, também relata uma história de luta e antagonismo por parte das etnias indígenas. Ao contrário do que os naturalistas afirmam, ali não seria um decreto de fim ou o de esvaziamento da cultura indígena, de modo contrário, demonstram o início de um processo de ressignificação e de formação de novas culturas, com novas pessoas e novos elementos. Ora, mesmo após três séculos de violência, Spix e Martius continuam a relatar conhecimentos, hábitos e expertises indígenas que persistiram após o processo colonizatório. Enquanto os naturalistas acreditam que as etnias indígenas só seriam validadas em seu estado puro e estático, o que percebemos na atualidade é a importância de persistências e até mesmo de formação de novas etnias que ocorreram no período, como estratégia de adaptação e preservação de culturas e de saberes indígenas em meio a um processo de genocídio etmológico.⁸⁰

Em 18 de Setembro, Spix e Martius finalmente chegam à Vila de Santarém. A mudança na cor das águas novamente chamou atenção, sinalizando-os que estavam se distanciando do Amazonas e adentrando a foz do Tapajós. Àquela época, a vila ainda era conhecida, na língua geral, pelo mesmo nome deste rio, resquícios do nome dado à criação da aldeia em 1661, o qual permaneceu até a elevação para vila e consequente mudança de nome para Santarém em 1758.

Para os naturalistas, Santarém seria a vila mais importante do Amazonas. Não apenas por conta da localização geográfica, mas também por sua importância para o comércio no oeste da província do Pará. A vila teria entre 2.000 a 4.000 habitantes – incluindo os indígenas e os que viviam *dispersos* –, que, em geral, viviam em habitações organizadas em filas na rua principal, contando com apenas um pavimento e estruturadas com paredes de pau-a-pique, cobertas com folhas de palmeiras. No interior, não haviam muitos móveis de luxo, apesar do fácil acesso às madeiras de melhor qualidade, como a muirapinima. A área externa, por sua vez, se tratava de grandes quintais, onde moravam os indígenas – "a criadagem da casa" – em senzalas.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Em relação à composição demográfica da vila, Spix e Martius explicam que a maioria era de brancos, portugueses de classes mais baixas que, estimulados pelas políticas pombalinas, emigraram à região e se casaram com mulheres *de cor*. Segundo os próprios viajantes, essa imigração também foi facilitada por conta da relação com os indígenas e "a facilidade de empregá-los nas plantações, em lugar dos escravos"⁸¹, o que também incentivou o caráter comercial que a vila assumiu ao longo dos séculos:

"Deve-se considerar Santarém empório do comércio entre a parte ocidental da província do Pará e a capital. Das vilas vizinhas, Óbidos, Faro, Alenquer, Vila Nova da Rainha (a oeste), Alter do Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro (ao sul), à margem do Tapajós, trazem cacau, salsaparrilha, cravo-do-Maranhão, algum café, algodão e borracha."⁸²

Além do comércio com outras vilas do Pará, a vila de Santarém também favorecia o comércio com algumas etnias indígenas que se estabeleciam ao longo do Tapajós. Por isso, além de navegarem esse rio para fazer comércio com os mato-grossenses, também poderiam fazê-lo com "poderosas tribos dos mundurucus e maués, que vivem ao longo do [rio] Tapajós"⁸³, que comercializavam cravo-do-maranhão, salsa-parrilha, cacau, adornos de penas e guaraná.

Tais apontamentos dos bávaros deixa ainda mais claro a participação dos indígenas na economia e no comércio colonial, participação esta que poderia ser feita de forma diversificada. Além da colheita compulsória de drogas do sertão, ou com seus conhecimentos locais, também estabeleciam, de forma interna, o comércio com os estrangeiros. Aqui, podemos ver que, ao contrário do que foi apontado por Spix e Martius em páginas anteriores, as etnias indígenas estabeleceram seus próprios modos de organização que, mesmo não utilizando as categorias conhecidas pelos europeus, se tratava de uma estruturação econômica e comercial que fazia sentido àquelas populações locais. Os indígenas, além de proverem seus sustentos, também produziam a ponto de estabelecerem trocas comerciais entre nações e, após a conquista, com os colonos. No entanto, aqui é importante relembrar a diversidade das culturas e das organizações indígenas. Como apresentado por Spix e Martius, apenas algumas etnias faziam esse tipo de comércio, o que mostra que não há isonomia entre elas. Apesar da tentativa de unificação e de amalgamento das culturas indígenas pelos colonizadores, para se entender as lógicas locais, precisamos, antes de tudo, entendê-las em suas particularidades.

⁸¹ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friendrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, op.cit., p. 140.

⁸² Ibidem. pp. 140-141.

⁸³ Ibidem. p. 141.

Ainda em relação aos indígenas, os naturalistas fazem uma análise sobre a *desordem* interna das diversas etnias:

Esta raça traz em tudo o cunho da absoluta falta de unidade intrínseca e essencial e, por essa razão, a sua atitude, os seus intentos, costumes e linguagem são de contínua inconstância. Em coisa alguma permanece firme, a não ser na instabilidade. Os índios da redondeza, empregados dos colonos ou donos de pequenas roças, eram cruzamento de numerosas tribos: dos jacipuiás, jurunas, cariberis, curiarés (curiverés), cuzaris, guaruarás, todas morando entre o Xingu e o Tapajós, e os passés, juris, uainumás, marauás e miranhas, que foram trazidos das regiões a oeste, sobretudo do Japurá. Todas essas tribos refundiram-se ao contato dos brancos, muitas vezes dentro de poucos anos, numa população quase homogênea nos costumes e na língua. Muito poucos se recordavam ainda da sua primitiva fala; também poucos haviam assimilado perfeitamente o português ou a língua geral (...).⁸⁴

Sem perceberem, testemunham novamente o impacto negativo que a colonização provocou nas culturas indígenas. A crítica que fazem sobre a *inconstância* indígena seria, na verdade, as consequências cruéis das modificações que o contato provocou ao longo dos séculos na vivência dessas diversas nações. Enquanto, antes, se tratavam de diversos núcleos populacionais, passaram a se *refundir* por conta da violência estrangeira, o que alterou profundamente os costumes e hábitos de cada etnia. Os bávaros, contudo, não deixam de responsabilizá-los por priorizarem a sobrevivência e tentarem se adaptar a uma situação imposta pelos próprios europeus.

Apesar dos apontamentos muitas vezes tendenciosos e contraditórios em relação aos indígenas e à população local, não podemos esquecer que os próprios naturalistas também foram produtos de seus tempos históricos. As críticas feitas a alguns de seus registros não devem ser entendidas como condenatórias, pelo contrário, são provas da importância que o trabalho de Spix e Martius assume até a contemporaneidade no que diz respeito ao entendimento da América Portuguesa do século XIX. A chegada dos bávaros à vila de Santarém marca o fim do recorte geográfico da obra para este trabalho, mas sem deixar de nos apresentar informações fundamentais sobre o mundo natural, a demografia, a economia e o cotidiano colonial do Baixo Amazonas.

3. Jesuítas e viajantes naturalistas: um quebra-cabeça do mundo colonial

A abordagem prévia das obras dos jesuítas e dos naturalistas nos fornece pistas para pensar um contexto social, cultural e econômico para nos guiar ao longo do estudo sobre o Baixo Amazonas do século XVIII e XIX. Os autores, cada um à sua maneira, nos apresenta uma peça para formar o quebra-cabeça da Amazônia colonial.

⁸⁴ Ibidem. pp. 141-142.

O primeiro deles, Padre João Daniel, nos fornece a visão de um missionário português, o qual conviveu com as populações indígenas por várias décadas, sobretudo através da política de descimentos. O "Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas", ao mesmo tempo que nos traz diversas discussões teóricas e intelectuais sobre o convívio e a exploração indígena, também nos testemunha o aspecto prático de tal convívio; nos apresentando uma perspectiva abrangente. Isso porque os diversos volumes, tratados e capítulos da obra referem-se a temas diversos, desde a interação entre europeus e locais, o trabalho e a exploração indígena, os aspectos geográficos da região e as diversas utilidades do seu mundo natural. Apesar de serem temas tão diversos, se escolheu por abordá-los de maneira conjunta porque, de alguma forma, todos se relacionam e se integram quando nos referimos à produção de madeiras na região.

José Monteiro de Noronha, por sua vez, tem como característica uma escrita mais sucinta, sendo seu principal objetivo a elaboração de um "Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província". No entanto, Noronha não deixa de expor os conhecimentos que adquiriu na região ao longo de seus anos como vigário-geral do Rio Negro e governador dos bispado do Pará. A obra de Noronha se destaca sobretudo nas suas contribuições quanto à geografia da região, abordada exaustivamente, com detalhes sobre a localização das vilas, os principais rios e seus afluentes. A perspectiva demográfica também não poderia estar ausente, principalmente quando se diz respeito às diversas etnias indígenas, seus locais de origem e deslocamentos impostos a elas. Essa perspectiva, no entanto, se dá através de uma abordagem majoritariamente impessoal – com Noronha, os indígenas eram abordados apenas de forma generalizada, sem se ater aos *processos* de exploração, os trabalhos por eles desenvolvidos e a relação de dependência entre eles e os colonos.

Por fim, Spix e Martius trazem uma perspectiva estrangeira ao estudo sobre a Amazônia colonial. O terceiro volume de "Viagem pelo Brasil" expõe, mesmo que sob a concepção enviesada dos bávaros, diversos pontos essenciais para a compreensão da Amazônia colonial: desde impressões sobre o mundo natural do Grão-Pará – como a grandiosidade das palmeiras, as diversas árvores frutíferas e até mesmo a própria extração de madeiras – até testemunhos sobre a presença indígena na região, seus modos de vida e sua contribuição para a economia colonial. Outro ponto marcante sobre a obra dos viajantes naturalistas é a abordagem pessoalizada e quase literária sobre a vida na América Portuguesa, o que nos aproxima ao cotidiano colonial e sua ambientação.

Mesmo que tenham sido escritos em períodos relativamente próximos e tratando sobre a mesma região, cada trabalho traz uma perspectiva e um foco diferente sobre o Grão-Pará da

segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. A escolha das três produções se deu justamente para que houvesse uma complementação entre elas, de forma que uma preenchesse o vazio de outra, reciprocamente. Após essa contextualização prévia sobre a Amazônia colonial e suas diversas particularidades, é possível se debruçar mais sobre o tema específico deste trabalho: a produção de madeiras. A partir do capítulo seguinte, começaremos o processo de entendimento das *partes* necessárias para composição do *todo* da produção madeireira e seus desdobramentos.

PARTE 2:
Produção de madeiras nos registros oficiais da administração colonial

Capítulo III – Para além do Pau-Brasil: a diversidade de madeiras no Baixo Amazonas

A leitura de mais de 150 documentos do Projeto Resgate e do Códice 101 disponíveis no Arquivo Nacional culminou na evidenciação de diversas "Relações de madeira" e, posteriormente, na sintetização dos principais dados contidos nesse tipo de registro. As *relações* eram tipos de registros diferentes dos demais documentos já analisados, podendo ser anotadas junto aos ofícios, requerimentos, cartas ou quaisquer outras espécies de documentos.

Tais relações se diferenciam, no entanto, pela sua forma de registro. Isso porque as relações, de uma maneira geral, eram as primeiras versões das planilhas que conhecemos hoje. Juntamente aos "Mappas", as tais "Relações" sintetizavam informações em uma formatação parecida com o que vemos em tabelas contemporaneamente. Por isso, tais tipos de registro eram mais utilizados para compilar dados sobre envio ou recebimento de cargas em geral, não sendo exclusivo para o registro sobre madeiras.

Esse tipo de registro, de caráter sintetizador, nos fornece diversas informações sobre os produtos abordados. Os *mapas* estão mais presentes em documentos da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, quando se anota sobre o transporte e exportação de mercadorias variadas. Já as *relações* são encontradas também nos documentos que tratam especificamente da madeira, justamente para resumir informações cruciais sobre o produto.

Outro documento essencial para o entendimento do uso da madeira na Amazônia colonial é a obra de João Daniel, "Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas", sobretudo em seu Volume I, no qual dedica diversos capítulos à explicação sobre as mais variadas plantas da região, sejam ervas, árvores frutíferas, ou árvores utilizadas para produção de madeira. Nesses capítulos, além da descrição das árvores, João Daniel também discorre sobre os locais nos quais são encontradas e suas utilidades. Tal obra contribui para a dissertação por trazer um olhar menos burocrático e mais individual para a descrição das madeiras, além de ser mais uma fonte sobre a utilidade da madeira no Grão-Pará, permitindo o cruzamento e enriquecimento de dados. A Coleção de Alexandre Rodrigues de Ferreira, por sua vez, também nos apresenta informações variadas sobre o uso de madeira para construção civil e naval, bem como o trabalho exercido nesse contexto.

Nesse capítulo, então, faremos análise de diversas *relações* de madeira nos documentos do Resgate e também no Códice 101, bem como dos capítulos 1 a 5 do primeiro volume da obra de João Daniel e de documentos avulsos da Coleção de Alexandre Rodrigues de Ferreira. Assim, a partir desse momento, é preciso começar a entender a madeira em sua

diversidade e também em suas especificidades. Ou seja: entender que a madeira, no Grão-Pará colonial, não era vista como uma mercadoria única.⁸⁵

A madeira era utilizada em praticamente todas as esferas do cotidiano colonial, com utilidades e finalidades distintas. Por isso, não se trata da madeira de forma singular nas fontes desse período, mas sempre de maneira diversificada. Com a análise das relações, será possível começar a perceber a pluralidade complexa da madeira: ao mesmo tempo que é abordada de forma múltipla, com suas diferentes espécies e utilidades, também é abordada a possibilidade de se utilizar uma mesma espécie para diferentes fins.

Isso porque não eram apenas as espécies de madeira que determinavam sua finalidade, outro elemento fundamental para a diferenciação das madeiras eram os cortes. Ao se encomendar uma carga de madeira, já era informado o posterior uso do material para que ficassem definidos suas dimensões e cortes. Em situações mais detalhadas, era comum a solicitação de tipos de madeira e especificação das dimensões para o envio da carga.

Em um ofício de 1750⁸⁶, são encomendadas "madeiras finas" com destino à Ribeira das Naus em Lisboa. No mesmo documento há uma relação com as madeiras enviadas e as marcas usadas para identificá-las⁸⁷. Nesse ofício, é registrado o envio de vários tipos de madeira, entre eles: o **pau santo**, um tipo de madeira comum no Norte e Nordeste do atual Brasil, também conhecida como "muirapinima preta", com até 20 metros de altura, pesada e indicada para carpintaria e construção em geral.⁸⁸ Essa madeira também foi abordada por João Daniel, que a atribuiu muito valor, comparando-a com o ébano. Tentando entender seu nome, o missionário explica que tal madeira foi muito utilizada para construção e ornamento de templos e sacristias. Sobre suas finalidades, confirma nossa informação: por ser muito dura, sólida e pesada, é utilizada sobretudo em tábuas para obras, por ser muito resistente ao tempo e a chuvas.⁸⁹

Também são solicitados cortes de **pau mulato** – que pode ser chamado de mulateiro, pau-marfim ou escorrega-macaco – também comum na atual Amazônia brasileira, com até 40

⁸⁵ É importante destacar a opção por não fazer divisórias neste capítulo, tendo em vista sua natureza descritiva e a impossibilidade de se elaborar uma classificação para os diferentes tipos de árvores. Por isso, optou-se por construí-lo de forma integral, destacando apenas as diferentes espécies de e suas principais características e finalidades.

⁸⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D. 3004.

⁸⁷ Tais marcas não eram gerais para todas as cargas enviadas. Provavelmente trata-se de uma prática do empreiteiro responsável pelo gerenciamento da extração e transporte de madeira.

⁸⁸ As informações sobre as espécies de madeira abordadas neste capítulo são compiladas de referências obtidas majoritariamente nos portais: Laboratório de Produtos Florestais: <https://lpf.florestal.gov.br/pt-br/>; Remade: <https://www.remade.com.br/>; Embrapa: <https://www.embrapa.br/>. Sendo assim, a partir de então, serão mencionadas apenas referências obtidas em outras fontes (coloniais ou contemporâneas).

⁸⁹ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1, op. cit., p. 479.

metros de altura e de fácil manuseio, sendo indicado para esquadrias, caibros, compensados, construção naval, lenha e vigamentos.⁹⁰ O pau mulato também está presente na literatura de João Daniel, que coloca como suas principais características o fato de ser pesado, sólido e fino; por tais características, pode ser categorizado como uma espécie de pau real.

Outra espécie solicitada é o **pau-óleo**⁹¹, árvore que atinge entre 10 a 20 metros de altura, utilizada para mercearia, lenha e especialmente para construção de mastros de embarcações e para escaleres. Por fim, outras duas espécies solicitadas são: **jutaí-mirim** (em grande quantidade, cerca de 42 toras), que é conhecida por diversos outros nomes – jatobá, jatobá-pequeno, juataí, juataí-pequeno, jutaí-do-campo, jutaí-mirim, jutaí-pororoca, jataizinho, comer-de-arara, – é encontrada em praticamente todas as regiões do atual Brasil, atinge por volta de 11 metros de altura, mas possui característica de difícil manuseio por ser muito dura. Segundo Gonzaga, é utilizada em construções pesadas e indicada para construções navais:

Na carpintaria naval, alto peso específico, alta resistência mecânica e alta estabilidade a recomendam para todas as vigas estruturais das obras vivas, quilha, sobrequilha, roda, cadaste, escoas e cavernas, além do tabuado do casco. (...) Na carpintaria civil, assoalho, marcos de esquadrias (não as folhas), vigas externas e internas, pisos em atracadouros, folhas faqueadas para capear compensados, lambris e peças decorativas, assoalho de alto padrão. Decreto de 1799 restringiu o uso do jatobá à construção naval, elevando-o à categoria de madeira de lei.⁹²

De fato, João Daniel a classifica como pau real e a descreve com características parecidas às concedidas por Gonzaga. Acrescenta o fato de que há três espécies dessa madeira, sendo diferenciadas entre si por conta de seus frutos, mas todas com as mesmas qualidades e utilidades. Além das mencionadas, também coloca que "pela sua dureza, [eram] escolhidos para moendas nos engenhos de açúcar" e também nos apresenta a possibilidade de uso da resina desta espécie, a qual poderia ser utilizada para fabricação de louças com maior resistência ao calor, ou como incenso.⁹³

A última madeira solicitada é o **pau violeta**, juntamente à informação de ser uma madeira difícil de se achar pois "apenas se encontram nas aldeias". Tal espécie também é conhecida como violeta, coataquiçaua, pau roxo ou roxinho e podia ser encontrada na Amazônia ou na Mata Atlântica. Chega até 35 metros de altura, considerada dura e pesada.

⁹⁰ Ibidem. p. 483.

⁹¹ Árvore que dá origem ao óleo de copaíba, muito usado para fins medicinais até a contemporaneidade na região Norte (especialmente nos estados do Amapá e Pará).

⁹² GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006. p. 206.

⁹³ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1, op. cit., p. 484.

Por isso, é indicada para construção naval e civil e, segundo Gonzaga⁹⁴, é excelente para macete do calafate naval e assoalho. João Daniel dedica a essa espécie e seus sinônimos dois parágrafos em momentos diferentes do capítulo: primeiramente, denomina-a como *violete*, dividindo-a em duas espécies, ambas abundantes no Rio Tocantins e úteis como lenha para fogo; segundo o missionário, essa madeira seria muito utilizada para o mesmo fim na Europa, lamentando não haver quem faça seu transporte. Algumas páginas depois, escreve sobre o *pau roxo*, que afirma ser pau real por conta de suas propriedades de grande estima: sua cor, mas também por ser madeira sólida, fina e de muita duração.⁹⁵

Tal imprecisão nas informações sobre essa espécie nos leva a refletir sobre o contexto da escrita de tais fontes, como já mencionamos anteriormente: o processo de formação do conhecimento científico sobre o mundo natural a partir da segunda metade do século XVIII e sobretudo no século XIX. Com isso, é importante termos em mente a falibilidade das informações registradas pelos naturalistas⁹⁶, ao mesmo tempo que precisamos pensar tais falhas como parte integrante do processo de construção de conhecimento e, principalmente, como indícios da importância desses produtos para o cenário colonial, dada a dedicação de diversos sujeitos à sua exploração e seu entendimento.

Em outra relação de madeiras de 1775, encontrada no Códice 101, há uma solicitação de madeiras para o interior da Cúpula do Torreão da Alfândega. Eram solicitadas quatro espécies de madeira em diferentes quantidades e medidas. A começar pelo **pau d'arco**, uma espécie de madeira normalmente encontrada na Amazônia, mas também na atual região do Nordeste e até mesmo em São Paulo. Atualmente também é conhecida como pau d'arco amarelo, ou até mesmo como ipê ou ipê amarelo. Costuma atingir até 25 metros e, apesar de ser uma madeira difícil de se serrar e aplainar, é indicada para construção civil e naval – como para assoalhos, dormentes e até mesmo móveis de luxo.

Outra espécie solicitada foi o **pau de acapú**. Hoje ameaçada de extinção⁹⁷, foi usada de forma recorrente durante o período colonial, especialmente no Grão-Pará – região considerada como seu habitat natural. Essa árvore também é conhecida como ritangueira, wacapu ou angelim-da-folha-larga e atinge até 25 metros de altura, sendo considerada de difícil manuseio por conta de sua dureza. Também por conta dessa característica, é indicada

⁹⁴ GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006.

⁹⁵ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol.1, op. cit., pp. 477-483.

⁹⁶ Por esse motivo, para elaboração deste capítulo, procuramos ir além dos dados fornecidos pelas fontes estudadas, tendo como base outras produções contemporâneas dedicadas ao conhecimento das madeiras utilizadas no período colonial e seus principais atributos.

⁹⁷ PORRO, Roberto. O que as cercas de acapu ensinam sobre o desmatamento na Amazônia? O Eco, 5 de janeiro de 2022. pp. 1-8. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1142282>. Acesso em: 02 de março de 2023.

para diversos fins, como construção civil e naval, carpintaria, marcenaria, assoalhos, vigas e dormentes. Segundo Porro, "a utilização da madeira do acapu na construção de residências e outras edificações antigas na cidade de Belém já havia sido reportada por viajantes e naturalistas desde o século XVIII, nas obras em que estes descrevem pisos, portais ou estruturas de telhados construídos com a madeira dessa espécie."⁹⁸

Outra árvore citada no documento do Códice 101 e também presente nos relatos de viajantes é a **maçaranduba (ou massaranduba)**, comumente encontrada em diversos estados da atual região Norte. Até a contemporaneidade, é conhecida por ser uma árvore comprida, grossa e corpulenta, atingindo até 50 metros de altura. Por isso, é difícil de se trabalhar, de serrar e de se aplinar; por outro lado, quando trabalhada corretamente, é altamente indicada para móveis, dormentes, vigamentos, esteios e até mesmo para instrumentos musicais (em especial, o violino). Sua grandiosidade e suas diversas funcionalidades foram mencionadas por Gabriel Soares de Sousa, ainda no século XVI, em seu Tratado Descritivo do Brasil em 1587:

Maçarandiba é outra arvore real, (...): são naturaes estas arvores da visinhança do mar; e acham-se muitas de trinta e quarenta palmos de roda, de que se fazem gangorras, mesas, eixos, fusso, virgens, esteios e outras obras dos engenhos, cuja madeira é de cor de carne de presunto, e tão dura de lavar que não há ferramenta que lhe espere, e tão pesadaque se vai ao fundo. Estas arvores são tão compridas e direitas que se aproveitam do grosso d'ella de cem palmos para cima, e nunca se corrompem.⁹⁹

Outra característica interessante dessa espécie é ser uma árvore frutífera, cujos frutos são muito consumidos nas regiões nativas ainda na atualidade, mas que também foi percebido pelo cronista na sua passagem pelo Grão-Pará:

Maçarandiba é uma árvore real (...). Só lhe cabe aqui dizer do seu fruto, que é da cor dos medronhos e do seu tamanho, cuja casca é teaz e tem duas pevides dentro, que se lhe lançam fora com a casca; o mais se lhe come, que é doce e muito saboroso; e quem come muita d'esta fruta que se chama como a arvore, pegam-se-lhe os bigodes como sumo d'ella, que é muito doce e pegajoso e para os índios lhe colherem esta fruta cortam as arvores pelo pé como fazem a todas que são altas. Estas se dão ao longo do mar ou à vista d'elle.¹⁰⁰

Já no século XVIII, Alexandre Rodrigues de Ferreira a coloca na relação de madeiras indicada para construção naval no Grão-Pará, recomendando a espécie para vigas, coral e

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 189.

frechal.¹⁰¹ No mesmo século, o Padre João Daniel trata da espécie em seu capítulo "De outras espécies de paus preciosos" do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*: segundo João Daniel, é um tipo de pau "merecedor de muita estimação pela sua dureza, e fortidão, com ser mais leve (...) as embarcações que se fazem da sua madeira são quase eternas e duram mais que as de angelim, e itaíba."¹⁰² Podemos pensar, então, que no fim do século XVIII – data do documento analisado e dos registros dos viajantes –, o uso da maçaranduba já era consolidado na região do Grão-Pará para diversas finalidades: fabricação de móveis pesados e de elementos estruturantes para a construção civil, fabricação de embarcações de alta qualidade e também dava origem à conhecida resina (breu) do Amazonas.

A última espécie mencionada na *relação de madeiras* é o **pau de muirajuba**, sendo semelhante a outra árvore comumente conhecida como garapa. Dentre outros nomes dados para essa mesma espécie estão: amarelão, garapa-amarela, grapiapunha, garapueira, garrote, gema-de-ovo, grapia, maratoa, muiratua. Suas características principais se aproximam das outras árvores mencionadas anteriormente: atinge entre 25 e 35 metros de altura, sendo uma madeira pesada e dura. Além disso, possui longa durabilidade, portanto, é indicada para construção de estruturas externas (dormentes, mourões e carrocerias). Na construção civil é indicada para vigas, ripas e tábuas e no âmbito naval, por sua vez, é indicada para elementos estruturantes, como quilhas.

A partir de um olhar mais abrangente, conseguimos perceber, nas fontes, o que foi afirmado anteriormente: a capilaridade do uso da madeira no período colonial. Mesmo em fontes de cunho administrativo, nas quais não são notados os usos cotidianos do produto, é possível apreender a centralidade dessa mercadoria para o próprio andamento da administração colonial. O uso da madeira ultrapassava a sustentação do comércio marítimo por meio da construção naval, se fazendo presente também na construção civil por meio das construções destinadas ao governo.

No entanto, pensar na importância dessa mercadoria para o período colonial não pode se resumir apenas a entender as espécies que eram extraídas, quais tipos de madeiras eram úteis para cada finalidade ou o impacto que essa extração teve na cultura ambiental e florestal do nosso país. Antes, precisamos entender que todo esse trâmite foi erguido por pessoas. Pensar a madeira como produto isolado e autônomo pode se mostrar interessante – até mesmo

¹⁰¹ Citado em: GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006.

¹⁰² DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1, op. cit., p. 486.

pela falta de estudos sobre o tema –, mas seria desperdício ignorar a fundamentalidade da competência humana para o andamento da produção madeireira.

Vejam, então, a complexidade que tal produção movimentava. Trata-se de uma exigência de intelecto voltada para dois âmbitos até hoje muito distintos – a construção civil e naval. Os indígenas – que até o século XVIII eram a maioria na extração e produção madeireira – eram responsáveis por elementos estruturantes das construções do Reino. Não bastava apenas conhecer a geografia local, reconhecer as espécies de árvores, se estabelecer em meio às matas amazônicas, nem apenas transportar os troncos de grande estatura e peso; também era necessário saber fazer os cortes na maneira que eram demandados.

Aqui, é importante chamar atenção para a precariedade das ferramentas do período colonial, já que, na maioria das vezes, acabamos por transpor nossas concepções contemporâneas para o período de análise. No intuito de superar esse pensamento, façamos aqui um esforço para pensar a prática do corte de madeiras naquele período: evidentemente não haviam máquinas, mas também não haviam ferramentas complexas para o transporte, medição e nem mesmo corte dos troncos. A maioria dos processos de carga e descarga de madeira levavam em torno de um mês por conta da quantidade e do peso a ser transportado. Os indígenas e negros escravizados arrastavam as toras de madeira presas em cordas por longas distâncias dentro da floresta até chegar na beira do rio para carregar as embarcações ou até o local adequado para fazer os cortes.¹⁰³

Nesse momento, começavam as medições, manualmente, para realização dos cortes demandados. Na maioria das vezes, principalmente quando se destinava à construção naval, deveria ser feita medição de altura, comprimento e também profundidade para cada tipo de corte. Quando concluídas as medições, se faziam os cortes, também de maneira manual, com serrotes e lâminas. De maneira resumida, eram esses os processos inseridos na produção madeireira, que envolvia um grande número de pessoas de forma recorrente. A extração de madeira não se dava, portanto, de forma esporádica, apenas sob demanda. Pelo contrário, era um processo exploratório que envolvia diversos agentes de maneira sistemática. Não seria possível alimentar um sistema tão dependente dessa mercadoria se assim não o fosse.¹⁰⁴

O que nos leva, então, a pensar outro aspecto indispensável para compreensão do mundo da madeira. Se a extração madeireira se dava de maneira sistemática, organizada, pensada e recorrente, também precisamos refletir sobre a engrenagem que esse produto movia. Não podemos estudar a produção de madeira de forma isolada da realidade. Ao

¹⁰³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6373; AHU_ACL_CU_013, Cx. 49, D. 4516.

¹⁰⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6334; AHU_ACL_CU_013, Cx. 42, D. 3874.

afirmarmos que essa mercadoria provoca deslocamento de pessoas, descimento de indígenas e o tráfico de escravizados, precisamos entender que esses sujeitos também provocam mobilizações.

Em um documento de 1778 do Códice 101, destinado à Junta da Fazenda Real do Estado do Grão-Pará e à Junta da Administração da Companhia do Grão Pará, há uma solicitação de diversos materiais necessários para a finalização da construção de um navio no Porto de Belém. Pedem, ainda, isenção de pagamentos de direitos em relação aos produtos enviados – alegando que tal prática seria corrente com negociantes particulares. As demandas são variadas: elementos essenciais para construção de embarcações (como âncoras, viradores, linhos, e bigotas), assim como apetrechos também para o navio (bandeiras, cataventos, bitáculas e buzinas). O que chama atenção, no entanto, são os pedidos perecíveis. Ao fim do documento, há solicitação de diversos mantimentos, como carne de porco e de vaca, açúcar, feijão, milho, manteiga e queijo.

Não se pode afirmar para quem seria destinada a encomenda, mas ela nos provoca outra reflexão sobre o processo produtivo da madeira. Tal processo não gera apenas um impacto social e cultural provocado pelo deslocamento e interação de diversas pessoas, mas provoca também um impacto no comércio e na circulação interna de produtos no Grão-Pará e, por consequência, na economia desse Estado.

Como dito anteriormente, a produção madeireira era orgânica, viva e pulsante. Movimentava pessoas de maneira periódica e regular, o que significava mover uma conjuntura econômica consigo. Migrar pessoas significa migrar também madeira – para construção de pequenos núcleos para seus estabelecimentos –, migrar outros materiais básicos como panos e tecidos, e também produtos básicos para sobrevivência – lampiões, plantas medicinais em caso de doenças – mas significa, acima de tudo, movimentar alimentos. A grande quantidade de indígenas e de negros escravizados moviam, praticamente de forma automática, a demanda por suplementos essenciais que, na maioria das vezes, correspondia a carne seca e farinha.

Pensar nessas questões é também pensar em uma economia interna forte – que já sabemos ser movida pela extração de drogas do sertão, mas agora também podemos pensar em seu movimento por conta da produção madeireira. Assim como tal produção não caminhava sozinha, necessitando do elemento humano para funcionar, o aspecto humano também requeria uma circulação interna de produtos bem estabelecida para suprir tais demandas. Assim, vamos percebendo a formação dos primeiros afluentes que abastecerão o rio caudaloso do processo de produção e extração de madeiras no Grão-Pará colonial.

Tal processo produtivo não caminhava sozinho, pelo contrário, estava sempre carregando outros elementos consigo. Isso porque a extração de madeira estava quase completamente atrelada ao domínio da construção, seja civil ou naval. Esse domínio funcionava como um mediador entre vários outros – isto é, alimentava e era alimentado por diversos fatores. De uma forma prática, isso quer dizer que era muito comum que, nas solicitações de madeira, estivessem presentes outros elementos também necessários para o êxito da construção. Assim como ocorreu no documento do Códice 101 mencionado anteriormente – o qual solicitava os mais diversos itens necessários para uma Nau –, e que também é recorrente em outras fontes.

Em uma minuta de ofício de 1753, escrita em Lisboa e com solicitação de madeiras para a Ribeira das Naus daquela cidade, há também a presença de elementos interessantes atrelados ao mundo da madeira.¹⁰⁵ Por ser um documento com solicitações voltadas para a construção de um navio, o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar também envia atualizações ao Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará sobre outros elementos, com origem naquele estado, enviados anteriormente para construção de naus em Lisboa. O Secretário escreve sobre o linho de cânhamo¹⁰⁶ que havia sido exportado do Grão-Pará para se fazer cordas, também destinada às embarcações. Ao que parece, o linho de cânhamo produzido no Grão-Pará estava em fase de testes, sendo comparado com o linho produzido na Europa. Nesta minuta, Diogo de Mendonça (Secretário de Estado da Marinha e Ultramar), afirma que o linho de cânhamo da Europa ainda era superior ao produzido no Grão-Pará, por sustentar mais peso.

O documento também tece críticas às próprias madeiras enviadas para Lisboa em momentos anteriores, comparando a qualidade das madeira do Grão-Pará com as produzidas no Pinhal de Leiria¹⁰⁷. Segundo a Minuta, as madeiras exportadas pelo Grão-Pará seriam úteis

¹⁰⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3224.

¹⁰⁶ De origem asiática, é uma espécie herbácea da família das moráceas. De suas plantas são extraídas fibras utilizadas na construção de velas para barcos e cordas. Portugal destacou-se na produção dessa espécie, fornecendo matéria-prima para grande parte de suas embarcações na idade moderna. Até fins dos oitocentos, o cânhamo era a cultura não alimentar primordial em Portugal, pois era considerado item de primeira necessidade para as potências marítimas (...) A política pombalina tinha como objetivo uma autossuficiência na produção do linho- cânhamo, buscando uma independência da Inglaterra para a produção de linho e tecidos para o velame das naus portuguesas. Cf. Carta do príncipe regente d. João ao vice-rei d. Fernando José de Portugal, determinando o aperfeiçoamento e ampliação de algumas culturas na capitania do Rio de Janeiro, incluindo o linho-cânhamo. Lisboa, 8 de julho de 1800. Secretaria de Estado do Brasil. BR RJANRIO COD.67, v.1. Disponível em: <http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6444:linho-canhamo&catid=2080&Itemid=215>.

¹⁰⁷ Também conhecida por Pinhal do Rei, é um dos primeiros registros de Matas Nacionais, localizada em Portugal e impulsionada no século XIII, por Dom Dinis. A maioria dos seus 11.000 hectares eram reservados à plantação de pinheiro-bravo que, posteriormente, seriam utilizados nas grandes embarcações portuguesas.

para para as **bocas das escotilhas**, enquanto as madeiras das Matas de Leiria eram mais leves e excelentes para o restante dos elementos das embarcações.

Por outro lado, em julho do mesmo ano, o Provedor da Fazenda Real da Capitania do Grão-Pará encaminha outro ofício para o mesmo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (que havia escrito a minuta de ofício com críticas às madeiras do Grão-Pará) relatando os preços das madeiras encaminhadas pelo Arsenal de Lisboa, relatando também a "superioridade das madeiras do Norte"¹⁰⁸:

(...) segurar a V. Exa., que em nenhuma outra parte se poderão achar com tanta comodidade, nem melhores; pois a respeito do que custão as [madeiras] do Norte, ficão tão ínfimos os pressos destas, que parece se faz incrível haver quem as fassa por eles.

A vista de tão grande diferença que é a de pressos a pressos, e de qualidade a qualidade, pois sem dúvidas são muito melhores estas que aquellas (...)

Vemos, mesmo no final do século XVIII, conflitos de opiniões e, certamente, de interesses sobre a exploração madeireira. Aqui, percebemos a importância da mercadoria e do seu processo exploratório. Ora, para que haja disputa sobre algum produto, envolvendo comparações e indagações sobre sua melhor qualidade ou origem, é preciso que tal produto mova interesses entre ambas as partes da disputa e também é preciso, acima de tudo, que tal produto promova uma boa contrapartida para os beneficiados. A madeira possuía todos esses critérios.

Percebemos, então, que a relevância dada à madeira não é uma concepção contemporânea aplicada ao mundo moderno. Mesmo na América Portuguesa, tal produto já mobilizava tais conflitos, influências e, acima de tudo, poderio econômico. Nesse sentido, outros documentos também nos ajudam a perceber a fundamentalidade dessa mercadoria. Em uma relação de envio de madeiras para a cidade de Lisboa, datado de 1754¹⁰⁹, há informações sobre os valores demandados para o transporte de cortes destinados à construção naval. Trata-se do envio de mais de 10 diferentes tipos de peças que foram embarcadas na fragata "Nossa Senhora da Arrábida" destinadas a Lisboa.

Entre as peças, estão: paus para quilhas, cavernas, vãos, dormentes, eixos, paus de cadaste, pau direito, pranchas e mais outras. Cada tipo de peça tinha um preço diferente a depender da quantidade enviada, descritos no documento. Além do valor despendido pelas quantidades de peças enviadas, também se inclui no gasto total: os preços com mantimentos durante a expedição, que provavelmente se tratava de gastos com alimentos e produtos de necessidade básica (roupas e armamentos); o soldo pago à guarnição de acordo com o tempo

¹⁰⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3235.

¹⁰⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3475.

de viagem; os "dias em que receberam socorro"¹¹⁰ na região de extração no Grão-Pará; e custos de manutenção da fragata na qual seriam enviadas as madeiras. Nesta carga, foram enviados 5.445 pés cúbicos de madeira¹¹¹, sendo que a produção de cada pé cúbico – não apenas para a extração, mas também para todos os gastos descritos anteriormente – custou 2.819 réis; sendo assim, a produção de toda carga de madeira enviada apenas nesta fragata demandou 15:348.216 réis à Fazenda Real.¹¹²

Outra relação de madeiras também destinadas a Lisboa, datadas do mesmo ano¹¹³, nos leva a pensar que esse era o preço médio de produção e envio de madeira. Também são solicitadas peças destinadas à construção naval, apesar de demandar menos variedade de materiais. Para essa carga, a guarnição precisou de 128 dias no Grão-Pará, produzindo 6.452 pés cúbicos de madeira. A extração do produto, aliada aos gastos com mantimentos, soldo da guarnição e custeamento da fragata demandou 15:733.328 réis da Fazenda Real, sendo que cada pé cúbico de madeira teria custado 2.438 réis.¹¹⁴

Essas duas relações abordadas nos ajudam a entender que a relevância dada à madeira nos séculos XVIII e XIX não se provam apenas pela disputa de melhor espécie ou de melhor região para extração da melhor carga, como vimos nos documentos anteriores. Também se prova de uma forma muito prática: o valor que a Fazenda Real dedicava à produção de tal carga em pouco intervalo de tempo. Como já abordado anteriormente, a produção de madeira não era um processo simples. Além de demandar diversos conhecimentos e recursos logísticos, também demandava altos valores durante a própria extração, que em média durava 120 dias.¹¹⁵ Sustentar essa logística, então, significava não somente apostar no seu sucesso, mas também depender profundamente desse material.

Essa dependência aliada ao seu uso corrente provocou, ao longo dos anos, a construção de um conhecimento empírico e também científico sobre as madeiras. Não era apenas a produção propriamente dita que ocorria de forma sistemática, respeitando normas e regras. O conhecimento sobre a madeira também passaria a ser devidamente organizado. Tal sistematização do conhecimento poderia ocorrer por meio da percepção do seu uso ao longo da história, herdando conhecimentos europeus e adaptando-os às matas brasileiras. Outra

¹¹⁰ A leitura de outros documentos, que serão abordados, nos leva a entender que provavelmente se trata da estadia da guarnição em algum estabelecimento.

¹¹¹ Nesse documento, também é informado que as madeiras eram medidas novamente quando da chegada da carga na Ribeira das Naus em Lisboa, para confirmação da quantidade enviada.

¹¹² Os cálculos estabelecidos em tais relações eram feitos de forma aproximada, com arredondamentos, o que veio a causar divergências em alguns valores. Todos os dados citados podem ser consultados no documento AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3475.

¹¹³ Idem. AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3476.

¹¹⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3476.

¹¹⁵ De acordo com os documentos citados.

forma seria a absorção do conhecimento indígena, que tradicionalmente lidavam com extração madeireira e construção de embarcações (guardadas as diferenças entre as embarcações nativas e as tradicionais portuguesas). Por último, poderia ser construída com ajuda de naturalistas que viajaram ao território da América Portuguesa para conhecimento da fauna e flora. Anteriormente mencionamos comentários sobre Gabriel Soares de Sousa, ainda no século XVI, sobre as árvores do Novo Mundo; ademais, podemos nos ater às viagens ocorridas na virada entre os setecentos e oitocentos, profundamente abordadas no capítulo anterior, as quais renderam muitas produções sobre as madeiras do Grão-Pará.

Além de abordarmos os saberes dos naturalistas do XVIII, vamos entender como se dava a primeira forma de construção de conhecimento sobre a madeira: a formação de um saber dado na prática, através de diversas tentativas – frustradas ou bem sucedidas –, com absorção das aprendizagens e adaptação de um conhecimento já tradicional ao cotidiano do Grão-Pará.

Um documento encontrado no Códice 101 é muito frutífero para se entender tal domínio da produção madeireira. Tal registro tinha origem no Arsenal Real do Exército, em junho de 1786. O conteúdo do documento pode ser dividido em duas partes: a primeira se tratava de uma relação de madeiras a serem enviadas do Grão-Pará com objetivo de serem utilizadas nas obras do Trem da Artilharia de Campanha. Tal relação se diferencia das outras analisadas anteriormente, esta é dividida em madeiras boas e madeiras inferiores. Além de se escrever algumas observações e solicitações de melhoria para a carga, também se registra que estão sendo enviadas amostras de madeiras boas e más a bordo de uma Charrua. Registra como madeiras boas três espécies: pequim, angelim e sucupira.

O **angelim** também pode ser conhecido como angelim vermelho, angelim verdadeiro, angelim pedra, fava-grande, faveira-dura, angelim falso, kuraru, parakwa. É uma árvore distribuída em suma na Amazônia Central (atuais estados de Roraima, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e até mesmo no sul da Guiana) e conhecida pelo seu tamanho: atinge até 60 metros de altura e mais de 2 metros de diâmetro. É uma madeira dura e pesada e, mesmo sendo difícil de trabalhar, é indicada para elementos estruturantes na construção civil e naval, como para vigamentos, caibros e ripas.¹¹⁶ Também é indicada para carroceria e vagões de trens, o que coincide com a solicitação do documento. O angelim é uma madeira mencionada frequentemente em documentos do período colonial, tendo sido objeto de análise também por João Daniel, que detalha suas "três ou quatro espécies": a primeira seria a de cor vermelha – a mais conhecida e valorizada, sendo classificada entre os paus preciosos; a segunda é o

¹¹⁶ Embrapa Amazônia Oriental. 2004. Espécies arbóreas da Amazônia n 6: Angelim-vermelho, *Dinizia excelsa*.

angelim de cor preta, segundo o padre, a mais durável e indicada para embarcações; a terceira específica como *pau de coco*, sem conceder mais detalhes; a quarta seria simplesmente angelim. As quatro espécies surpreendem João Daniel pelas mesmas características: sua grandeza, diâmetro e durabilidade. Justamente por essas características, era a árvore mais procurada para fabricação de embarcações inteiriças, dando origem a canoas grandes e rápidas para transporte de cargas.¹¹⁷

A **sucupira**, por sua vez, também é chamada de cutiúba, macanaíba, matanaíba, sapupira-da-mata, sapupura-amarela, papupira-preta, sebecira ou sicupira, a depender da região. Em geral, encontra-se no atual estado do Pará (outras espécies parecidas, no entanto, podem ser encontradas em estados do centro-oeste e do sudeste brasileiro). É uma madeira pesada e durável, mas de difícil trabalho e difícil de se aplainar. É indicada para construção civil e naval, também em elementos estruturantes. Alexandre Rodrigues de Ferreira a classificou como destinada à construção naval "para todas as partes de huma nau", em 1777.¹¹⁸

Esses dois registros do Códice 101 podem parecer, à primeira vista, apenas documentos formais sobre solicitações de madeira. No entanto, com um olhar mais atento, percebemos o processo de aprendizado que estava por ocorrer na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Para além de *conselhos*, ou *determinações superiores*, esses documentos nos mostram como a madeira passou a movimentar, naquele período, um tipo de aprendizado difícil de se conceber contemporaneamente. Para que se houvesse um processo produtivo sistemático dessa mercadoria, como foi abordado anteriormente, era preciso transpor os conhecimentos dos portugueses sobre tal produto para os trópicos: ensinar sujeitos sobre a extração, medição, corte e transporte; aprender e ensinar, muitas vezes à distância, sobre as características de madeiras necessárias para cada função e, por conseguinte, aferir quais espécies cumpriria cada função de forma satisfatória.

Por isso, acima, foi abordado o conhecimento empírico como forma de conhecimento sobre as diversas madeiras do Grão-Pará: não havia possibilidade de ser diferente. Com territórios tão diferentes geograficamente e espécies de árvores tão distintas, para que se houvesse extração madeireira a ponto de sustentar Ribeiras e Arsenais na América Portuguesa e em Lisboa, era preciso movimentar diversos sujeitos. Aqui, também diz respeito aos indígenas e ao intercâmbio de conhecimento que havia entre eles e colonizadores. Chamo de

¹¹⁷ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas**: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016.

¹¹⁸ Mencionado em: GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira**: Uso e Conservação. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006.

intercâmbio por conta da forma praticamente embrionária que estavam ligados os indígenas e colonizadores na produção madeireira. As demandas portuguesas ditavam as delimitações do processo produtivo, mas tal processo só era posto em prática a partir dos conhecimentos indígenas. Esta construção de conhecimento foi feita, portanto, de forma completamente interligada e compassada – conhecer e ordenar tantas informações demandava longo tempo e cuidado.

Um importante documento que mostra tal processo de ensinamento e de conhecimento sobre os tipos de madeira e suas aplicações nos trópicos é um ofício de João Pereira Caldas (governador e capitão geral do Estado do Grão-Pará e Rio Negro) para Martinho de Melo e Castro (secretário de Estado da Marinha e Ultramar), datado de 1778, com relações sobre diferentes tipos de madeira e suas finalidades, com amostras enviadas para os Arsenais do Reino¹¹⁹. O ofício contém dezenas de espécies, divididas em três grandes finalidades: para construção, para móveis e para tabuados e móveis de casa.

Ao mencionar as madeiras propícias para construção, cita algumas já vistas em documentos anteriores, como pau d'arco, angelim, sucupira, maçaranduba, e muirajuba. Mesmo assim, ainda há muitas espécies inéditas, como o **cumaru**, que também pode ser conhecido como camaru-de-folha-grande, cumaru-roxo, cumaru-verdadeiro, cumaru-ferro. Se trata de uma árvore com 20 a 30 metros de altura e 50 a 70 centímetros de diâmetro, encontrada em toda a Amazônia. O cumaru herdou, até a atualidade, muitas utilidades que eram exploradas no período colonial: desde suas castanhas, seu uso para artesanato e também para fins medicinais. Ao mencionar essa espécie, João Daniel identifica o seu bálsamo como propício para acalmar dores de cabeça e nos ouvidos. Sobre a exploração de sua madeira, coloca o cumaru como a melhor madeira para as moendas nos engenhos de açúcar, por conta de sua dureza e de seu peso.¹²⁰ Tais características coincidem com as estabelecidas por Rodrigues de Ferreira, que a indica para a construção naval, sobretudo para cavernas, braços, roda-de-proa, vaus, cadastes e curvas. Gonzaga, por sua vez, adiciona algumas utilidades na carpintaria civil, bem como para pontes, vigas e obras portuárias, por conta de sua resistência e estabilidade.¹²¹

Outra espécie inédita é a **itaúba**, também de grande porte – atinge 40 metros de altura e 80 centímetros de diâmetro. É comumente encontrada no Pará, especificamente perto do rio Tapajós, nas Guianas e no estado do Mato Grosso. Por ser uma madeira pesada e dura, é

¹¹⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6534

¹²⁰ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazona**. Vol. 1, op. cit., p. 487.

¹²¹ Mencionado em: GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006.

difícil de ser trabalhada, mesmo com máquinas. Também por esse motivo, é indicada para elementos estruturantes como vigas, caibros, ripas e tábuas de assoalho; no âmbito da construção naval, é recomendada para barcos e cabos de ferramentas. Essa espécie é mencionada por dois viajantes do período: Alexandre Rodrigues de Ferreira, que, ao fazer uma relação sobre as madeiras para construção naval no Grão-Pará, inclui a itaúba como espécie com fins semelhantes aos do anjelim e do cumaru¹²²; e pelo padre João Daniel, que a registra como **itaíba** e a divide em três espécies: a primeira seria mais propícia à fabricação de canoas, por *correr bem pela água* e não afundar com facilidade, em caso de alagamento; a segunda, por ser mais *enviesada*, era mais difícil de se trabalhar no fogo e, portanto, não era apta para embarcações, sendo mais indicada à fabricação de tabuados; a última, por sua vez, era conhecida como pau-ferro, por ser a mais dura das espécies. Segundo o padre, as características comuns a todas as espécies seriam sua dureza e seu peso excessivo.¹²³

A terceira árvore propícia à construção se trata do **piquiá**, uma árvore frutífera comum na Amazônia de terra firme. Também pode ser denominada piquiá verdadeiro, piqui, pequi-roxo, pequi-bravo, petiá- Amazônia e frequentemente é confundida com a árvore de pequi – também frutífera – comum principalmente no estado de Goiás, com a pequirana ou com outras espécies do gênero *Caryocar*, como sinalizado por Gonzaga¹²⁴. O piquiá era tido como pau real por conta de sua dureza e durabilidade, sendo até mesmo comparado com o cumaru ou pau-ferro (anjelim). Segundo João Daniel, sua madeira também seria útil para construção de canoas, mas também para os dentes das moendas nos engenhos de açúcar, justamente por sua resistência.¹²⁵ Além de tais finalidades, Gonzaga também a coloca como propícia para uso em construções externas, como em dormentes, estacas e mourões, ou para assoalhos e estruturas de telhados; por fim, reitera a informação dada por Alexandre Rodrigues de Ferreira de que seria uma espécie proveitosa na construção naval, especialmente em elementos estruturantes.¹²⁶

Outra árvore frutífera também sinalizada na relação como destinada à construção é o **bacuri**, também conhecida como bacuri-açu, bacuri-amarelo, pacouri ou pacuru. É comum no estado do Pará, Amazonas e Acre – nessas regiões, se consome o fruto até a contemporaneidade. Sua madeira é fácil de trabalhar, sendo indicada tanto para a construção civil quanto naval.

¹²² Ibidem.

¹²³ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazona**. Vol.1, op.cit., p. 486.

¹²⁴ GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006.

¹²⁵ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazona**. Vol. 1, op.cit., p. 487.

¹²⁶ Mencionado em: GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta. 2006.

Seguimos na relação com a espécie chamada **guariuba**, encontrada na atualidade em diversas regiões do Brasil (região amazônica e estados de Pernambuco ao Espírito Santo) e também no Equador, Peru e Bolívia. Será reconhecida como guariuba apenas na região amazônica, já que no restante do Brasil é mais comum ser chamada de oiticica. É uma árvore de 20 a 40 metros de altura e de 60 a 100 centímetros de diâmetro, mas difícil de trabalhar, tanto de forma manual quanto com máquinas. É indicada para acabamentos na construção civil e também para móveis, sendo mencionada pelos naturalistas Spix e Martius ao registrarem sobre as madeiras de extração na Grão-Pará¹²⁷. Por outro lado, a **araracanga**, outra árvore citada, é fácil de se trabalhar, de se lixar e de se aplainar. É utilizada para carpintaria, móveis e assoalhos. Também pode ser conhecida como caraíba, araraúba-da-terra-firme, jacamim e pequiá-marfim nos estados do Amazonas e Pará, onde são comuns.

Pereira Caldas cita também a **piquiarana vermelha**, uma espécie distribuída pela Amazônia, Mato Grosso e também em outros países como Peru, Bolívia, Colômbia e Guianas. Atinge até 50 metros de altura, sendo indicada para dormentes, marcenaria, estacas, vigas, ripas e tábuas. A **paracuuba** também é uma árvore de grande porte, atinge até 40 metros de altura e 1 metro de diâmetro, com madeira indicada para marcenaria, dormentes, viagens, carpintaria e mourões. Distribuída pelos atuais estados do Amazonas, Amapá¹²⁸ e Pará, era muito utilizada por indígenas na fabricação de pontas de flechas, justamente pela sua dureza.

Por fim, Pereira Caldas chama atenção a uma árvore chamada de **castanho**, a qual afirmou ser a melhor que se conhece no Pará para mastreação de navios. No entanto, não há mais informações sobre a árvore para sabermos de qual castanheira o governador se refere.

Ao finalizar a relação de madeiras boas para construção, temos agora diversas espécies destinadas à construção de móveis. Algumas das espécies dessa relação já foram mencionadas anteriormente, como o pau santo, pau roxo e pau mulato. Em relação às madeiras inéditas, temos a **coatiara**, que foi encontrada somente em um registro do naturalista Walter Bates, que afirma: "A moira-coatiara, o mais lindo material para trabalhos de marcenaria, de grã muito fina e ricamente estriada de chocolate sobre fundo amarelo, é uma outra madeira desta região [Alter do Chão], mas que só dá toros de um pé de diâmetro por dez pés de comprimentos (...)"¹²⁹. João Daniel também faz registro sobre tal madeira, mas a denomina **cotiara**,

¹²⁷ "Gaba-se Pará de primar sobre todas as outras cidades do Brasil quanto ao número de artigos de exportação, e, de fato, montam a não menos de 40. São: açúcar, cachaça, melado, café, cacau, baunilha, algodão, bálsamo de copaíba, estopa, alcatrão, copal, pau-amarelo (tatajuba, guriúba) (...)." SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, op.cit., pp. 38- 39.

¹²⁸ Pracuuba também dá nome a um município no leste do estado do Amapá por conta da abundância da espécie na região.

¹²⁹ BATES, Henry Walter. **O naturalista no Rio Amazonas**. Vol. 2. Companhia Editora Nacional. 1944. p. 78

afirmando ser o modo como os indígenas se referem a ela. Ao nos fornecer mais detalhes, afirma haver três espécies diferentes da mesma madeira, sendo duas as mais valiosas: a primeira é uma madeira leve e sólida, usada para obras e também para artigos de escritório, como escrivaninhas e cadeiras; segundo o padre, é encontrada facilmente nas matas do rio Amazonas e, sendo pau nobre, "põem a um canto por desprezo as mais finas nogueiras da Europa"¹³⁰. A segunda espécie, por sua vez, se difere da primeira apenas por ser mais pesada. A terceira, apesar de não ser nobre, também tem muita utilidade, podendo ser usada no âmbito doméstico, como estacas para currais, "que na duração são eternas"¹³¹.

Além desta, ainda sobre espécies boas para construção de móveis, Pereira Caldas menciona também o **pau amarelo**, uma espécie comum no estado do Pará e em ilhas do Baixo Amazonas. Pode ser conhecida como amarelão, amarelinho, muiratana, pau-cetim ou piquiá-cetim. Entre seus usos mais comuns, está a construção civil externa, mobiliário e compensados. Essa madeira também é citada por João Daniel, que afirma ser uma madeira importante e, por isso, nos detalha mais características. O padre afirma que há quatro espécies diferentes desta árvore, todas consideradas muito importantes. A primeira seria chamada pau amarelo que, por ser uma madeira fina e dourada, era muito procurada para "quaisquer obras de adorno nas salas, e gabinetes, por saírem bem nele os esmaltes das molduras, com que os enfeitam"¹³²; também era útil para fabricação de tabuados para construção, por ser fina e fácil de manipular. A segunda espécie era chamada de pau de candeia pelos portugueses, não sendo muito conhecida pelos indígenas nem por João Daniel, que não fornece muitas informações sobre. Em relação à terceira espécie, guataíba, o missionário não menciona nenhuma prática de extração ou utilização para construções, apenas explica que essa espécie era conhecida como "árvore das guaribas" – uma espécie de macacos que as utilizavam como abrigo. A última espécie trata-se da tabajuba – mencionada por Spix e Martius, que a nomeiam tatajuba –, sendo esta a mais difícil de ser encontrada e a mais *lustrosa*, segundo João Daniel. Ele nos informa que é uma árvore grande, de madeira dura e, justamente por isso, é buscada para todo tipo de obra, mas sobretudo para fabricação de embarcações inteiriças, as canoas escavadas¹³³, dando origem a barcos de grandes cargas.

Finalizando as relações, temos as madeiras propícias para a construção de tabuados e obras de casa. Aqui, veremos várias espécies inéditas, já que são muito distintas das

¹³⁰ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazona**. Vol. 1. op.cit., p. 477.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem. p. 482.

¹³³ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016.

mencionadas nos documentos dedicados à construção naval ou a elementos estruturantes da construção civil. Pela primeira vez, temos um documento que aborda uma esfera de utilização da madeira que já sabíamos existir, mas que ainda não conhecíamos de perto: o mundo cotidiano. Temos, portanto, mais um elemento para pensarmos a utilização madeireira em todas as esferas na vida colonial – já que, mesmo não se dedicando especificamente ao âmbito individual, o documento nos mostra o uso da madeira também em construções de menor porte, em situações mais rotineiras.

Dentre as espécies que já conhecemos, o ofício menciona a jutaí e o acapú. A lista de madeiras desconhecidas, por sua vez, começa com dois tipos de cedros: **cedro vermelho** e **cedro branco**. Ambos possuem diversas variações de nome a depender da região do país. O primeiro tem finalidades variadas, desde alimentação de animais silvestres com suas folhas, até artesanato e produção de lenha. Também é usada para fins medicinais, sobretudo em banhos, para diminuição da temperatura corporal e acalmar dores no corpo. No âmbito da construção, é considerada uma das melhores madeiras do país para marcenaria, carpintaria e móveis de luxo. O cedro branco, por sua vez, é uma árvore que atinge até 30 metros de altura e 130 centímetros de diâmetro, comumente usada para móveis finos, por sua facilidade de ser trabalhada e aplainada.

Outra árvore mencionada é o **louro vermelho**, também conhecido como louro-rosa, gamela, canela-vermelha, louro-canela, louro-mogno ou itaubão. É uma madeira comum em matas de terra firme no Baixo Amazonas, mas também na região de Belém, passando pelo Amapá até as Guianas. Sua árvore atinge entre 20 a 30 metros de altura e 60 a 90 centímetros de diâmetro, sendo muito utilizada na construção civil e em móveis. Suas características se assemelham ao mogno e ao cedro, podendo substituí-los.

A terceira espécie mencionada na relação como propícia à construção de tabuados e obras de casa é a **marupaúba**, também chamada de tamanqueira, marupá, paraparaíba, caraíba, arupá, simaruba ou caixeta. É comum na Amazônia e nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, também conhecida no exterior. Sua madeira pode ser usada em painéis compensados, molduras, marcenaria e partes internas da construção civil – como forro, lambris e guarnições. Temos também a menção do **jenipapo**, uma árvore muito conhecida até a atualidade, encontrada desde o Norte e Nordeste até o norte do estado do Paraná. Além de ser empregada em marcenaria de luxo, é utilizada no cotidiano de forma medicinal, bem como para fabricação de tintura.

Para finalizar a relação, temos referência a dois mangues: **mangue vermelho** e **mangue branco**. Como característica principal desse tipo de vegetação, ambos são

encontrados no litoral brasileiro, percorrendo desde o Amapá até Santa Catarina. A madeira dessas espécies dão origem a ótimas vigas de pequeno porte, sendo utilizadas para obras imersas – como construções de pesca ou residências ribeirinhas – por ser praticamente imputrescível nessas regiões.

A partir desse ofício, perpassamos diversos domínios dos usos da madeira e, além disso, percebemos a diversidade de espécies utilizadas já no período colonial. Mais uma vez, entendemos que a madeira não pode ser estudada de um ponto de vista simplista e unificante do produto. Pelo contrário, devemos estudá-la da forma como ela era vista na América Portuguesa: com amplas finalidades e funcionalidades, cada uma a sua forma, a depender da espécie. No entanto, para que isso acontecesse desde o período colonial, deveria haver um processo de estudo profundo sobre tal material. É justamente esse processo que analisamos ao longo deste capítulo: os mapas e as relações de madeira não eram meros documentos formais para informar quanto ao envio e recebimento de madeira; muitas vezes, cumpriam também um papel de ensinamento quanto às espécies de madeira e quanto a sua produção (domínio que envolvia as medições e cortes para finalidades específicas).

Esse processo de ensinamento e de aprendizado sobre a madeira, aliado ao intercâmbio de conhecimento entre indígenas e colonos mencionados anteriormente, eram as formas mais comuns de se conhecer a terra e, especificamente, os diversos tipos de madeiras até a segunda metade do século XVIII. Isso mudou com a vinda de naturalistas para o Grão-Pará, os quais se dedicaram ao conhecimento da fauna e flora na Amazônia colonial. Em setembro de 1784 há um ofício¹³⁴ do naturalista Alexandre Rodrigues de Ferreira a Martinho de Melo e Castro, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, remetendo algumas amostras recolhidas em sua estadia em Belém entre outubro de 1783 a setembro de 1784 e comentando sobre sua preparação para uma nova viagem à Capitania do Rio Negro e outras vilas do Grão-Pará – como Nova Mazagão e São José de Macapá. Tal ofício de Rodrigues de Ferreira ilustra o esforço dos naturalistas para conhecimento do mundo natural e, especificamente, das árvores da Amazônia colonial. As produções abordadas no capítulo I mostram o quão rica é a região do Baixo Amazonas em fontes de conhecimento, rendendo estudos com variados focos e diversas perspectivas. No capítulo seguinte, ainda com a contribuição de João Daniel, a vida no Grão-Pará colonial será analisada sob a ótica social, pensando na necessidade do trabalho indígena para a viabilização da produção de madeira.

¹³⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 93, D. 7436.

Capítulo IV – Trabalho e conhecimento indígena no mundo da madeira

Revisitando a historiografia brasileira sobre a América Portuguesa, percebemos diversos modelos explicativos que se debruçam sobre a economia colonial e seus grandes pilares. Temos à disposição diversas maneiras de se pensar a perspectiva econômica no mundo colonial: uma relação de dependência entre a Colônia e a Metrópole; uma América Portuguesa (relativamente) independente e voltada para si mesma; a dinâmica de um litoral produtivo e um interior movido pela subsistência; ou até mesmo a ideia dos ciclos econômicos que moviam as capitais e atraíam os colonos. Apesar da longa distância teórica entre todos esses modelos, há uma máxima que os une: o entendimento da América Portuguesa – ou da colônia, ou do Brasil Colonial – sob uma concepção única. Essa concepção transpõe a representação do Estado do Brasil independente construída no século XIX à realidade difusa do período colonial e, ao fazê-lo, se nega os modos de administração criados ao longo da experiência colonial para atender às necessidades singulares daquele período.¹³⁵

Tal ideia de um país unificado foi incentivada e ensinada desde então, na esteira da tentativa de criação de um nacionalismo histórico-cultural para o novo Brasil. Para isto, foram escolhidos elementos, características e tradições que coincidiram com a ideia de nação que se queria ter. Explico tais questões para que se entenda que o século XIX foi um momento oportuno de recomeço para a identidade e a história da América Portuguesa, tornando possível a ressignificação de alguns elementos e o apagamento de outros. O que indica, então, que há uma gama de ideias e de informações que são encaradas como características do período colonial quando, na verdade, é produto desta história selecionada pelo nacionalismo do século XIX e perpetuados no século seguinte até a renovação historiográfica do fim do século XX, a qual ainda caminha para revelar novos mundos coloniais.¹³⁶

Quando entendemos o estudo histórico como um produto de seu contexto, torna-se mais claro o entendimento das distorções que se dão sobre as fontes e fatos históricos. Não coloco tais questões para incentivar uma ideia de conspiração em relação aos locais e aos sujeitos que foram apagados, mas sim para que compreendamos que os historiadores e humanistas só podem escrever sobre o que conhecem e sobre o que os instiga. O apagamento

¹³⁵ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O Arcaísmo como projeto**, Rio de Janeiro: Sette letras, 1996; NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, São Paulo: Hucitec, 1978; FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959; SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil, 1500-1820**, [s.l.]: Companhia editora nacional, 1937.

¹³⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

deliberado de grupos e de lugares sociais na formação da identidade nacional nos oitocentos desencadeou em produções históricas que procuravam justificar os fatos já elencados, inclusive quando se diz respeito à história econômica. Por isso, tais modelos explicativos continuaram a ser criados como um meio para justificar o fim, que seria o contexto social já conhecido.¹³⁷

Essa história começou, de fato, a ser revisitada com outros olhares apenas no último quartel do século XX, quando começa a se adotar uma perspectiva *de dentro pra fora* na historiografia nacional. A concepção macro dos grandes modelos explicativos que abarcavam a sociedade colonial como um todo cedeu lugar à priorização dos sujeitos históricos do mundo colonial e seus papéis fundamentais para o funcionamento da engrenagem do comércio interno e externo. Essa nova onda da historiografia foi incentivada sobretudo pelos novos pesquisadores os quais possuíam uma relação identitária com os grupos marginalizados pela historiografia nacionalista. A partir de então, se faz presente novas tendências historiográficas como a Nova História Indígena, o estudo da História da África, a própria História da Amazônia e, mais recentemente, as perspectivas da História Decolonial e Pós Colonial.¹³⁸

Esse breve panorama da historiografia nacional é importante para situarmos este trabalho como fruto de tais tendências de renovação dos estudos do período colonial, bem como para sinalizar o ponto de vista que é estabelecido como referência para a análise da economia colonial. Não é possível desenvolver um capítulo sobre a análise do trabalho indígena no Baixo Amazonas dos setecentos e oitocentos sem recapitularmos alguns pontos fulcrais que foram negados pelos estudos nacionalistas que, por muitas décadas, foram a base e o modelo para análises históricas e sociais do Brasil.

O entendimento de um país historicamente unificado acaba por sobrepor algumas regiões em detrimento do apagamento de outras. Quando se estabelece uma escolha mercantil como *modelo* para o sistema econômico colonial, o que ocorre é a comparação entre

¹³⁷ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

¹³⁸ MONTEIRO, John Manuel, **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1994; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Presidência da República, Arquivo Nacional, 2003; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A revolta dos primeiros índios cristãos: guerra e conflitos na construção da Amazônia portuguesa—século XVII, **Fronteiras & Debates**, v. 2, n. 1, p. 21–49, 2016; OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do nordeste - processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2011; RAMALHO, João Pedro Galvão *et al.* Os grupos nativos e a morfologia da conquista na América Portuguesa, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux - Novo Mundo Mundos Novos - New world New worlds**, 2020; GARCIA, Elisa Frühauf, **A “conquista” dos Sete Povos das Missões: de “ato heróico” dos luso-brasileiros a campanha negociada com os índios**, [s.l.: s.n.], 2005.

elementos incomparáveis, ao mesmo tempo que se transpõe a realidade contemporânea ao mundo pós conquista. Assim sendo, quando se coloca a monocultura litorânea como o modelo a ser seguido em direção ao desenvolvimentismo mercantil, o que ocorre é o esquecimento de outras formas de exploração dadas ao longo do mesmo período. Quando unificamos o Brasil em um só Estado, na tentativa de se criar e de se justificar uma única identidade nacional, transferimos ao período colonial uma realidade intransponível. Na tentativa de se historicizar a marginalização e o esquecimento da atual região Norte, se apaga o pulsante comércio interno e externo fomentado pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão. A partir disso, se faz uma história teleológica, montando a equação que se adequa ao seu produto final; montando um mundo amazônico desimportante para legitimar sua marginalização contemporânea.

O esvaziamento da Amazônia colonial vem sendo desconstruído nas últimas décadas através de estudos que partem sobretudo destes lugares sociais apagados pela historiografia hegemônica. A criação e o investimento em universidades que fogem do eixo sul-sudeste deu voz acadêmica aos sujeitos que sempre viram seus ancestrais e suas tradições serem abordadas de forma diminuta e generalizada nos estudos sociais. A partir de então, começou a ganhar força as inquietações sobre os alicerces da economia colonial. Assim, substitui-se o olhar abrangente e geral do mundo colonial pela investigação mais próxima dos sujeitos, dando vida, voz e nome a eles. Deixa de se valorizar uma explicação estrutural que tentava abarcar um todo para dar mais atenção ao cotidiano, ao trabalho, às negociações, às redes de influência.¹³⁹

Portanto, dentro do estudo da história econômica, surgiram diversas possibilidades de pesquisa que incluem os sujeitos como seres ativos e fundamentais na economia colonial. Afinal, a circulação de produtos, os comércios internos e externos e a fabricação de produtos para exportação não se davam de forma autônoma e independente. Quando compreendemos que o desenvolvimento mercantil necessitava profundamente de pessoas e que o comércio e a

¹³⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael; JUNIOR, José Alves de Sousa. **Novos olhares sobre a Amazônia colonial**. Editora Paka-Tatu, 2016. DOMINGUES, A.; ALVES-MELO, P. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, v. 78, p. 157-178, jun. 2021. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LOPES, Siméia de Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. SANJAD, N.; PATACA, E.; SANTOS, R. R. N. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of amazonian indigenous peoples in the construction of eighteenth and nineteenth century botany. *Journal of History of Science and Technology*, v. 15, n. 1, p. 11-38, jun. 2021. COELHO, Mauro. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005. CHAMBOULEYRON, Rafael. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

economia colonial também eram, por natureza, dependentes de pessoas, se percebe a necessidade de entendimento do mundo social para que seja possível entender o mundo pós conquista. Assim, este trabalho se coloca nesta esteira de pesquisar e entender a colaboração dos sujeitos que foram os pilares da engrenagem econômica do período colonial.

A própria ideia de esvaziamento do território amazônico foi incentivada por uma tradição acadêmica hegemônica – sobretudo por pesquisadores do eixo sul-sudeste –, que atribuíram àquele local uma característica de vazio demográfico e ocupação do espaço apenas após a colonização. Este vazio justificaria as grandes mazelas trazidas pela conquista: a brusca baixa populacional devido às epidemias trazidas do Velho Mundo, à escravização e ao genocídio indígena. Além disso, também relegaria as diversas nações indígenas a este vazio, generalizando suas etnias, suas diversidades culturais, organizacionais e suas rivalidades. Tal obliteração dos nativos os excluem do processo colonizador e apagam suas ações, reações, contribuições, revoltas e guerras. O indígena torna-se, então, o pano de fundo da conquista e se mostra presente, no máximo, até os seiscentos. A partir dos setecentos, sobretudo com o aumento do tráfico de negros escravizados, os indígenas são colocados apenas como *substitutos* deste trabalho escravo e surgem – assim como desaparecem – subitamente da história:

(...) o lugar marginal que a escravidão indígena e o tráfico de escravizados indígenas têm na historiografia brasileira, para além do campo da História Indígena. A escravidão indígena é recorrentemente compreendida como um fenômeno apenas inicial da história lusobrasileira que, teria cedido o lugar à experiência da escravidão africana e do tráfico transatlântico de escravizados, à medida que a colonização avançava.¹⁴⁰

O esquecimento da região amazônica é transferido, portanto, aos seus habitantes. Se a região em nada contribuiu com o avanço econômico da América Portuguesa, tampouco o fariam seus moradores. É por isso que somente a revisitação do período colonial poderia devolver a ação a estes sujeitos.

Os documentos analisados nesta dissertação, sejam eles as relações e mapas de madeiras oriundos do Projeto Resgate e do Códice 101 do Arquivo Nacional ou os relatos de diversos viajantes como o Padre João Daniel, o vigário José Monteiro de Noronha, o naturalista português Alexandre Rodrigues de Ferreira ou os bávaros Spix e Martius, colocam em xeque os argumentos que atribuíram ao mundo amazônico um lugar de pouca importância e de negligência. Tais fontes, de modo contrário, colocam de forma recorrente a relevância da

¹⁴⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa**, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 13-14.

região para o comércio interno e externo da América Portuguesa. Seja através do fornecimento de mão de obra, da proteção do território português ou através do fornecimento de produtos naturais, a atual Amazônia brasileira se estabeleceu, desde o primeiro século da conquista, como espaço fundamental para o sustento e desenvolvimento do Reino – sendo, inclusive, objeto de constantes viagens e expedições para conhecimento, demarcação e proteção da região.

Este território, no entanto, ao contrário do que foi sustentado por muitas décadas, não poderia ser explorado de forma autônoma. Aqui, é importante compreender que os portugueses recém chegados na América Portuguesa eram os estrangeiros no Novo Mundo, sendo completamente dependentes das populações locais para desenvolverem seus projetos colonizadores. A partir desse momento, teve início o processo de aprendizagem dos portugueses para com os indígenas. Um processo longo – diria que infinito –, complexo e difuso, que promoveu o desenvolvimento de políticas de governo, discussões intelectuais e teóricas, e variadas legislações. Tal processo se confunde, inclusive, com a história do Brasil, não sendo possível abordar toda sua cronologia. Este capítulo, então, tem como objeto principal o entendimento da ingerência indígena no processo produtivo de madeiras ao longo do período colonial, especificamente na região do Baixo Amazonas dos setecentos e oitocentos.¹⁴¹

Antes de tudo, precisamos entender uma característica fulcral do trabalho nesta região: sua organicidade. Isso porque não é possível entender a produção madeireira de forma isolada do contexto colonial. Ali, tudo ocorria de maneira integrada: a extração de madeiras exigidas para as ribeiras poderia ocorrer na mesma expedição na qual se dava a extração de drogas do sertão, ao mesmo tempo que se poderia extrair itens necessários à subsistência dos integrantes, ou até mesmo fazer a extração do que era dedicado ao comércio interno e local. Portanto, tudo estava conectado pela natureza do trabalho e, sendo assim, pelos que eram responsáveis por tal:

No Vale Amazônico, os povos indígenas foram a mão de obra primordial para qualquer projeto a ser realizado. Na exploração dos produtos da floresta, nas iniciativas agrícolas, bem como na extração de madeira para feitura de embarcações, construções, envio para as serrarias reais, arsenais do exército

¹⁴¹ A abordagem dos indígenas de forma generalizada se dá por uma limitação nas fontes coloniais, que não fazem diferenciação das etnias em meio ao processo de etnocídio que ocorria nos setecentos e oitocentos. A obra do vigário Noronha foi a única fonte, dentre as abordadas nesta pesquisa, que fez menção à diversidade cultural entre os indígenas na Amazônia colonial. Em pesquisas futuras, seria de grande interesse pensar quais nações indígenas foram mais impactadas e envolvidas no processo de produção de madeiras.

e da marinha ou mesmo para compor as quintas e ucharias reais em Lisboa, eles foram os sujeitos que participaram de todo esse universo.¹⁴²

Apesar de hoje percebermos as diferenças conceituais e teóricas entre essas atividades, na realidade colonial, tudo estava amalgamado, orbitando ao redor do trabalho indígena. De certo que havia uma divisão de tarefas e até mesmo uma hierarquia interna nas atividades indígenas, sobretudo no âmbito da manufatura (fábricas de canoas, fábricas de cachaça, engenhos de açúcar)¹⁴³, mas a vida na Amazônia colonial, assim como na contemporaneidade, respeitava uma natureza globalizada. O que procuro sinalizar é que o objeto de análise deste capítulo – o trabalho indígena na produção de madeiras – é apenas um aspecto dos serviços e da centralidade indígena na economia colonial do Grão-Pará.

1. “Os braços e as pernas”

Partindo desses entendimentos, esta seção se dedicará a realçar a participação substancial das populações locais na produção e exportação de madeiras, com base nos dois eixos documentais da pesquisa: as fontes primárias do Projeto Resgate e da Biblioteca Nacional, e os relatos de viajantes dos setecentos.

Em 1753 há registro de um ofício que aborda a qualidade das madeiras vindas da Capitania do Pará.¹⁴⁴ Datado de maio, o documento aponta uma carga anterior, do mês de janeiro daquele mesmo ano, que fora enviada para a construção da Ribeira das Naus de Lisboa, afirmando que tal carregamento teve grande utilidade para a Fazenda Real. Ao mesmo tempo que faz novo pedido de envio de madeira para a Ribeira das Naus, no Reino (Lisboa), solicitando o embarque de "todas as madeiras que couberem na Nau de Guerra", desta vez, para reparos navais feitos na Ribeira. Ao mesmo tempo que coloca a constância do trabalho com madeiras e sua importância para o funcionamento da administração colonial, esse documento exemplifica bastante a sobreposição dos usos da madeira, principalmente no âmbito da construção civil e naval – em um mesmo registro, podemos perceber a utilidade da madeira para a construção do próprio estabelecimento da Ribeira das Naus, enquanto também

¹⁴² SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e seus usos”: Indígenas e as drogas do sertão na Amazônia portuguesa no século XVIII (1750-1800). In: **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. p 347.

¹⁴³ PATACA, Ermelinda Moutinho. As drogas e os sertões: investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues de Ferreira. In: **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa. Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 375-426. OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do nordeste - processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

¹⁴⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3208.

se fala sobre a função desse produto para o objetivo final da Ribeira: reparos de naus do Reino.

No entanto, dentre os documentos analisados ao longo da dissertação, se mostram mais recorrentes registros do uso da madeira para a construção e reparação naval do que para a construção civil. Isso pode ter ocorrido por conta da própria frequência no uso do produto para fins navais, que era mais reivindicado por conta das periódicas viagens de naus e embarcações no mundo moderno; ou por conta da necessidade e até mesmo obrigatoriedade de registro de tais utilizações: a esfera naval provavelmente era mais formal e exigia maior controle de uso do que o da construção civil – mesmo que para propriedades do Reino. Assim, há maiores informações e detalhes sobre os tipos e cortes dessa mercadoria para construção e reparo de embarcações. Aqui, é importante destacar que as incumbências atribuídas aos indígenas não se resumiam apenas ao reconhecimento das espécies nas florestas, seus cortes e o transporte da carga. Na maioria das vezes, os nativos também eram responsáveis pelas medições e cortes do material de acordo com a destinação da carga.¹⁴⁵

Em um documento do Códice 101, datado de 1773, há uma relação de madeira com requerimento de diversos cortes e suas finalidades. Escrito em Lisboa, o registro solicitava envio da mercadoria para construção de uma Nau de Guerra que comportasse cinquenta pessoas. Aqui, fica visível o alto grau de dependência do Reino em relação ao Estado do Grão-Pará para sustentar um grande – senão o principal – pilar da economia colonial: o comércio marítimo. Dentre os pedidos, estão: 3 paus direitos para **quilhas**, de comprimento de 63 a 70 pés, 18 polegadas de profundidade e 19 polegadas de largura. Segundo Andrade e Santos:

A quilha do barco é uma peça estrutural posicionada longitudinalmente, construída por uma única tora de madeira, de seção moderadamente retangular, sobre a qual são fixadas as cavernas, que são as peças da estrutura primária de uma embarcação. A escolha da espécie de madeira que será usada, bem como a retilineidade e a qualidade de lenho desse artefato, são três dos requisitos mais importantes para a estrutura de uma embarcação (...).¹⁴⁶

Há também o pedido de um **cadaste** de 32 pés de comprimento, 28 polegadas de largura e 19 polegadas de profundidade. O cadaste é um dos elementos básicos da estrutura da embarcação, sendo "a peça que se monta na extremidade posterior da quilha para fechar à

¹⁴⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6334.

¹⁴⁶ ANDRADE, Carlos Eduardo Rangel; SANTOS, Manuel Fernando. A carpintaria naval do nordeste paraense. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, Universidade Federal do Sergipe, Vol. 5. N. 2, pp- 28-36, 2017. p. 31.

popa a ossada do casco, ligando-se pelo pé à extremidade posterior da quilha."¹⁴⁷ Por fim, solicita-se 4 paus para a **roda da proa**, de 21 a 23 pés de comprimento, 19 polegadas de largura e 18 polegadas de profundidade. Essa peça também pode ser chamada apenas de roda e consiste na peça que faz o prolongamento da quilha – mencionada anteriormente –, fechando o casco na sua extremidade (proa). A última carga solicitada é de 1 **capelo** de 24 pés de comprimento, 18 polegadas de profundidade e 22 polegadas de largura e 30 polegadas de profundidade no fim do capelo – é uma peça irregular, geralmente localizada na extremidade do barco (proa ou ré) e fica localizada na parte superior da roda da proa.

A análise dessas relações de madeira e suas exigências não serve apenas para pensarmos o cotidiano da extração e transporte do produto. É claro que é de suma importância pensarmos na quantidade de carga solicitada, seu destino e sua finalidade; no entanto, podemos ir além: entender a nomenclatura básica da construção naval e as características principais dos tipos de madeira inclusos no comércio colonial desse produto nos diz também sobre a lógica interna do trabalho com a madeira.

Isso porque, como explicado anteriormente, a madeira não era tida como um produto único: cada carga tinha um atributo diferenciado, de acordo com sua finalidade. Isso influenciava completamente o processo interno de extração de madeira, atingindo até mesmo uma esfera intelectual. Não seria possível tamanho processo produtivo sem diversos tipos de conhecimento: primariamente, diferenciar e identificar os vários tipos e espécies de madeira de acordo com suas aplicações; saber localizá-las geograficamente em meio aos "sertões dos matos"; conhecer a forma segura de realizar sua extração e seu transporte; e, por fim, saber as técnicas para realização dos cortes nas medidas exigidas.

Sendo assim, a extração de madeira no Grão-Pará colonial não se tratava de uma prática desenfreada, impulsiva e impensada¹⁴⁸. Antes, possuía uma lógica com regras pré-estabelecidas e acordadas. Ao se fazer uma extração com fins para construção naval, por exemplo, era necessário que pelo menos um integrante da "equipe" conhecesse minimamente a arquitetura e elementos navais. Esse integrante poderia ser o próprio empreiteiro responsável pela carga, ou um trabalhador indígena que também costumava ser familiarizado com construção naval, a depender do tipo de embarcação – o que mostra, inclusive, a já

¹⁴⁷ RODRIGUES, José Conde. **Arquitetura naval, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas**. Ensino profissional marítimo. Curso de formação de aquaviários (CFAQ I-C):Rio de Janeiro. 2013.p. 10.

¹⁴⁸ Isso não significa, por sua vez, que a extração madeireira não tenha provocado impactos ambientais na América Portuguesa. Procuramos, por outro lado, abandonar a ideia de que não havia lógica, mas apenas derrubadas desordenadas na Amazônia colonial. Ao contrário, o desflorestamento pode ter ocorrido respeitando critérios muito bem estabelecidos de forma deliberada.

mencionada divisão interna do trabalho nas produções de madeiras e, como consequência, a hierarquia entre os trabalhadores indígenas:

Espaços comum às vilas e cidades do Estado do Grão-Pará, a casa das canoas de Barcelos além de servir para abrigar e reparar as embarcações também servia de “ribeira e de arsenal das obras”, ou seja, uma manufatura com vários oficiais trabalhando em conjunto. Neste caso, havia uma clara divisão do trabalho expressa na contratação dos oficiais carpinteiros, cordoeiros e calafates.¹⁴⁹

No Códice 101, percebemos a solicitação de elementos estruturais para a construção da Nau de Guerra, com finalidades e dimensões muito bem estabelecidas. Hoje, podemos pensar na dificuldade que seria encontrar as matérias-primas exatas para cada peça naval exigida e, indo além, no dom e no conhecimento que eram exigidos para fazê-lo em meio às matas da Amazônia.

A extração madeireira no Grão-Pará colonial não se tratava apenas de um trabalho braçal, árduo e penoso. Era também uma atividade que mobilizava diversos recursos técnicos primordiais. Começava com um planejamento estratégico para estabelecimento da "comissão" destinada à extração e seus integrantes – iriam realizar tal extração em quais paragens? Poderiam se estabelecer em uma vila próxima ou seria necessário criar um assentamento em meio às matas? – e tinha continuidade no reconhecimento do local, com posterior derrubada dos troncos reconhecidos e escolhidos. Os últimos elementos consistiam no corte e transporte dos paus nas medidas requeridas – o que poderia ocorrer ainda no meio das matas, de forma que a madeira já seria transportada cortada, ou nas vilas e assentamentos próximos, o que exigia transporte dos troncos em meio às matas.

Por ser um tema ainda pouco estudado, quando pensamos na produção madeireira no período colonial, sempre está presente um olhar voltado à prática da extração e ao próprio exercício da produção de madeira. Tal concepção é extremamente importante e, sem ela, não seria possível nenhum estudo sobre essa mercadoria, já que a prática da extração, produção e transporte de madeira é o ponto de partida para qualquer pesquisa sobre o tema. No entanto, há que se transpor a ideia de que a produção dessa mercadoria se resumia apenas aos próprios cortes e transportes das cargas. Além do próprio processo intelectual, a extração de madeira no Baixo Amazonas colonial também impulsionava e movimentava outros trabalhos, como

¹⁴⁹ PATACA, Ermelinda Moutinho. As drogas e os sertões: investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues de Ferreira. In: **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 375-426.

nas próprias fábricas de canoas, nas fábricas de madeiras, nos estaleiros (ou ribeiras) do Grão-Pará e no Arsenal da Marinha de Lisboa.¹⁵⁰

Como colocado anteriormente, é preciso lembrar que estes serviços poderiam ocorrer de maneira concomitante e, inclusive, pelos mesmos trabalhadores. Faço esse desmembramento apenas para que fique mais claro os diversos fins da madeira e sua presença em vários âmbitos do cotidiano colonial. O processo de **fabricação de canoas** foi minuciosamente descrito pelo Padre João Daniel, que elenca as diversas etapas dos trabalhos realizados pelos indígenas, a começar pela entrada nas matas para a escolha da melhor espécie:

Primeiramente necessitam os moradores de muita gente, quando querem mandar fazer alguma canoa grande, porque elegem para isso um grande madeiro, e de pau muito pesado, e duro, que para se poder mancar, e lavar, e conduzir ao estaleiro necessita de muita gente, de bons mestres, de oficiais práticos e bom operários; passeiam estes pelas matas, medem os paus, fazem eleição de algum, põem-lhe o machado, e o seu corte não dá pouco que fazer aos obreiros (...)¹⁵¹

Essa primeira etapa é comum a todos os tipos de trabalho com madeira, independente de seu produto final. Também é unânime que essa função é sempre de incumbência dos indígenas, que geralmente o fazem em grupo, tanto para a seleção dos troncos quanto para seu transporte. Essa seleção, corte e transporte seria apenas o início de um trabalho de semanas e até meses dedicados à fabricação de embarcações, o que provocava a construção também de abrigos para os trabalhadores:

Depois entram os mestres com suas medidas, e por elas entram oficiais a bolear aquele grande madeiro dando-lhe nas pontas o feitio, segundo querem, que ao depois haja de ter a proa, e a popa. Depois fazendo-lhe um corte desde uma até a outra ponta (...), por este corte entram com instrumentos próprios a escavar por dentro quantos operários podem caber, cuja obra leva bastante tempo; (...) tudo isto fazem no mato onde o cortaram, e como tudo isto leva bastante tempo, e necessita de bastante gente, fazem antes de tudo alguma choupana, ou ramada, onde se recolhem, e dormem.¹⁵²

A "escavação" do tronco ainda na floresta provavelmente se dava para diminuir o esforço físico na segunda etapa do trabalho: o transporte das matas até o estaleiro. Este estaleiro, por sua vez, poderia ser particular, ou de administração da Coroa, a depender do porte e do tamanho da canoa a ser construída. No estaleiro, o trabalho tinha continuidade:

¹⁵⁰ Segundo Ney Malvasio, a partir de 1755, com as reformas pombalinas, houve também a mudança de nomenclatura da Ribeira das Naus (em Lisboa) para Arsenal de Marinha. Essa mudança, de fato, é percebida nos documentos do Projeto Resgate, que foram escritos nos séculos XVIII e XIX.

¹⁵¹ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol 2, op.cit., p. 277.

¹⁵² Ibidem. pp. 277-278.

Resta ainda o mais trabalho, que é o conduzirem este grande casco, ou cortiço, ao estaleiro, para o que é necessário cortar muito mato, e fazer-lhe caminho (...) e acomodam no estaleiro, nele o suspendem no ar sobre tesouras de paus pesados, encaixadas nos bordos com rachas, e direitas acima, e nas pontas de cima tem cordas nos cipós pendurados abaixo. Depois lhe põem da parte de cima, e de dentro, no lombo do casco da popa e proa uma grossa camada de lodo; logo sobre ele lhe põem bastante lenha bem seca desde uma até a outra ponta; da parte de baixo, que é a de fora, lhe põem também muita lenha, tudo com sua proporção, conta, e medida, e tem à parte muito mais outra lenha, que hão de ir subministrando no tempo do fogo (...) Vai já o casco aquecendo, abrandando, e deixando cair para baixo ajudado do calor do fogo, e do peso das tesouras os bordos ou abas; mas como ordinariamente não descem com a igualdade necessária, aqui manda o mestre puxar pela corda para baixo desta tesoura, ali manda arredar o fogo, porque é mais do necessário, ali o manda acrescentar mais lenha, acolá manda meter um dente porque ameaça de racha, e finalmente assim acordem todos necessário até o casco já branco com cera se vai abrindo uma tábua, de sorte que lhe põem espeques nos bordos para não se estender de todo; e também para não tornar a fechar; (...).¹⁵³

Aqui, a fabricação chega em seu estágio final e mais desafiador. Segundo João Daniel, o grande problema na técnica indígena de fabricação de embarcações seria o trabalho extenuante requerido e sua vulnerabilidade. Além de exigir a dedicação de muitos indígenas por muitas semanas, não havia certeza de que o processo teria sido frutífero até o seu término. O término de suas etapas, portanto, trazia consigo a ansiedade para conhecer seu resultado:

Já neste tempo lhe andam tirando uns o fogo, e tições, outros, os carvões, e brasas, e outros borrifando com água o mais carvão, e cinza, e outros as tesouras dos bordos; e nesta postura deixam aquele grande tabuão aberto como meia casca de noz até esfriar por alguns dias, depois dos quais vão o mestre, e oficiais, tirar-lhe o logo, e ver a obra; e se está bem obrada, e não rachada, fica mais contente do que um cão com o trambolho (...). Esta é a substância do laborioso trabalho destas canoas, que bem se vê necessitam para se fazerem de muitas árvores, de muito trabalho, de muito tempo, e de muita gente.¹⁵⁴

Estes variados métodos e técnicas de fabricação de canoas foram o objeto estudo da dissertação de Ferreira¹⁵⁵, que se dedicou profundamente a entender este aspecto do trabalho indígena no Grão-Pará colonial e seu caráter determinante para o cotidiano e a economia colonial. Para essa dissertação, no entanto, vamos nos ater a esse processo como um dos possíveis trabalhos realizados por indígenas no universo de possibilidades de ofícios com madeira. O que não significa, de forma alguma, que essa manufatura não tenha sido fulcral para o mundo colonial; mas que, para essa pesquisa, ela se mostra interessante para nos

¹⁵³ Ibidem. p. 278.

¹⁵⁴ Ibidem. pp. 278-279.

¹⁵⁵ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016).

mostrar uma das possibilidades dos trabalhos com madeira, não cabendo aqui entendermos todo o sistema envolvido em suas fabricações. Assim sendo, este capítulo da obra de João Daniel se coloca como uma amostra das atividades nas fabricações de canoas – o principal meio de transporte na região do Baixo Amazonas.

O padre dedica, ainda, mais um capítulo a esse tema, intitulado "Dos muitos inconvenientes que tem esta praxe das canoas", no qual coloca as dificuldades percebidas por ele nesta forma de confeccionar embarcações. Na visão do português, os principais percalços seriam em relação ao excesso de pessoas e de madeira demandadas para o ofício:

1º inconveniente destas canoas são a precisão de muita gente e muitos oficiais para se fazer; como não há tanta gente de servir como na Europa (...) se vêem estes [interessados na fatura das embarcações] precisados a ter abundância de escravos, ou índios das missões para as poder construir.¹⁵⁶

Nesse trecho, o jesuíta também coloca que a maioria das novas embarcações seria para uso dos novos moradores e comerciantes da região, mostrando-nos não apenas a presença intrínseca dessas embarcações no cotidiano da região, como também a dependência dos colonos em relação aos negros escravizados e aos indígenas para as necessidades básicas daquele cotidiano.

O segundo *inconveniente* elencado seria:

O grande trabalho destas canoas; pois excede sem comparação ao trabalho da fábrica ordinária das embarcações da Europa, porque aquele escavacar por dentro os madeiros a poder de golpes, aquela condução aos portos, e ao estaleiro, aquele tão laborioso trabalho das falcas, talabardões, dormentes, cavernas, bochechas, conchas é grande trabalho, trabalho de muita gente, e de muito tempo (...)¹⁵⁷

Aqui, João Daniel destaca, de um lado, o trabalho árduo dos indígenas na viabilização do comércio colonial, direta e indiretamente; de outro, retorna a um movimento já exposto ao longo do capítulo anterior: a transposição da realidade europeia à realidade da América Portuguesa. Ele argumenta uma certa superioridade das embarcações europeias em relação às locais por conta da labuta que a construção destas demandavam. No entanto, seriam as embarcações europeias navegáveis no grande rio-mar? E, ao mesmo tempo, conseguiriam passar pelos furos e canais do Baixo Amazonas? Seriam rápidas o suficiente para acompanhar os ciclos de enchente e vazante das águas? Pode ser que a extrema racionalização tenha levado o português a preterir alguns critérios para tal escolha.

Por fim, João Daniel encerra o capítulo com uma crítica reveladora sobre a importância e a frequência do uso de madeiras na fabricação de canoas:

¹⁵⁶ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol 2, op.cit., p. 281.

¹⁵⁷ Ibidem.

5º inconveniente é o necessitar de tantos paus uma tal canoa; já eu disse que falsamente se chamem embarcações de um só, porque na verdade necessitam de muitos, e grandes paus; extrai-se muita madeira para fazer uma só canoa; eu bem sei que este seria só por si fraco inconveniente no Amazonas, por abundar tanto nele, e nas suas matas a madeira; mas ainda que esta seja muita, e esteja à escolha, sempre custa a cortar, e a conduzir, e a lavar; de sorte que chamando-se embarcações de um só pau inteiriças, necessitam de muitos mais paus do que embarcações ordinárias; um pau para fazer o casco, outros dous paus para tirar as duas cavernas; outros dous para os dous talabardões; e todos esses são paus grandes; quatro paus para construir as duas bochechas, e as duas conchas da proa, sem falar nos muitos outros paus para dormentes, bancos, mastros, e mais requisitos.¹⁵⁸

Esse trecho nos demonstra alguns fatos já elencados anteriormente nesta pesquisa: primeiramente, a abundância na oferta de madeiras e o comportamento da maioria dos colonos em relação a esta fartura; também nos coloca a dependência que a indústria naval e comercial tinha em relação à oferta de madeiras na floresta amazônica, a qual fornecia matéria-prima para construção e conserto de todo tipo de embarcação e, assim, se estabeleceu como um verdadeiro berço dessa indústria e, conseqüentemente, do universo comercial e mercantil; por último, também nos ilustra a complexidade do trabalho na fabricação de canoas que, além de exigir muitos trabalhadores, também demandava um conhecimento específico para dar sucessão às diversas etapas do processo. Aqui, é importante relembrar que as canoas mencionadas se tratavam de grandes embarcações, capazes de percorrer o rio Amazonas e seus respectivos afluentes, furos e canais com dezenas de colonos, indígenas e negros escravizados, além das cargas transportadas. Hoje o termo *canoas* no imaginário popular se refere a barcos pequenos, similares a botes. No período colonial, no entanto, eram embarcações de maior porte que foram a base da colonização e do transporte (de pessoas e de cargas) na Amazônia da América Portuguesa:

As canoas eram amplamente utilizadas no cotidiano do Estado do Grão-Pará para o transporte das drogas do sertão, dos gêneros agrícolas e das mercadorias manufaturadas pelos indígenas ou importadas de Lisboa (...). Além das práticas comerciais, o trânsito das embarcações era essencial à defesa do território e a todos os trabalhos dos viajantes, incluindo as expedições de demarcações de fronteiras (...).¹⁵⁹

Pataca, além de assinalar o papel indispensável das embarcações – em especial, as canoas – no cenário colonial, também nos introduz mais uma ação indígena naquele contexto: a defesa do território da América Portuguesa. Em um documento de 1773¹⁶⁰, há uma ordem aos diretores das populações de Chaves, de Rebordelo, Salvaterra, Soure e de Mondim, de que

¹⁵⁸ Ibidem. pp. 282-283.

¹⁵⁹ PATACA, Ermelinda Moutinho. As drogas e os sertões, op.cit., pp. 375- 426.

¹⁶⁰ COLEÇÃO ALEXANDRE RODRIGUES DE FERREIRA. **Proveniente da Coleção [Lagos]**. CEHB nº6. 140. ABN, v. 72, p. 127. Cat ARF nº140. p. 409.

se envie, no total, 50 indígenas para *esquipação* de canoas da guarda costa nos canais do norte e do sul na foz do rio Amazonas. O documento regula, ainda, que esses indígenas deveriam ser transferidos de seis em seis meses. Novamente, percebemos o caráter cíclico do trabalho indígena: ao mesmo tempo que é requisitado para a função *final* do processo – a defesa territorial no rio Amazonas –, também assumia as tarefas que possibilitavam a execução de tal função – extração de madeiras e fabricação das canoas. Aos nativos estavam relegadas tanto as atividades-meio quanto as atividades-fim, de forma que não podemos encarar tal trabalho sob um entendimento fragmentado ou temporário – como por muitas vezes foi visto pela historiografia nacional; pelo contrário, na perspectiva da produção de madeiras, os indígenas estavam incluídos no percurso como um todo, sobretudo se tratamos sobre a administração colonial.

Ainda sobre os principais ofícios mobilizados pela extração de madeiras, outra possibilidade de trabalho com esse produto seria nas **fábricas de madeira**. Essas fábricas, de maneira superficial, eram os locais nos quais os indígenas trabalhavam as madeiras após a extração. Resumidamente, os primeiros trabalhos com essa matéria-prima se davam ainda nas matas: a começar procura pela melhor espécie e, assim que a espécie fosse encontrada, antes do corte do tronco, se fazia uma "limpeza" nas proximidades, de forma que tal tronco não ficasse preso em nenhuma outra árvore no momento do seu corte; essa derrubada, por sua vez, exigia muito esforço físico por parte dos indígenas que, geralmente, faziam alguma fogueira próximo à raiz do tronco para "amolecer" sua dureza; após os cortes, os indígenas trabalhavam o produto na sua forma *crua*: tiravam seus galhos e descartavam tudo que fosse desnecessário e dificultasse o transporte até as fábricas.¹⁶¹ Chegando nas fábricas, começavam os trabalhos de corte mais complexos: ali seriam feitas as medições e reparações dos troncos, para que chegassem à forma do que era demandado pelos empreiteiros ou arrematadores.¹⁶²

Tais cortes poderiam dar origem a materiais para indústria naval, como os registrados nos documentos abordados anteriormente (quilhas, rodas de proa, cadastes e capelos) ou materiais para construções civis, como vigas e pranchas, como consta em uma relação de madeiras de 1775 mencionada anteriormente, a qual solicita o envio deste material para o interior da Cúpula do Torreão da Alfândega. Neste registro, estão descritas as quantidades de vigas necessárias e o comprimento de cada. As vigas, em geral, eram utilizadas como elementos estruturantes, para sustentação de telhados e lajes e seus tamanhos variam de

¹⁶¹ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016.

¹⁶² AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5858.

acordo com a resistência requerida. Neste caso, sabemos que as diversas vigas serão destinadas para construção de um torreão da Alfândega, ou seja, uma construção da administração do Reino. No total, são solicitadas 128 vigas com comprimentos que variam de 30 palmos até 96 palmos de comprimento. No documento não há especificação de qual espécie deveria ser cada viga, desde que estivesse dentre as mencionadas: pau d'arco, acapú, massaranduba ou muirajuba.

Outro documento que demonstra o uso deste material para a construção civil é uma requisição de madeiras feita pelo Arsenal Real do Exército, mencionada anteriormente, datada de 1786. Este registro, encontrado no Códice 101, é dividido em duas partes, sendo a primeira frutífera para se pensar o trabalho nas fábricas de madeira: se tratava de uma relação de madeiras com destino ao Grão-Pará, a qual teria como finalidade as obras do Trem de Artilharia de Campanha. De acordo com a requisição, as madeiras deveriam ser enviadas também em vigas, com diversas recomendações: antes de tudo, as pranchas deveriam ser originadas de madeiras sólidas, bem compactas e sem fendas; após a escolha da melhor madeira, os troncos, derrubados, deveriam ser serrados com machados em duas ou três pranchas, no máximo, sendo os cortes remanescentes descartados nos matos, sem necessidade de enviá-los juntamente às vigas. Estes cortes, por sua vez, deveriam ser realizados em locais secos para evitar corrupções na madeira que comprometesse seu objetivo final. Essas atividades, portanto, provavelmente eram feitas nas fábricas de madeiras.

É importante destacar novamente que a diferenciação estabelecida entre as categorias de fábricas de canoas, fábricas de madeiras, estaleiros (ou ribeiras) e Arsenal da Marinha de Lisboa se trata apenas de um recurso explicativo para elucidar os diferentes tipos de trabalhos que poderiam ser feitos com madeira a depender da finalidade deste produto. É fato que houveram diversas determinações e normatizações da Coroa quanto à extração e uso de madeiras no período colonial, inclusive quanto a criação de fábricas de madeiras, estaleiros e ribeiras, no entanto, isso não significa que cada um desses trabalhos fosse aplicado em construções oficiais ou exclusivas para cada tipo de atividade. Como posto anteriormente, a produção madeireira se dava de uma maneira orgânica, de forma que os cortes destinados à indústria naval poderiam ocorrer no mesmo local no qual se faziam os cortes para construção civil, ao mesmo tempo que um mesmo lugar poderia servir como fábrica de canoas ou como estaleiro; assim como os mesmos sujeitos poderiam se dedicar a todas essas funções de forma concomitante. Ao comentar sobre a casa (fábrica) de canoas da vila de Barcelos, Pataca

destaca essa coexistência e confluência característica da produção de madeiras.¹⁶³ Dentro desta categoria explicativa, a fábrica de madeiras seria um espaço ou a própria ação de se dedicar às medições e cortes mais complexos das madeiras, que chegariam neste local como troncos e sairiam como *peças* já trabalhadas e prontas para serem enviadas ao destino final, fossem para construção civil ou para reparos de naus.

Quanto ao terceiro espaço dedicado ao trabalho com madeira, elencamos os **estaleiros ou ribeiras de naus**: nestes locais, o ofício realizado tinha como objetivo o reparo ou construção de embarcações. Assim como as fábricas de canoas e as fábricas de madeiras, este também era um local ocupado por indígenas, já que tais funções eram majoritariamente atribuídas a eles. Em um documento da Coleção Alexandre Rodrigues de Ferreira¹⁶⁴, provavelmente do século XVIII, está registrada a quantidade de indígenas enviados à Ribeira do Pará com o intuito de realizarem *serviços reais*. Ao todo, foram enviados duzentos indígenas das mais diversas vilas e lugares do Estado do Grão-Pará e Maranhão para serem responsáveis por ofícios relacionados a cuidados, reparos e construções de embarcações.

Uma vez que tal assunto também estava relacionado à exploração, defesa e ocupação do território da América Portuguesa, a Coroa estabeleceu algumas tentativas de maior controle quanto à criação e ao trabalho realizado nestes locais. A primeira delas foi a instalação do Estaleiro Real de Belém do Pará:

No Pará, o estaleiro Real foi instalado em 1761, na praia que corre da parte posterior do convento dos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo até a região onde esteve instalado o hospício de São Boa Ventura. O Arsenal foi ali localizado por ser um local estratégico de fronteira e possuir em suas cercanias muitas matas que disponibilizariam a matéria-prima necessária para o funcionamento da empresa naval.¹⁶⁵

Tal instalação, tardia, se deu na esteira da burocratização e do monitoramento da produção de madeira no Estado do Grão-Pará, que se tornou mais recorrente a partir da segunda metade do século XVIII, com a maior valorização e dependência da matéria-prima da Amazônia. Batista nos coloca, inclusive, que no mesmo período "a fabricação de embarcações era exclusividade do Estado, ficando ao encargo do Arsenal de Marinha do Pará, ou controlada por esta instituição, sendo proibida qualquer iniciativa privada nesse sentido."¹⁶⁶ Pela natureza dos documentos que baseiam esta pesquisa, é difícil afirmar até que ponto tais

¹⁶³ PATACA, Ermelinda Moutinho. As drogas e os sertões: investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues de Ferreira. In: As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa. Org. Rafael Chambouleyron, Centro de História da Universidade de Lisboa. 2023. Pág. 375 a 426.

¹⁶⁴ PATACA, Ermelinda Moutinho. As drogas e os sertões, op.cit., pp. 375- 426.

¹⁶⁵ BATISTA, Regina Célia Corrêa. **Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia**: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013. p. 24.

¹⁶⁶ Ibidem.

determinações foram respeitadas. O que se pode pensar, por fim, é a dificuldade de se implementar tais regras em uma sociedade culturalmente fluvial, na qual os conhecimentos sobre fabricação de embarcações estava completamente nas mãos das populações nativas.¹⁶⁷ Neste momento, também é importante mencionar a confusão semântica na denominação deste espaço destinado ao cuidado com embarcações. Muitas vezes, tanto nas produções bibliográficas quanto nas fontes primárias sobre o assunto, há uma correlação entre estaleiro, ribeira, arsenal e até mesmo fábricas de madeiras, sendo utilizados como sinônimos, dificultando sua diferenciação. O que sabemos é que *ribeira* é um vocábulo mais antigo, que remonta ainda dos reinados de D. Afonso V e de Dom Manuel I, sendo o local que funcionava como espaço para fabricação de embarcações, inclusive as utilizadas durante as expedições marítimas. A partir do século XVIII, no entanto, este local deixou de ser chamado de Ribeira das Naus e passou a ser chamado de Arsenal da Marinha¹⁶⁸. Acredita-se que tenha ocorrido o mesmo em Belém: o Estaleiro Real seria o mesmo que Arsenal da Marinha do Pará, deixando o vocábulo ribeira para as fábricas de madeira menores – nas quais também havia fabricação e reparo de barcos –, que poderiam, inclusive, ser de particulares ou de religiosos missionários. Por sua vez, essa confusão é esperada, tendo em vista o caráter universal do trabalho com madeira, que poderia se amalgamar a qualquer momento.¹⁶⁹

Assim, para esta dissertação, entendemos as fábricas de canoas como os locais usados pelos indígenas para as diversas etapas do processo de fabricação destas embarcações, que foi explicitado anteriormente com base nos registros de João Daniel. As fábricas de madeira, por sua vez, seriam os espaços dedicados ao trabalho elaborado com este produto, onde passaria pelo processo de transição de uma matéria-prima *crua* para o produto final em cortes e peças solicitadas pelos empreiteiros.¹⁷⁰ O último local de trabalho seriam os estaleiros, ribeiras ou arsenal. Aqui, parto do princípio de que o uso de *estaleiro* se dava de forma parecida à que fazemos contemporaneamente: como uma definição geral para as instalações nas quais

¹⁶⁷ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas**: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016.

¹⁶⁸ MALVASIO, Ney Paes Loureiro. **Distantes estaleiros: os arsenais da marinha e a reforma naval pombalina**. Editora Paco. 1 ed. 2012.

¹⁶⁹ Em um ofício de 1755, é feita uma reclamação sobre a falta de mão de obra indígena na Ribeira de Moju, alegando que os missionários "tomavam todo o benefício da mão de obra indígena" para seus interesses: AHU_ACL_CU_013, Cx. 38, D. 3625.

¹⁷⁰ Dentre os espaços elencados, este é o de definição mais escorregadia, por ser aplicado de diversas maneiras nos documentos do período e pela bibliografia geral sobre o tema. Tal confusão se deve ao fato das fábricas serem apresentadas sob uma concepção generalista – isto é, para se referir a todo local e todo tipo de trabalho feito com madeira, de forma a se colocá-la como sinônimo para fábricas de canoas, ribeiras e estaleiros. No entanto, acredito que tal uso esvazie o conceito e também simplifique as diversas possibilidades de trabalhos com madeira no período colonial, que não se resumia apenas à construção de barcos.

ocorriam os trabalhos com naus. As ribeiras e os arsenais, por outro lado, seriam locais criados e submetidos à Coroa, sendo as ribeiras espaços mais descentralizados e possíveis de ficarem sob responsabilidade de particulares ou de missionários, enquanto que o Arsenal traz uma conotação mais estrita no que diz respeito a seu controle e administração – é tanto que havia apenas um Arsenal da Marinha, instalado na capital do Estado. O outro Arsenal presente nas documentações localizava-se na Metrópole, o que não significa, porém, que não dependesse igualmente da produção de madeiras no Grão-Pará.¹⁷¹

Na segunda parte do documento do Códice 101 abordado anteriormente, datado de 1786, há uma relação de madeiras solicitadas para envio ao Arsenal da Marinha de Lisboa. Esta segunda parte tem origem no Palácio de Lisboa e registra a necessidade de peças para construção de uma fragata, demandando certa brevidade no envio das cargas. Desta vez, provavelmente por conta do destino da carga, há a informação da ida de um carpinteiro para auxiliar na extração e nos cortes demandados, já que ele teria "muito conhecimento sobre as diferentes madeiras do Brasil". Este pedido é, de fato, mais complexo que outros abordados anteriormente: além de registrar as espécies de madeiras que deveriam ser usadas para o corte¹⁷², também lista as quantidades de madeira e as medidas que elas deveriam ter (comprimento, profundidade¹⁷³ e largura), advertindo que tais medidas deveriam ser respeitadas, por serem destinadas à fragata e não haver possibilidade de se fazer reparos nos cortes. Por fim, recomenda o transporte da carga no breu, sob abrigo de sol e de chuva até a chegada no Arsenal Real de Lisboa, para que não houvesse deterioração da mercadoria.

Tal documento é bastante elucidativo quanto à utilidade da madeira da Amazônia para o desenvolvimento do mundo colonial. Não apenas no âmbito local para construção de embarcações para os colonos conhecerem, ocuparem e defenderem o território da América Portuguesa; mas também sob uma perspectiva global quando pensamos em tudo que estava concatenado e vinculado ao principal meio de locomoção do mundo moderno, sobretudo na região do Baixo Amazonas. Além de ser o núcleo da construção civil naquele período, tanto para empreendimentos particulares quanto para obras oficiais, a madeira tornou-se objeto de

¹⁷¹ Nos documentos do Resgate, ainda há uma confusão entre Ribeira de Naus de Lisboa e Arsenal do Exército e Marinha de Lisboa, sendo utilizadas como sinônimos. As relações de madeiras enviadas são constantes, antes e após a mudança da nomenclatura. Cito alguns documentos que ilustram tal dependência: AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3208; AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3446; AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D. 4942; AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5020; AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5817.

¹⁷² Pequi ou pequiá, angelim, jutaí, jutaí-mirim, arco, massaranduba, sucupira, tatajuba, muirajuba, pau roxo, sococaia, morareima de coco.

¹⁷³ A profundidade e a largura eram medidas, naquele período, em polegadas. É registrado que as madeiras deveriam ser medidas em polegadas inglesas e não portuguesas, por haver diferença entre as duas medidas.

disputa, de legislações e de expedições por ser a única matéria-prima capaz de movimentar todas as riquezas do Reino através da indústria naval.

Nenhuma dessas atribuições, no entanto, seriam viáveis sem o intermédio indígena para transformar tais árvores em embarcações e peças essenciais. Portanto, após entendermos a prática do trabalho indígena no processo produtivo de madeiras no Baixo Amazonas, tendo em vista as demandas colocadas a eles – como os tipos de cortes a serem feitos e as formas adequadas de transporte – e os espaços nos quais se sucediam tais ofícios, vamos pensar esse trabalho indígena para além das atividades braçais. Dessa forma, procuro enxergar a atuação dos indígenas para além do trabalho compulsório imposto, pensando também sob a ótica epistemológica, no que diz respeito aos conhecimentos compartilhados sobre o mundo natural.

2. Os saberes

Por muitos anos, a participação indígena no processo colonizador foi colocada como secundária e substituível. Muito disso se deu, em geral, por conta da marginalização do próprio espaço amazônico, que passou por um processo de esvaziamento de valores, de cultura, de vida social e de importância econômica. Tal processo, por sua vez, se deu no bojo da desvalorização da região como importante para o contexto colonial – sendo assim, não haveria interesse no estudo daquele espaço, o que levou a maioria dos pesquisadores a transpor o que havia se produzido sobre o Estado do Brasil para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa transposição, naturalmente, priorizou a realidade do Estado do Brasil, sobre a qual já se tinha conhecimento, e ignorou todos os contrastes revelados pelo Grão-Pará e Maranhão. Assim, os pesquisadores davam destaque ao que já conheciam – o trabalho de negros escravizados nas grandes manufaturas e monoculturas –, enquanto depreciavam elementos estruturantes e característicos da região amazônica.

Essa visão de “atraso” da Amazônia resultou de uma tosca prática de história comparada, que considerou o Nordeste açucareiro como um modelo colonial e enfatizou, na economia amazônica, a ausência dos elementos que caracterizaram a experiência açucareira nordestina. A compreensão da colonização portuguesa no Norte do Brasil e da economia nele desenvolvida exige que se considere a especificidade dessa experiência, abandonando modelos arbitrariamente construídos e impostos como verdades históricas.¹⁷⁴

A nova onda historiográfica, que voltou seus olhares para as diversidades da América Portuguesa, procura, então, devolver ao indígena o seu papel central na colonização.

¹⁷⁴ SOUZA JUNIOR, José Alves de. A economia do Estado do Grão-Pará e Maranhão e as “drogas do sertão”, op. cit., p. 261.

Nesse bojo, podemos afirmar que, na Amazônia colonial, não há como se falar apenas em *contribuição* indígena, quando na verdade eles eram a base de todo aquele universo. A começar pela função mais aparente: a exploração de sua mão de obra, quesito que foi demandado desde o estabelecimento dos colonizadores na América Portuguesa. Essa exploração foi motivo de diversas discussões teóricas e intelectuais, inclusive sobre a forma de exploração da população nativa a ser aplicada e os responsáveis por tal organização – através da escravidão formal, das missões religiosas e os descimentos indígenas, ou através do trabalho compulsório. Independente da forma de exploração, eles sempre foram acionados para todos os tipos de atividades exercidas: desde a construção de propriedades para o estabelecimento dos colonos ou de propriedades oficiais do Reino, passando por ofícios domésticos até a construção de embarcações, como abordado anteriormente. Estes serviços são abordados de forma unânime pelos viajantes e naturalistas elencados nesta dissertação. Spix e Martius destacam as tarefas exercidas nas casas e engenhos, geralmente acompanhados de negros escravizados. João Daniel destaca a facilidade que os indígenas tinham em absorver os conhecimentos dos portugueses, mencionando ofícios como carpinteiros, escultores, pintores, ferreiros e serralheiros¹⁷⁵. Outra habilidade reconhecida por todos os viajantes se relacionava ao domínio da natureza: suas ocupações como remeiros, pescadores, caçadores, nadadores e mergulhadores. Em geral, havia o reconhecimento dos trabalhos braçais aos quais as populações nativas se dedicavam.

No entanto, essas novas ondas historiográficas, influenciadas sobretudo pela Nova História Indígena, nos leva a pensar o sujeito indígena como um ser completo, fugindo da perspectiva europeia e europeizante que o reduz ao seu ofício e à mão-de-obra a ser oferecida. Por muito tempo, a tentativa de reconhecimento da presença da população nativa no processo colonizatório levou em consideração apenas a *colaboração* de seus corpos, certamente por influência do apagamento desses grupos dos processos intelectuais envolvidos na colonização, colocando-os em uma posição praticamente mecânica e puramente material. Isto nos leva a um falso reconhecimento de seu papel, já que posiciona-o como um ser subordinado, sem escolhas e sem ações, apenas obedecendo ao que era instituído verticalmente pelos colonizadores.

Este trabalho, por outro lado, escolhe colocar em evidência o conhecimento indígena e seu caráter capilar, com presença em todos os âmbitos do cotidiano colonial – desde o espaço

¹⁷⁵ DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1, op. cit., p. 341.

doméstico até os locais regidos pela administração colonial.¹⁷⁶ O estudo sobre a produção de madeiras no Baixo Amazonas destaca as atividades que eram exercidas apenas pelos indígenas, não porque eram a única mão-de-obra disponível, mas sim porque eram os detentores dos conhecimentos necessários para tal. A ideia de que os indígenas estiveram presentes como *colaboradores* apenas até a intensificação do tráfico de negros escravizados – e, portanto, substituídos por esses – é desmantelada quando percebemos, através de documentos do Resgate¹⁷⁷, que os indígenas continuam sendo requisitados na segunda metade do século XVIII, inclusive para ensinar aos negros escravizados algumas questões essenciais para a produção madeireira. O que ocorreu, na verdade, foi a convivência dos dois tipos de trabalho compulsórios, com diferentes atividades a serem exercidas por cada grupo explorado.

O saber indígena, portanto, estava presente em todas as etapas do processo produtivo de madeiras, independente da sua finalidade. A extração era quase totalmente de incumbência dos grupos nativos, que conheciam as florestas e estabeleciam lógicas para percorrê-las sem dificuldade, bem como para reconhecerem as diversas espécies demandadas. Ainda nas matas, as derrubadas dos troncos eram realizadas por esse mesmo grupo, que desenvolveram técnicas para limpar o terreno e fazer a derrubada das árvores com maior facilidade. A segunda etapa – transporte – também era realizada pelos nativos, que assumiam os postos de remeiros e pilotos não apenas para o transporte desta carga, mas em quase todos os deslocamentos no espaço amazônico¹⁷⁸. A chegada ao local de trabalho – independente de serem fábricas de canoas, fábricas de madeiras, ribeiras ou o Arsenal – marcava o início do processo de manufatura propriamente dito, no qual o trabalho com os troncos poderia dar origem a peças requisitadas para a construção civil, para reparos e consertos de naus ou até mesmo a novas embarcações. Sendo assim, todo processo produtivo de madeiras era ancorado na presença indígena,

¹⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. SANJAD, N.; PATACA, E.; SANTOS, R. R. N. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of amazonian indigenous peoples in the construction of eighteenth and nineteenth century botany. **Journal of History of Science and Technology**, v. 15, n. 1, p. 11-38, jun. 2021. SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: itineraries, amerindian narratives, and deep histories of science. **Isis**, v. 101, n. 1, p. 133-145, mar. 2010. WENDT, Helge. Competing scientific cultures and the globalization of knowledge in the iberian colonial world. In: WENDT HELGE (ed.). **The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World**. Berlim: Edition Open Access, 2016. pp. 7-27. FIGUEROA, Marcelo Fabián. Ways of knowledge circulation - the Malaspina expedition at Vava'u Island (1793). In: D'ANGELO, Fabio (Org.). **The scientific dialogue linking America, Asia and Europe between the 12th and the 20th century**. Theories and techniques travelling in space and time. Naples: Associazione culturale Viaggiatori, 2018. pp. 107-117. SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e seus usos”: Indígenas e as drogas do sertão na Amazônia portuguesa no século XVIII (1750-1800). In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023. pp. 347-374.

¹⁷⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6148.

¹⁷⁸ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: 2016

sobretudo no conhecimento nativo. Não haveria embarcações, transporte de cargas, circulação de produtos, trocas comerciais ou exportação de produtos sem a participação desses sujeitos: a economia mercantil e o comércio português eram alicerçados no saber indígena.

Essa relação de dependência não era exclusividade da produção de madeiras, pelo contrário: era intrínseca à própria vida na Amazônia colonial. Os novos habitantes necessitavam do auxílio indígena para todos os aspectos de suas experiências no Grão-Pará. A população precisava estar, de alguma forma, próxima – seja através da escravização ou através do trabalho compulsório. Dos indígenas partiam todos os conhecimentos cruciais a qualquer experiência na região: para locomoção, assumiram o ofício de remeiros e de pilotos; para alimentação, eram os pescadores e caçadores; para conhecimento da região, eram os guias.

Geralmente vistos como apenas a mão de obra disponível para os empreendimentos coloniais, os nativos, ao atuarem como remeiros, pilotos, línguas, preparadores, carregadores, coletores, caçadores e em outras diversas atividades, colocavam em prática não somente seus braços, mas também conhecimentos sobre o mundo natural, e isso claramente esteve relacionado com técnicas, tecnologias e um sistema de compreensão e leitura do mundo que foi percebido e aproveitado pelos europeus.¹⁷⁹

O auxílio dos indígenas também foi aproveitado pelos viajantes e naturalistas que se dedicaram a conhecer a Amazônia portuguesa nos setecentos e oitocentos. Spix e Martius, por exemplo, mencionam diversas vezes o trabalho dos indígenas como remeiros, pilotos e pescadores ao longo da expedição. Além da dependência dos nativos para o desafio de percorrerem a região através do grande rio-mar, os viajantes também se apropriaram do conhecimento local para realização do mapeamento do mundo natural, fazendo uso de uma *rede de informantes* para alimentar a formação de conhecimentos científicos que estavam em curso no período:

Embora sua força de trabalho e seus saberes tenham sido explorados desde os primeiros anos da conquista, é em Setecentos que há uma preocupação do Estado lusitano em sistematizar e utilizar tal conhecimento a fim de obter algum benefício em cima dos produtos naturais que existiam em todo reino. Os saberes dos nativos que viviam nas colônias de Portugal eram, portanto, fundamentais para esse propósito, pois eram os sujeitos que viviam e lidavam em seus cotidianos com a flora e fauna local.¹⁸⁰

Esta rede de informantes não era estabelecida de maneira informal. Antes, era solicitada por parte da administração colonial e, na maioria das vezes, disponibilizada aos

¹⁷⁹ SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e seus usos”, op. cit., pp. 347- 374.

¹⁸⁰ Ibidem. p. 353.

viajantes. Exemplarmente, Antunes, em sua dissertação, faz uma análise sobre a presença indígena na expedição de Louis Agassiz no século XIX¹⁸¹.

Podemos pensar, então, nesses espaços de forte interação entre indígenas, colonos e viajantes (incluindo-se os espaços de produção de madeiras) como um local não apenas de compartilhamento de conhecimento indígena, mas também de formação de novos conhecimentos, dando origem a saberes híbridos – algo representativo do próprio transcurso da colonização. Portanto, ao invés de olharmos para tais espaços como um local exclusivamente de exploração indígena, concedendo toda possibilidade de ação aos colonizadores, parece-me mais adequado olhar para as agências e contribuições indígenas, que também fizeram parte da formação de saberes científicos dos séculos XVIII e XIX, mesmo em meio a um contexto tão desfavorável.

¹⁸¹ ANTUNES, Anderson. **A rede dos invisíveis**: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2015.

CONCLUSÃO

O processo produtivo de madeiras no Baixo Amazonas começou a se estabelecer desde o século XVII, sendo aprimorado, sistematizado e estudado com mais detalhes ao longo dos séculos XVIII e XIX. Dessa forma, para dar início à pesquisa sobre este tema é preciso, primeiramente, dedicar-se ao estudo do contexto social e econômico no qual tal processo ocorreu para, assim, compreendê-lo de forma integrada àquele mundo colonial.

Para tal, essa dissertação foi dividida em duas partes: a primeira se debruça sobre a ambientação do universo colonial, expondo seu cotidiano, seus sujeitos e o mundo natural que abrigava tantos indígenas e colonos no dia-a-dia da produção madeireira. Esse entendimento foi possível a partir das narrativas católicas e dos relatos de viajantes naturalistas que percorreram a Amazônia Portuguesa nesse ínterim. No capítulo I, então, foram abordadas duas obras: a primeira, do Padre João Daniel, que nos traz uma experiência de seu período como missionário no Grão-Pará e a consequente convivência com indígenas e colonos; a segunda, do Vigário José Monteiro de Noronha, também morador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com ricas informações de cunho demográfico e geográfico da região.

O segundo capítulo, apesar de também abordar relatos de viagem, o faz sob outra perspectiva: a dos viajantes naturalistas dos setecentos e oitocentos, que se estabeleceram no Novo Mundo para se dedicarem à análises de cunho científico, sobretudo nos domínios da zoologia, botânica e etnografia. Primeiramente, está presente a representação de um projeto português de conhecimento da colônia na figura de Alexandre Rodrigues de Ferreira e, por último, também estão presentes os bávaros Spix e Martius e suas impressões sobre as paisagens e os indígenas no Grão-Pará.

A segunda parte, por sua vez, dedica-se à análise da prática da produção madeireira, com base nos manuscritos do Projeto Resgate, do Códice 101, da obra de João Daniel e de documentos de Alexandre Rodrigues de Ferreira. Enquanto o capítulo III traz uma catalogação das espécies de madeira abordadas no corpus documental, suas principais características, usos e finalidades; o quarto e último capítulo coloca em evidência a espinha dorsal da produção de madeiras: a presença indígena.

Esta presença pode ser pensada no âmbito material, com a força de trabalho, presente em todos os ofícios no período colonial; ou no âmbito intelectual, revelando a dependência dos colonos em relação aos indígenas em todas as etapas da produção madeireira, seja na extração, corte ou transporte. A partir desse entendimento, é importante refletir sobre a capilaridade da influência do conhecimento nativo: é fato que esses saberes foram determinantes para a produção de madeiras no Baixo Amazonas, assim como para tudo que se

seguia a partir dessa produção (construção de embarcações, construções civis ou exportação para o Reino), o que nos leva a pensar sobre a atuação indígena em contextos mais amplos – sob a perspectiva da História Global e das Connected Histories – como a própria indústria portuguesa, na construção de maiores naus e de embarcações transatlânticas.

Por fim, além do domínio da administração colonial, é possível que a madeira também mobilizasse outros ambientes, como o âmbito particular. Em alguns registros do Projeto Resgate, há a presença de empreiteiros particulares que se dedicavam à extração e revenda de cortes de madeira em locais mais acessíveis, portanto, é possível que a madeira influenciasse a economia colonial não apenas por meio da administração, mas também através de comércios e redes de comerciantes. Ainda há muitos caminhos possíveis de serem trilhados no estudo sobre o processo produtivo de madeiras e a centralidade indígena no mundo colonial.

FONTES

“Detalhe dos índios determinado às esquipações das duas canoas da guarda costa, que se acham estabelecidas nos dois canais do norte e do sul, na foz do rio Amazonas; tendo se regulado o dito detalhe por ordens expedidas aos diretores das respectivas povoações na data de 21/10/1773”. [Local: s.n.], [177-?]. 1 p. Original. Manuscrito. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da coleção Lagos. N° 6. 140. ABN, v. 72, p. 127. Cat. ARF n° 140. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456751/mss1456751.pdf.

“Detalhe dos índios determinados ao serviço real da Ribeira do Pará, regulado o dito detalhe por portais de 04 de junho de 1774” [s.l.], [s.d.]. 2 p. Sem autor. Consta aotação. Drummond n°47. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da coleção Lagos. CEBH n°6. 142. ABN v.7 2. p. 126. Cat. ARF n° 138. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456750/mss1456750.pdf.

“Detalhe dos índios determinados aos diferentes reais serviços de Macapá, Vila Vistosa, Mazagão e Pesqueiro Real; regulado o dio detalhe por portarias de 18 de março de 1774 e de 9 de novembro do mesmo ano”. [s.l.], [177-?]. 3p. Original. Manuscrito. Sem autor. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. CEBH n°6.141. ABN v. 72, p. 127. Cat. ARF, n° 139. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456752/mss1456752.pdf.

“Madeiras que servem para casas e para obras de marcenaria”. [Local: s.n.], [Data: s.d.]. 2 p. Original. Manuscrito. O Barão da Penha tem uma Cópia. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN, v. 1, p. 235. CEHB n° 11.754. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456810/mss1456810.pdf;

“Memória sobre as cascas de paus que aplicam para curtir couros. [s.l.], [s.d.] 2 p. Original. Manuscrito. Sem autor. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN v.1, p. 235. CEHB n° 11. 756. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456811/mss1456811.pdf.

“Memória sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas, tantos índios como os mazombros do Estado do Grão-Para”. [Local: s.n.], [Data: s.d.]. 3 p. Original. Manuscrito. Consta anotação: Drummond n° 32. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção Lagos. ABN, v. 1, p. 235. CEHB n° 11.753. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456809/mss1456809.pdf.

“Memória sobre palmeiras”. [s.l.], [s.d.]. 11p. Original. Manuscrito. Sem autor. Consta anotação: Drummond n°33. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da coleção Lagos. ABN v.1, p. 234. CEHB n° 11.759. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456724/mss1456724.pdf.

Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, Capitania do Grão-Pará (diversos

documentos).

Arquivo Nacional, Junta da Real Fazenda da Capitania do Pará: códice 101.

Arquivo Nacional, Secretaria de Estado: códices AN_037_97 e AN_038_97.

COLEÇÃO ALEXANDRE RODRIGUES DE FERREIRA. **Proveniente da Coleção [Lagos]**. CEHB nº6. 140. ABN, v. 72, p. 127. Cat ARF nº140.

DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. 1-2. Apresentação de Vicente Salles. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Extrato da viagem filosófica pelo estado do Grão- Para.” Barcelos, 31/ 10/1787. Cópia. Manuscrito. Outra cópia em 21, 2, 21. Documento incompleto. Consta anotação: Drummond nº8. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da coleção Carvalho. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456691/mss1456691.pdf.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Mapa de todas as canoas e mais embarcações pequenas que constituíam a interior marinha do serviço real no Estado do Grão- Pará em o fim do ano de 1779, último do governo do Ilmo. E Exmo. Senhor capitão-general João Pereira Caldas, que a regulou e aumentou de muitas das mesmas pequenas embarcações conforme nas seguintes notas se declara.” [s.l.], [s.d.]. 2 doc (18 p). Cópia. Manuscrito. Documento fora de consulta. É um apenso a “Memória sobre a interior marinha do Grão-Pará.” Consta nota no final do documento fazendo referência a uma portaria sob o nº IX. Em anexo minuta de Carta a João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres datada de 5/ 05/ 1791, com letra de Alexandre R. Ferreira. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da coleção carvalho. ABN. v. 72, p. 62. Cat. ARF nº 28 XXVII. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456669/mss1456669.pdf.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**. Introdução e Notas de Antonio Porro. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friendrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Presidência da República, Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADE, Carlos Eduardo Rangel; SANTOS, Manuel Fernando. A carpintaria naval do nordeste paraense. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, Universidade Federal do Sergipe, Vol. 5. N. 2, pp- 28-36, 2017.

ANGELO-MENEZES, M. de N; GUERRA, G. A. D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, p. 123-145, set./dez. 1998.

ANTUNES, Anderson. **A rede dos invisíveis**: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2015.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. **Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia**: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. Edusp. 2016.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta**: Mata atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 39, p. 113-133, jan./jun. 2008.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Teorias da devastação ecológica colonial na historiografia brasileira contemporânea: algumas notas críticas. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV**, 2007, São Leopoldo. Anais eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História (CD-ROM). São Leopoldo: ANPUH.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A revolta dos primeiros índios cristãos: guerra e conflitos na construção da Amazônia portuguesa–século XVII, **Fronteiras & Debates**, v. 2, n. 1, p. 21–49, 2016.

CASTRO, Carlos. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Introdução, Mais drogas e maiores sertões. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael; JUNIOR, José Alves de Sousa. **Novos olhares sobre a Amazônia colonial**. Editora Paka-Tatu, 2016.

COELHO, Mauro. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia**: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Francisco Assis. - A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 197-219, abr. 2012.

DIAS, Camila Loureiro. Produção agrícola e extrativismo: a economia amazônica na primeira metade do século. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan-jul 2017. pp. 238-259.

DOMINGUES, A.; ALVES-MELO, P. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. **Ler História**, v. 78, pp. 157-178, jun. 2021.

DRUMMOND, José Augusto. **Environment, society and development**: an assessment of the natural resource economy of the state of Amapá (Brazil). 1999. 237 f. Tese (Doutorado) – University of Wisconsin, 1999.

Embrapa Agrossilvipastoril. **Embrapa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/cumaru>. Acesso em: 02 de março de 2024.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2016.

FIGUEROA, Marcelo Fabián. Ways of knowledge circulation - the Malaspina expedition at Vava'u Island (1793). In: D'ANGELO, Fabio (Org.). **The scientific dialogue linking America, Asia and Europe between the 12th and the 20th century**. Theories and techniques travelling in space and time. Naples: Associazione culturale Viaggiatori, 2018.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GALVÃO RAMALHO, João Pedro; RENDEIRO NETO, Manoel. Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha. In: VILLA, Carlos Valencia. GIL, Tiago. **O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

GARCIA, Elisa Frühauf, **A “conquista” dos Sete Povos das Missões: de “ato heróico” dos luso-brasileiros a campanha negociada com os índios**, [s.l.: s.n.], 2005.

GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2006.

GREENE, Jack P. **Negotiated Authorities: essays in colonial political and constitutional history**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

GROVE, Richard H. Colonial conservation, ecological hegemony and popular resistance: towards a global synthesis. In: MACKENZIE, J. (ed.). **Imperialism and the natural World**. Manchester: Manchester University Press, 1990, p. 18.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOPES, Siméia de N. “A praça comercial de Belém: negociantes e circuitos mercantis (1790 a 1808)”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de (Org.). **Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

LOPES, Siméia de Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LOPES, Siméria de Nazaré. As drogas do sertão e as redes de comércio no Grão-Pará. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. **Distantes estaleiros: os arsenais da marinha e a reforma naval pombalina**. Editora Paco. 1 ed. 2012.

MATOS, Frederik Luiz Andrade de Matos. "As "drogas do sertão" e a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: As redes de negócio na Europa (1755-1778)". In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, São Paulo: Hucitec, 1978.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do nordeste - processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “El nacimiento del Brasil: Revisión de un paradigma historiográfico”, **Corpus** [En línea], V. 3, N. 1, 2013.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 25, n. 58, pp. 7-31, set/dez 2020.

PATACA, Ermelinda Moutinho. As drogas e os sertões: investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues de Ferreira. In: **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

PORRO, Antonio. Introdução. In: NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1786)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

PORRO, Roberto. O que as cercas de acapu ensinam sobre o desmatamento na Amazônia? **O Eco**, 5 de janeiro de 2022.

RAMALHO, João Pedro Galvão. **A produção para consumo interno na Amazônia na segunda metade do século XVIII**: da historiografia à análise do abastecimento no vale do Rio Tocantins. 2017. Monografia (Bacharel/licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RAMALHO, João Pedro Galvão; NETO, Manuel Rendeiro. MALULY, Vinicius Sodré; GIL, Tiago Luís. Os grupos nativos e a morfologia da conquista na América Portuguesa. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.l.], n. 80168, jun. 2020. p. 16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/80168>. Acesso em: 04 mar. 2024.

RAMINELLI, Ronald. Alexandre Rodrigues de Ferreira. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/projetos/alexandre/historico.htm>. Acesso em: 02 de março de 2024.

RODRIGUES, José Conde. **Arquitetura naval, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas**. Ensino profissional marítimo. Curso de formação de aquaviários (CFAQ I-C):Rio de Janeiro. 2013.

SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: itineraries, amerindian narratives, and deep histories of science. **Isis**, v. 101, n. 1, p. 133-145, mar. 2010.

SAFIER, Neil. **Measuring the new world: enlightenment science and South America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SANCHEZ. Alfonso Maestre. “Todas las gentes del mundo son hombres”: el gran debate entre Fray Bartolome de las Casas (1474-1566) y Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573). **Anales del Seminario de Historia de La Filosofía**. Madrid, v. 21, pp. 91-134, 2004.

SANJAD, N.; PATACA, E.; SANTOS, R. R. N. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of amazonian indigenous peoples in the construction of eighteenth and nineteenth century botany. **Journal of History of Science and Technology**, v. 15, n. 1, p. 11-38, jun. 2021.

SANTOS PÉREZ, J. Manuel. **Histórias conectadas: ensaios sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e seus usos”: Indígenas e as drogas do sertão na Amazônia portuguesa no século XVIII (1750-1800). In: **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa.

SCHWARTZ, Stuart B. “Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil’s Colonial Timber”. Resenha de: MILLER, Shawn William. Stanford, **The Journal of Economic History**, Stanford University Press, v. 61, n. 2, p. 552-553, 2000.

SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. **El sistema de la economía colonial**: Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP, 1982.

SIEWIERSKI, Henryk. O tesouro da alteridade amazônica na obra do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura**. Belém/Pará. Vol. 1, N. 1. Jul-dez/2014.

SILVA, Joana Aparecida. Fernanda. JOSÉ DA SILVA, Giovani. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n.1, pp. 33-51, jan-jun. 2010.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil, 1500-1820**, [s.l.]: Companhia editora nacional, 1937.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. A economia do Estado do Grão-Pará e Maranhão e as "drogas do sertão". In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **As drogas do sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640. **American Historical Review**, v. 112, n. 5, p. 1359-1385, dez. 2007.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 4 mar. 2024.

VRIES, Jan de. Playing with scales: the global and the micro, the macro and the nano. **Past & Present**, v. 242, i.s. 13, p. 23-23, nov. 2019.

WENDT, Helge. Competing scientific cultures and the globalization of knowledge in the iberian colonial world. In: WENDT HELGE (ed.). **The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World**. Berlim: Edition Open Access, 2016.